UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS - FFLCH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA - PPGHE

RENATO TORRES ANACLETO ROSA

**O PENSAMENTO ECONÔMICO DE LOUIS-JOSEPH LEBRET: UM ESTUDO
DO CONCEITO DE “ECONOMIA HUMANA” (1941-1966)**

Versão corrigida da Tese

SÃO PAULO

2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS - FFLCH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA - PPGHE

**O PENSAMENTO ECONÔMICO DE LOUIS-JOSEPH LEBRET: UM ESTUDO
DO CONCEITO DE “ECONOMIA HUMANA” (1941-1966)**

Tese apresentada pelo doutorando Renato Torres Anacleto Rosa ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, sob orientação da profa. Dra. Sara Albieri, para obtenção do título de Doutor em História Econômica.

Versão corrigida da Tese

SÃO PAULO

2020

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE
Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Renato Torres Anacleto Rosa

Data da defesa: 03 / 12 / 2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Sara Albieri

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 04 / 02 / 2021

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Albieri', is written over a horizontal line. The signature is fluid and cursive.

(Assinatura do (a) orientador (a))

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R788p Rosa, Renato Torres Anacleto
 O pensamento econômico de Louis-Joseph Lebreton: um
 estudo do conceito de "economia humana" (1941-1966)
 / Renato Torres Anacleto Rosa; orientadora Sara
 Albieri - São Paulo, 2020.
 171 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
 Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de História. Área de concentração:
 História Econômica.

 1. História Econômica. 2. História contemporânea.
 3. História das ideias. I. Albieri, Sara, orient.
 II. Título.

RESUMO

Esta tese visa examinar o pensamento econômico do dominicano francês Louis-Joseph Lebret. Sendo produzidas no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, as ideias de Lebret surgem como respostas ativas aos dois sistemas que se antagonizavam nesse período: o capitalismo e o socialismo. Denominadas de “Économie et Humanisme”, as premissas lebrebianas ancoravam-se em princípios humanísticos que valorizavam o diálogo da ciência econômica com outras áreas do saber. Neste sentido, a frase “desenvolver todos os homens e todo o homem”, de François Perroux, serviu de base para o dominicano pensar nessa nova forma de conceber a economia. A partir do exame da produção intelectual do dominicano, concluímos que o pensamento deste estava imbuído de premissas éticas e cristãs, revelando sua crença em um desenvolvimento econômico em sentido amplo, que visasse a atender às não raras necessidades do ser humano. Para compreender as ideias de Lebret em torno do desenvolvimento, examinaremos, *a priori*, a trajetória do dominicano e suas referências no campo da teologia e da filosofia; seu pensamento econômico, mostrando como Lebret se colocou diante do debate acerca do desenvolvimento dos povos; e, por último, a atuação do religioso na cidade de São Paulo, a partir de 1947, considerando as linhas de ação da SAGMACS-Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Louis-Joseph Lebret; “Économie et Humanisme”; Desenvolvimento; SAGMACS.

ABSTRACT

This thesis aims to examine the economic thought of French Dominican Louis-Joseph Lebret. Being produced after the Second World War these thoughts are aimed to be answers to the challenges of capitalism and socialism. Collected under the name of "Économie et Humanisme", Lebret's ideas were based on humanist principles that valued the dialogue between Economy and other sciences. François Perroux's saying: "to develop all men and 'the whole man'" summarizes Lebret's new conception of Economy. From the exam of the intellectual production of Lebret, we concluded that his ideas were based in Christian and ethics premises, revealing his belief in an economic development from an encompassing point of view on human needs. To correctly understand Lebret's ideas on economic development we will exam his trajectory and references in the field of Theology and Philosophy; his economic thought, revealing Lebret's position about people well-being; and his action in São Paulo, since 1947, considering the lines of action of SAGMACS.

KEYWORDS: Louis-Joseph Lebret; "Économie et Humanisme"; Development; SAGMACS.

“Eu só acreditaria em um Deus que soubesse dançar”. Friedrich Nietzsche.

AGRADECIMENTOS

À professora e orientadora Sara Albieri, pelas ricas sugestões em torno das problemáticas da tese.

Aos professores Edson Trajano Vieira e José Eduardo Marques Mauro, pela leitura atenciosa do relatório da qualificação.

À Débora Inácia Ribeiro, pelo intercâmbio de ideias.

À família, pelo amor inefável.

À CAPES, pelo financiamento da pesquisa.

À USP, lugar de acolhimento e sentido.

À Dulcelia Torres Rosa e ao Reverendo Jesus Anacleto Rosa.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASCOFAN- Associação Mundial de Luta Contra a Fome

ASPLAN- Assessoria em Planejamento

CEB- Comunidade Eclesial de Base

CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CEPAM- Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

CIBPU- Comissão Interestadual da Bacia do Paraná

CGT- Confédération Générale du Travail

CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNUSTED- Conférence des Nations-unies sur l'Application des Sciences et Techniques

ELSP- Escola Livre de Sociologia e Política

FAO- Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura

IRFED- Institut de Recherche et de Formation en vue du Développement

JMC- Jeunesse Maritime Chrétienne

JOC- Juventude Operária Católica

JUC- Juventude Universitária Católica

ONU- Organização das Nações Unidas

PAGE- Plano de Ação do Governo do Estado

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PDC- Partido Democrata Cristão

PIB- Produto Interno Bruto

PLANASA- Plano Nacional de Água e Esgoto

PNB- Produto Nacional Bruto

POLI- Politécnica

PUC- Pontifícia Universidade Católica

SAGMA- Société pour l'application du graphisme et de la mécanographie à l'analyse

SAGMACS- Sociedade para Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicada aos
Complexos Sociais

SESI- Serviço Social da Indústria

SPVESUD- Superintendência do Plano de Valorização da Fronteira Sudoeste do País

SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TSE- Tribunal Superior Eleitoral

USP- Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Programa de Curso Ministrado na ELSP	121
--	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. LOUIS-JOSEPH LEBRET: TRAJETÓRIAS.....	21
1.1 Herança Familiar e Atuação junto à Marinha.....	22
1.2 Os Estudos na Ordem Dominicana	24
1.3 Lebrete e os Trabalhadores de Saint-Malo: as marcas de uma experiência.....	26
1.4 O “Économie et Humanisme” e suas Referências.....	34
1.5 Lebrete: momentos finais (participação na ONU e no Vaticano II).	39
2. O PENSAMENTO ECONÔMICO DE LOUIS-JOSEPH LEBRET.....	47
2.1 As Ideias de Georges Balandier, Gunnar Myrdal e François Perroux.	48
2.2 A CEPAL.....	51
2.3 O As Concepções de Lebrete diante do Capitalismo.....	54
2.3.1 A Propriedade Privada.....	58
2.4 A Questão do Bem Comum.....	62
2.5 O Problema de Marx e do Marxismo.	65
2.6 O “Économie et Humanisme”	72
2.6.1 Princípios Teóricos.....	74
2.6.2 Finalização, Coerência, Homogeneidade e Autopropulsão: Os preceitos da “Economia Humana”	76
2.6.3 O Conceito de Desenvolvimento Econômico.....	79
2.6.4 Industrialização e Desenvolvimento.....	83
2.7 As Relações Internacionais dentro de uma “Economia Humana”	85
2.8 As Desigualdades Expressas na Vida, nas Doenças e na Fome.....	92
2.8.1 A Desigualdade dos Povos em suas Possibilidades de Desenvolvimento.....	94

2.9 Princípios Metodológicos.	98
2.10 “Práxis”: um conceito que ajuda a compreender o “Économie et Humanisme”	102
2.11 Os Princípios Cristãos.	105
2.12 A Construção de uma Nova Civilização.....	109
2.12.1 As Experiências de Holambra, da Zona Pontina e de Fomeque: os exemplos de transformação propostos por Lebrecht.....	111
2.13 A Utopia em Lebrecht: ideal a ser atingido pelas ações dos diversos grupos sociais.....	114
3. A ATUAÇÃO DE LEBRECHT EM SÃO PAULO A PARTIR DA SAGMACS.....	118
3.1 Lebrecht e a Escolha por São Paulo.....	118
3.2 O Curso Ministrado na ELSP	121
3.3 O Congresso de “Economia Humana” em São Paulo.	124
3.4 A SAGMACS: uma instituição voltada para o planejamento urbano.....	126
3.5 O Retorno de Lebrecht a São Paulo e a Pesquisa “Problemas de Desenvolvimento: Necessidades e Possibilidades do Estado de São Paulo”.	131
3.6 A Pesquisa “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”	137
3.7 O PAGE- Plano de Ação do Governo do Estado: continuação dos ideários da SAGMACS	140
CONSIDERAÇÕES	
FINAIS	143
REFERÊNCIAS	
BIBLIOGRÁFICAS.....	149
ANEXOS	157

INTRODUÇÃO

A presente tese de doutorado tem o propósito de examinar as ideias econômicas de Louis-Joseph Lebret, tendo em vista o seu conceito de “Economia Humana”. A tessitura para o desdobramento de tais ideias foi o do século XX, período rico em transformações e que mudaram a percepção do ser humano frente ao que era provável.

Conhecemos Louis-Joseph Lebret à época dos estudos de mestrado, visto a influência deste sacerdote na pessoa de Dom Helder Câmara, bispo católico que teve uma importante atuação política na segunda metade do século XX. Nesse período, as teses de Lebret concernentes a uma “Economia Humana” causaram impacto na nossa figura, posto que o dominicano, assim como outros franceses de sua época, colocava em xeque a ideia de uma ciência econômica independente.

O ponto-chave em Lebret que merecia atenção era o diálogo que ele propôs entre economia e religião, se servindo dessa última, a partir de seus princípios éticos, para pensar numa nova forma de conceber a economia. Dito isto, surgiu a ideia de um projeto de doutoramento que visasse estudar o pensamento de Lebret, levando em consideração o problema do desenvolvimento econômico, problema este que é a linha mestra das reflexões de Lebret e da nossa tese.

A pergunta que surgiu foi a que segue: De que forma os princípios do cristianismo contribuíram para a constituição das ideias lebrebianas? Somando-se a essa, outras similares, e de igual relevância, vieram à luz: Qual a natureza das respostas de Lebret frente aos sistemas capitalista e socialista? O que atualizou em tais pensamentos?

Para responder às indagações supramencionadas nos amparamos na teoria dos enunciados elaborada por Mikhail Bakhtin. Linguista russo, Bakhtin refletiu sistematicamente sobre o papel da linguagem na constituição do indivíduo, trazendo ao debate a ideia de que um enunciado apresenta múltiplas vozes e contextos, sendo uma réplica de outros enunciados. Deste modo, não haveria ineditismo, uma vez que um texto nasce sempre a partir de outros.

Ainda que Bakhtin tenha pensado o texto a partir da filologia e da literatura, podemos aplicar suas premissas no campo das ciências sociais, uma vez que o filósofo russo concebeu o texto dentro de uma perspectiva histórica e social.

Em sua análise, Bakhtin ressalta que as unidades da língua são os sons, as palavras e as orações, enquanto os enunciados são as unidades reais de comunicação. Para exemplificar essa diferenciação, o autor russo afirma que os enunciados não são neutros, pois carregam em si juízos de valor, sentidos e emoções. Na obra “Estética da criação verbal” (2003: p. 297), o autor escreve sobre esse dialogismo que cada enunciado traz em si:

Os enunciados não são indiferentes entre si nem se bastam cada um a si mesmos; uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns nos outros. Esses reflexos mútuos lhe definem o caráter [...]. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra “resposta” no sentido mais amplo). É impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições. Por isso, cada enunciado é pleno de variadas atitudes responsivas a outros enunciados de dada esfera da comunicação discursiva.

Pode-se pensar, com base nas palavras acima, que o dialogismo em Bakhtin diz respeito às relações de sentido que se estabelecem entre os enunciados, onde cada um deles surge como uma réplica de outros. Se todo enunciado está relacionado ao seu contexto, os mesmos não se repetem, “uma vez que são acontecimentos únicos, cada vez tendo um acento, uma apreciação, uma entonação próprios” (FIORIN, 2016: p. 20).

Nessa perspectiva, a teoria de Bakhtin nos auxiliou na compreensão dos enunciados do “Économie et Humanisme”, visto que estes não visavam somente empreender uma nova concepção de economia, mas, à luz de sua implicação ética, transformar a realidade. Assim, Lebret é enfático ao afirmar que “o conhecimento não é um estetismo de conceitos, mas um acordo com o objeto” (LEBRET, 1959: p. 16).

Por conseguinte, ao revisar não raros conceitos da economia, Lebret levou em consideração os diversos contextos de seus enunciados, acompanhando também a proposta teórica de Koselleck (2006: p. 109) sobre a polissemia e as diversas possibilidades interpretativas que um conceito oferece. O dominicano disseminou, assim, as terminologias outrora estabelecidas, atualizando e dando novos sentidos aos postulados econômicos e sociais.

Isto posto, nossa tese se insere no campo da “História das Ideias”, campo este que investiga a produção, a circulação e a recepção das ideias. Vejamos o que observou Barros (2007: p. 23), em seu artigo sobre o assunto:

A História das Idéias [sic] é um domínio que conquistou sua perenidade no quadro de alternativas historiográficas desde princípios do século XX. Passou por variações no que se refere às concepções das diversas gerações de historiadores das ideias, mas sem sombra de dúvida conquistou um lugar bastante privilegiado no Campo da História. Assim, no decorrer do século XX foi possível assistir ao desenrolar de uma rica trajetória que partiu da História das Ideias desencarnada de um contexto social – e que atinge a sua proeminência entre as décadas de 1940 e 1950 – a uma verdadeira História Social e Econômica das Idéias, onde é tarefa primordial do historiador compreender e constituir um contexto adequado antes de se tornar íntimo das ideias que pretende examinar.

Na tessitura das palavras de Barros, a história das ideias está relacionada ao seu contexto socioeconômico, rejeitando uma análise abstrata e descontextualizada de um determinado pensamento. Esse campo lança luz ao nosso objeto, posto que as ideias de Lebreton não nasceram do silêncio, mas a partir de suas respostas frente aos desafios do seu tempo. Os escritos de Lebreton a respeito da economia são um dos meios para se chegar a um projeto de vida e sociedade proposto por ele.

No Brasil, temos alguns trabalhos que versam sobre a atuação do dominicano. Lucas Ricardo Cestaro (2009 e 2015) e Michele Ramos de Angelo (2010) se dedicaram a estudar as ideias lebretonianas no que tocam à questão do urbanismo, considerando uma importante instituição criada em 1947: a SAGMACS. Enquanto Cestaro estudou a contribuição de Lebreton e da SAGMACS para a teoria urbanística, Angelo deu realce ao IRFED - Institut de Recherche et de Formation en vue du Développement - , se debruçando sobre a preocupação de Lebreton em formar quadros técnicos para o “Économie et Humanisme”.

Em 2012, Elisângela Chiquito defendeu a tese “A Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai: do planejamento de vale aos polos de desenvolvimento”, estudando a CIBPU - Comissão Interestadual da Bacia do Paraná - , instituição que realizou projetos de planejamento urbano em alguns estados como São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Minas Gerais. Neste trabalho, a autora também se debruçou sobre as ações de Lebreton em torno do desenvolvimento e sua relação com a CIBPU.

Nesse mister, o artigo “A pesquisa pioneira de Lebrecht sobre as condições de habitação em São Paulo” (2004), de Maria Cristina da Silva Leme, é uma importante reflexão sobre o tema do trabalho aqui proposto.

É preciso destacar também os trabalhos publicados de Sarah Feldman (2005) e de Virginia Pontual (2016). Quanto à primeira, sua tese de doutoramento “Planejamento e Zoneamento” (1947-1972) estuda as formas de urbanismo na cidade de São Paulo, mencionando a contribuição de Lebrecht para a questão. Deste modo, o trabalho também auxilia a compreender o contexto e as características do urbanismo à época em que Lebrecht realizou os seus projetos na capital paulista. Por conseguinte, o trabalho recente de Virginia Pontual (2016), intitulado “Louis-Lebrecht na América Latina”, também lançou luz à discussão da tese, posto que retrata algumas ações de Lebrecht em solo paulistano.

As pesquisas citadas, ainda que toquem no tema do desenvolvimento econômico, não trabalham esse problema de forma sistemática, uma vez que estavam preocupadas em pensar na contribuição de Lebrecht frente ao pensamento urbanístico. Assim, à luz de pesquisas realizadas nos periódicos de teses e dissertações, não vemos trabalhos sobre Lebrecht do ponto de vista da Economia e da História Econômica. A tese de Carneiro (1994), trabalho que mais se aproxima ao nosso, aborda o pensamento de Lebrecht dentro da ótica da História Social, preocupando-se mais nas ideias religiosas e sociais do dominicano do que em suas ideias econômicas.

Dito isto, a nossa tese visa preencher essa lacuna, trazendo aos pesquisadores da História Econômica e da Economia as teses de Lebrecht relacionadas ao desenvolvimento dos povos. Assim, está dividida em três capítulos.

O primeiro examina a trajetória de Lebrecht, desde o nascimento até o seu falecimento, trazendo ao debate a sua formação intelectual e religiosa. Esta primeira seção buscou trazer ao debate as respostas do dominicano francês frente aos desafios do seu tempo. Como Lebrecht concebeu a teologia? Com quem dialogou? Qual a relevância do seu contexto para a formulação de suas ideias? Essas foram algumas das questões que balizaram nossa narrativa e que deram suporte para compreendermos a natureza das ideias do “Économie et Humanisme”.

Com efeito, ressaltamos que a atuação de Lebreton na ONU e no Concílio Vaticano II muito contribuíram para a disseminação de suas ideias mundialmente. Após a Segunda Guerra Mundial, o tema do “subdesenvolvimento” ganhou relevo no meio intelectual, sendo um tema-chave para compreender as assimetrias socioeconômicas entre os países. Assim, o dominicano aproveitou sua atuação nesses organismos para colocar na agenda o tema do desenvolvimento.

É na segunda parte do trabalho que está o âmago da nossa pesquisa. Nela, procuramos investigar as ideias econômicas de Lebreton e as respostas do dominicano frente ao capitalismo e ao socialismo, mostrando a natureza das ideias de uma terceira via para o desenvolvimento dos povos.

“Desenvolver todos os homens e todo o homem”. Podemos afirmar que esse pensamento de François Perroux sintetizou o pensamento do dominicano face às suas ideias sobre o desenvolvimento. Tema também que suscitou não raros debates entre economistas e historiadores econômicos, esse problema ganhou destaque nas produções intelectuais de Lebreton, sendo um referencial para tais reflexões.

Partindo do pressuposto de que o pensamento lebretoniano é uma resposta face aos conceitos apreendidos, achamos conveniente dar relevo aos diálogos estabelecidos por Lebreton. Assim, mostramos que suas ideias dialogaram com as inquietações de Gunnar Myrdal, François Perroux, Georges Balandier e, de igual modo, da CEPAL-Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.

Nos autores supramencionados e na CEPAL vemos a preocupação com a temática do subdesenvolvimento e, também, pela busca de uma terceira via para o desenvolvimento. Por conseguinte, ressaltamos o não ineditismo de Lebreton frente à questão do desenvolvimento, posto que suas premissas se ancoram, por assim dizer, nas ideias dos autores citados e nos especialistas que trabalharam na ONU.

Ainda neste capítulo mostramos que a resposta de Lebreton diante do capitalismo e socialismo foi ativa, fazendo atualizações e ressalvas dos mesmos. No que toca ao primeiro sistema, o dominicano criticou sua atenção especial ao lucro e sua falta de consciência frente aos desequilíbrios do mundo. Embora tenha negado muitos princípios capitalistas, Lebreton valorizou o espírito do empreendedorismo presente no sistema,

juntamente com a liberdade que o capitalismo propiciava. Já com relação ao socialismo, vemos a censura do dominicano do conceito de “luta de classes” e da ideia de uma revolução proletária. No entanto, valorizou a crítica sistemática frente ao sistema capitalista.

A ideia de um desenvolvimento econômico fez o dominicano pensar nos dispositivos necessários para que as sociedades alcançassem o tão sonhado desenvolvimento. Dentre eles, o que ganhou maior destaque foi o da educação. Lebret é assertivo ao afirmar que o desenvolvimento teria que vir de dentro, da própria população, onde a mudança na mentalidade seria o ponto inicial para a mudança socioeconômica da região.

Nessa linha raciocínio, lançamos mão do conceito de “práxis”, revelando que o pensamento do dominicano é melhor entendido à luz das relações estabelecidas entre teoria e ação, fé e vida, e fé e política. É nesse ponto que os princípios do cristianismo auxiliaram na construção do arcabouço teórico da “Economia Humana”, visto a crítica de Lebret diante de ativismos sem preocupação filosófica e princípios éticos.

No terceiro capítulo, analisamos a atuação de Lebret em São Paulo. Ganhou atenção as ações da SAGMACS no tema do planejamento urbano na cidade paulistana.

A atuação em São Paulo foi muito importante para o amadurecimento intelectual de Lebret. A partir de 1947, com um curso de quatro meses na ESLP - Escola de Sociologia e Política - , o dominicano conhece de perto a realidade um país do Terceiro Mundo. A SAGMCS - Sociedade para Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais - foi muito relevante para o estabelecimento de uma crença no planejamento urbano, crença essa que vinha ganhando fôlego nas décadas de 1950 e 1960.

No capítulo, analisamos o curso outrora citado, que foi uma oportunidade para o dominicano reproduzir suas ideias da “Economia Humana”. Ganhou destaque também as ações da SAGMACS nas pesquisas “Problemas de Desenvolvimento e Possibilidades do Estado de São Paulo (1952-1954)” e “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana: estruturas atuais e estruturas racionais (1957-1958)”.

Em ambas as pesquisas podemos notar a ideia de desenvolvimento econômico, discutida no capítulo segundo, presente nas conclusões dos documentos. À luz de uma

visão ampliada da economia, há de se destacar a preocupação do dominicano com relação às questões culturais e educacionais.

Por fim, nossa tese procurou mostrar a natureza das ideias econômicas de Lebrecht e de que forma elas impactaram o contexto em que ele viveu.

CAPÍTULO I: LOUIS-JOSEPH LEBRET: TRAJETÓRIAS

O importante é embarcar. Mesmo sem saber que navios se irão encontrar, que tempestades se irão sofrer, em que portos se irá descansar. Mesmo não tenho previsto tudo, a gente parte, e chega. Basta que o navio não tenha rombo, que os porões estejam suficientemente cheios, a máquina em bom estado e que o capitão e os seus homens entendam suficientemente do ofício. Há risco. Isso não impede de partir¹ (LEBRET, 1952: p. 21).

Pretendemos, neste capítulo, abordar os aspectos biográficos de Louis-Joseph Lebreton, dando realce às respostas desta personagem frente às questões de seu tempo. Para atingir esse escopo buscaremos examinar algumas de suas referências intelectuais para melhor compreender o seu pensamento, exposto, especialmente, no “Économie et Humanisme”.

O estudo desse itinerário se faz necessário em razão de que, segundo Bakhtin (2009, p. 46), os enunciados são respostas às vozes interiorizadas, ou seja, às ideias e experiências que um ser humano adquire a partir de sua relação com o outro. Assim, tais aspectos poderão iluminar certas premissas trazidas pelo dominicano.

Por conseguinte, a intenção não é a de pensar esses fatos como um mero apêndice enciclopédico de Lebreton. Ao contrário: pretendemos demonstrar que o estudo dessa trajetória nos ajuda a entender os aspectos de seu pensamento. Ademais, não é nosso objetivo também contemplar todos os fatos da vida Lebreton, expondo aqui as passagens que mais iluminam aos aspectos de sua personalidade e, com efeito, de suas ideias.

Nessa linha de raciocínio, colocaremos em relevo algumas obras de Lebreton que mais se debruçaram sobre a problemática da presente tese. Noutros termos: não faremos um quadro completo da produção intelectual do religioso, visto que certos textos fogem do escopo do nosso trabalho. Ademais, essas obras serão discutidas de forma mais abrangente no capítulo segundo, em que trataremos das ideias econômicas de Lebreton.

¹ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

1.1 Herança Familiar e Atuação junto à Marinha

“Descobrir antes de tudo, na minha própria família, em um meio pobre e de pequenos agricultores e marinheiros, tendo alguns hectares de terra, trabalhando duro, com casas de terra batida, tudo isso reflete as primeiras paisagens²” (HOUÉE, 1997: p. 15). Quem profere essas palavras é o já dominicano Louis-Joseph Lebreton em suas memórias a respeito de sua infância e da relevância que tais experiências tiveram sobre ele.

Louis-Marie-Nicolas Lebreton nasceu a 26 de junho de 1897, em Le-Miniac-sur-Rance, no norte da Bretanha, geografia marcada pelo mar, onde grande parte da população vivia da pesca e da marinha. Teve como pais Pierre Lebreton e Yvonne Bedel, tendo ficado órfão de mãe aos dois anos.

No que tange à família, Lebreton não deixou de valorizar o aprendizado que recebeu por parte de seu pai e de sua segunda esposa, Anne-Marie Poitevin. Assim, na vida adulta, recorda esse período vivido com Poitevin:

Ela foi para mim durante mais de quarenta anos a mais suave e a mais sábia das mães. Ela encarnava de maneira superior o mais autêntico progresso, pois a natureza e a graça tinham produzido nela um equilíbrio excepcional³ (HOUÉE, 1997: p. 15) (tradução minha).

Essas considerações frente à Anne Poitevin demonstram a relevância que esta teve na formação humanística do jovem Lebreton e, futuramente, na construção do arcabouço teórico do “Économie et Humanisme”. Em suas recordações, o sacerdote afirmava que essa concepção do autêntico progresso trazida por essa mulher foi muito importante para a elaboração do conceito de desenvolvimento.

A mesma consideração é também endereçada a seu pai. O que mais admirava nele era o espírito de abertura. Ainda que ardente republicano e defensor do progresso, Pierre

² Découvrir d’abord, dans ma propre famille, un milieu pauvre un milieu de petits paysans bretons, mi-paysans, mi-marins, ayant quelques hectares de terre, travaillant dur, avec des maisons en terre battue, tout cela, tous ces premiers paysages.

³ Elle fut pour moi, pendant plus de quarante ans, la plus tendre et la plus avisée des mères. Elle incarnait de façon supérieure le plus authentique progrès, parce que la nature et la grâce avaient réalisé en elle un équilibre exceptionnel.

frequentava com assiduidade as missas dominicais, não compartilhando da postura anticlerical de muitos adeptos do ideário republicano.

É imperioso sublinhar que esse contexto não é passado por despercebido pelo jovem Lebret. Desde os seus seis anos já pensava de forma sociológica, ficando atento às divisões ideológicas entre os progressistas e as forças conservadores e realistas. “Desde sua infância, Lebret aprende a superar as oposições entre a direita clerical e conservadora e a esquerda laica e progressista para melhor compreensão da sociedade na qual ele vive”⁴ (HOUÉE, 1997: p. 16).

Por conseguinte, desde jovem, possuía Lebret um espírito de flexibilidade, sendo favorável ao pluralismo religioso dentro do catolicismo, censurando, todavia, divisões internas provindas de um desconhecimento da história, da tradição e da doutrina da Igreja.

Como dissemos nas linhas precedentes, Lebret viveu em um local onde predominava a paisagem marítima e rural. Na fazenda dos pais ajudava a cuidar das vacas, do pomar e a colher os frutos. Sua família era de origem modesta, tendo uma condição um pouco mais avantajada que das famílias costeiras.

Seus estudos secundários se deram na escola comunal de Minihic, tendo o jovem se destacado em Matemática. Em 1916 é admitido na “École Navale de Brest”, aprendendo técnicas e estratégias de guerra e obtendo uma concepção de ação organizada e metódica. Com essa escolha o estudante segue a carreira naval do pai, que era carpinteiro-mor da Marinha francesa.

Entre 1917 e 1919, durante a 1ª Guerra Mundial, realiza operações diversas como torpedeiro, obstruindo operações em Zeebrugge e Ostende. Em 1922 realiza uma viagem ao Líbano, para a “École de Perfectionnement des Officiers e Marine”, onde pôde conhecer países do Oriente Médio e se interessar pela questão do desenvolvimento dos povos, ainda que de forma não sistemática. Escreve ele que essa viagem “permitiu-lhe conhecer a riqueza e a cultura de outras civilizações e se sensibilizar ainda mais com o desenvolvimento social e econômico dos homens” (CESTARO, 2015: p. 82).

⁴ Dès son enfance, L. Lebret apprend à dépasser les oppositions droite cléricale et conservatrice, gauche laïque et progressiste pour mieux saisir la société dans laquelle il vit.

É nesse período de estada no Líbano que Lebret toma a decisão de se tornar padre. Na época pairava uma dúvida quanto à ordem a escolher: jesuítas, capuchinhos ou dominicanos. Após um ano participa de atividades junto aos jesuítas, intensificando ainda mais a sua vinculação religiosa. Assim observou Cestaro (2015: p. 82):

Tendo já se manifestado inclinação aos sacerdotes ligados à esquerda secular, outra de suas preocupações era também quanto à possibilidade de ação, de modo que não se interessava a ele uma ordem que estivesse mais ocupada em trabalhos internos da igreja e orações, mas sim em atuar numa ação mais temporal.

Puel (2016: p. 69) afirma que a Ordem Dominicana poderia oferecer o que Lebret ansiava, visto que, desde o século XIX, já possuía como preceito a relação da Igreja com o mundo moderno, a partir do diálogo travado com a sociedade e com os Estados.

Em 1923 Lebret pede demissão da Marinha e ingressa no Noviciado dos Dominicanos de Angers (França), em 31 de março, permanecendo neste convento por dois anos.

1.2 Os Estudos na Ordem Dominicana

À época de sua entrada no seminário Lebret contava com 26 anos e com uma rica experiência adquirida na Marinha francesa. Diferentemente de muitos aspirantes ao sacerdócio, que ingressam em ordens monásticas com idades inferiores, o jovem noviço possuía conhecimentos sobre ciências exatas e da guerra e também experiência em liderança, levando consigo concepções quanto às desigualdades socioeconômicas entre países. Portanto, Lebret vai procurar nesse novo espaço respostas e caminhos para as suas dúvidas concernentes ao desenvolvimento dos povos.

Em 1925, após dois anos no seminário, Lebret se dirige à cidade holandesa de Rijckolt para fazer seus estudos em teologia e filosofia. Nesse novo seminário, dois padres tiveram relevância em seu direcionamento intelectual: Barnabé Augier e Sertilanges. O primeiro formou uma geração de padres da época, sendo mestre dos noviços e dos estudantes. Direcionou Lebret nas leituras teológicas do apóstolo Paulo e de Tomás de Aquino. Já o segundo apresentou obras do pensamento moderno dos séculos XVIII e XIX, como Descartes, Malebranche, Spinoza, Leibniz, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, Kant, Hegel, Marx e Freud (GARREAU, 1997: p. 20). Evoquemos o próprio

Sertilanges (GARREAU, 1997: p. 86) em sua concepção da teologia, ideia essa que serviu de orientação para Lebrete:

Há uma evolução das ideias religiosas, teóricas e práticas como há uma evolução dos fenômenos econômicos e dos fatos sociais. Essa evolução é limitada porque há uma imutabilidade na natureza humana e na natureza das coisas. Mas há um sentido mais amplo, e é incorreto acreditar que podemos simplesmente ditar os princípios imediatos da economia e da conduta humana de modo vertical, em nome da religião. A religião, como a teologia, traz à tona a discussão sobre o absoluto, mas não por isso elas são em si absolutas. A relatividade emerge do fato de que o humano muda e a natureza das coisas é um eterno devir ⁵ (tradução minha).

Além de se debruçar sobre o pensamento de Paulo, Lebrete também fez leituras atentas do evangelista João, sendo uma de suas inspirações no campo bíblico. Baseado na ideia do amor, Lebrete afirma que o cristianismo era capaz de trazer a felicidade para os homens mais que as miragens do socialismo e do capitalismo. Assim, com base em João⁶, o seminarista levou adiante a ideia de que todos os homens são filhos de um mesmo Pai e que formam uma única família, sendo, por conseguinte, chamados para a felicidade universal.

Ainda no campo teológico, Lebrete teve como referência o filósofo Tomás de Aquino. Grande representante do pensamento da Igreja durante o período medieval, o filósofo se destacou pela interpretação que fez do pensamento de Aristóteles, colocando em diálogo *fé* e *razão*. Essa relação era muito cara a Lebrete, visto que era um homem de fé e de ação metódica e racional. Além disso, o seminarista era um homem de observação e experimentação, tendo demonstrado isso durante seu curso secundário e na marinha francesa.

⁵Il y a une évolution des idées religieuses, théoriques et pratiques, comme il y a une évolution des phénomènes économiques et des faits sociaux. Cette évolution est limitée parce qu'il y a de l'immuable dans la nature humaine et dans la nature des choses; mais il y a du large, et c'est à tort qu'on croirait pouvoir dicter simplement du haut en bas au nom de la religion, les principes immédiats de l'économie et de la conduite humaine... La religion, la théologie mettent en cause l'absolu, mais elles ne sont pas pour cela un absolu; la relativité s'y introduit du fait de l'humain qui change et de la nature des choses qui est un perpétuel devenir.

⁶ O verso bíblico que Lebrete se ampara é o de João 17:21: "a fim de que todos sejam um; e como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam eles em nós".

Tomando como parâmetro a atualização que Tomás de Aquino fez de Aristóteles, Lebret trouxe ao debate a ideia de se pensar Deus e a Igreja não somente pelo viés teológico, mas também a partir das ciências naturais e sociais. Ele afirma:

A teologia não deve se construir somente a partir de fontes reveladoras, mas sim a partir de toda fonte de conhecimento [...]. Os resultados da filosofia, da história, da sociologia e de outras ciências humanas trazem talvez alguma luz à teologia, mas por uma relação extrínseca. Cada uma das ciências, trabalhando fora do domínio da teologia, pode ser assumida, no que se refere às suas conclusões, à luz da fé do organismo teológico, sem, contudo, pretender fornecer princípios próprios para construir de fato a ciência da revelação⁷. (PELLETIER, 1996: p. 40-41) (tradução minha).

Com efeito, acreditamos que Lebret também se inspirou nas premissas de Tomás de Aquino concernentes à subordinação da economia frente à moral. Em sua reflexão sobre o “preço justo”, o filósofo ressalta que a busca pelo lucro excessivo é algo pecaminoso, dizendo que o homem não deve vender uma coisa por mais do que ela vale. Assim, censura a postura de se fixar elevados preços nas mercadorias, trazendo contribuições filosóficas a respeito do preço e da moralidade.

Nessa perspectiva de valorização das ciências, em 1928 Lebret pensa em fundar “um movimento que reunia os dominicanos e os jovens leigos organizados em grupos provincianos em volta de uma revista de ciências humanas consagrada à sociologia e à filosofia das ciências”⁸ (HOUÉE, 1997: p. 19) (tradução minha).

1.3 Lebret e os Trabalhadores de Saint-Malo: as marcas de uma experiência

Em 1929, com 32 anos, o jovem Lebret é ordenado sacerdote e parte para o Convento de Saint-Malo-Paramé para exercer seu ofício de religioso dominicano. Todavia, ao invés de se fechar em um convento, Lebret vai preferir atuar na sociedade Saint-Malo, juntamente com as populações costeiras em suas dificuldades de responder aos novos desafios trazidos pela crise de 1929. Portanto, o dominicano irá confrontar os

⁷ La théologie ne doit pas se faire seulement à partir des sources d'ordre révélé, mais encore à partir de toute source de connaissance[...] Les résultats de la philosophie, de l'histoire, de la sociologie et d'autres sciences humaines apporteront sans doute quelque lumière à la théologie, mais par rapport extrinsèque; chacune de ces sciences travaillant à l'extérieur de la théologie peut être assumée quant à ses conclusions sous la lumière de la foi dans l'organisme théologique, mais sans jamais pouvoir prétendre fournir des principes propres à construire vraiment la science du révélé.

⁸ un mouvement qui réunirait des dominicains et de jeunes laïcs organisés en groupes provinciaux, autour d'une revue de sciences humaines consacrée à la sociologie et à la philosophie des sciences.

estudos cristãos obtidos no seminário com a pobreza e a miséria de seu povo. As experiências desse período com os trabalhadores de Saint-Malo, segundo ele, marcaram toda a sua vida.

Antes da referida crise, porém, o sul da França estava modernizando sua economia: concentração de armamentos, redução de efetivos, intensificação da produção, técnica de pescado industrial. De um lado oposto tínhamos a situação do norte francês, região onde Lebret se situava, cuja pesca era ainda feita por barcos e voltada para o mercado regional (HOUÉE, 1997: p. 23).

Impulsionados por um forte consumismo na década de 1920, os Estados Unidos tiveram suas indústrias fortalecidas e um aumento na qualidade de vida das pessoas. Era o “american way of life”, que mostrava ao mundo a prosperidade estadunidense no campo econômico e social.

No entanto, esse período de abundância começou a dar os primeiros sinais de fragilidade no momento em que as nações europeias começaram a se recuperar dos efeitos da Primeira Guerra. Assim, o mercado estadunidense começou a ficar intenso, gerando muita especulação e, conseqüentemente, uma crise de superprodução. O momento crucial dessa crise foi a queda da Bolsa de Nova York, em 29 de outubro de 1929, gerando falência de não raras empresas, desemprego e caos social.

Diante desse quadro, a crise causou grande desordem na região costeira do norte da França. Houée (1997: p. 24) assinala que, em 1913, Saint-Malo contava com 146 barcos à vela, caindo para 33 em 1933. À época, o salário dos marinheiros havia diminuído 40%, causando, com efeito, instabilidade social e muita oposição entre eles. Como consequência, muitos desistiram dessa profissão, visto a notória vulnerabilidade a que ficaram sujeitos. Para Lebret, outras razões se ajuntaram a essa: os interesses das grandes empresas; a inadaptação dos meios de transporte; a ausência de uma política marítima consistente e a incompetência dos parlamentares em responder, com clareza, a essa situação de desordem. Lebret ainda afirma que muitas famílias conheceram:

Um grande sofrimento: famílias inteiras subnutridas, crianças alimentadas com fatia de pão e manteiga e alguns copos de uma cidra de má qualidade, lares devastados pela tuberculose, pelo alcoolismo [...] o mercado de peixes devastado

por sua desorganização e a concorrência sem limites do estrangeiro⁹ (HOUÉE, 1997: p. 24) (tradução minha).

Assim, foi esse quadro que o sacerdote recém-ordenado presenciou. Embora os desdobramentos dessa crise tenham sido devastadores, não foi esse o real motivo que levou Lebret a realizar uma pesquisa entre as famílias da região. O pretexto foi a descrença dos mais pobres em relação à Igreja, visto a situação de pobreza material reinante no litoral norte francês. Nessa primeira pesquisa de Lebret, foram percorridas aproximadamente 250 cidades da costa francesa em aproximadamente 20 meses, à luz do estudo de mentalidade, tradições, costumes e atividades políticas e econômicas.

Nesse panorama de crise social apontado nas linhas precedentes, a Igreja, na visão de Lebret, não agiu de forma eficaz. Garreau (1997: p. 27) assinala que o dominicano criticou a estratégia diocesana, visto que os padres eram de origem camponesa e rural, contrapondo ao meio marinho da população local. Assim, a diocese não conheceu de fato os problemas profissionais dos marinheiros, sendo negligente quanto às suas reais necessidades.

Outrossim, Lebret afirmava que o catolicismo estava de mãos dadas com a burguesia, o patronato, os ricos e o governo, tendo os pobres representado o clero como conservador e a favor do “status quo”. O dominicano complementa sua visão:

A ignorância das estruturas, das condições de vida, das correntes ideológicas, da conjuntura econômica mundial e local, a ignorância da psicologia e da sociologia¹⁰ (GARREAU, 1997: p. 28).

Nesse mister, o dominicano amplia sua crítica à Igreja, tendo como alvo a formação dos clérigos. Um método de formação desatualizado, arcaico e abstrato, em contrapartida a uma formação que visasse aos pressupostos científicos, que muito auxiliam a ciência teológica. Essa era a tônica da crítica às estruturas eclesiásticas. Outra questão a considerar é no tocante ao espírito conformista que era imbuído nos futuros religiosos, os impedindo de uma ação mais organizada na sociedade.

⁹ La grande détresse: des familles entières sous-alimentées, des enfants nourris avec quelques tartines de beurre et quelques verres de mauvais cidre, des foyers dévastés par la tuberculose et par l'alcoolisme [...] le marché du poisson dévasté par son inorganisation et la concurrence sans frein de l'étranger.

¹⁰ L'ignorance des structures, des conditions de vie, des courants idéologiques, de la conjoncture économique mondiale et locale, l'ignorance de la psychologie et de la sociologie.

O problema do comunismo também foi alvo de reflexão, posto a recusa de Lebreton em aceitar o “anticomunismo” dos padres, visto como infantil e incapaz de pensar nos problemas sociais. Diante disso, o que Lebreton propõe é que a Igreja tenha uma postura autocrítica e que seja capaz de reformular suas respostas frente às contradições do mundo. Para concluir, o dominicano (GARREAU, 1997: p. 33-34) pondera:

Com toda degradação do ensino cristão, não é suficiente fazer participarem os cristãos no desenvolvimento material da liturgia. É preciso fazê-los compreender a grandeza histórica, o alcance social [...]. A primeira onda foi ainda muito clerical, muito sentimental; a segunda, para obter sucesso, deverá contemplar muito mais iniciativas laicas. A ação católica perdeu a ingenuidade: escolhendo objetivos concretos, ela se insere mais consideravelmente no tempo¹¹ (tradução minha).

O movimento de Saint-Malo foi considerado bem-sucedido por Lebreton, pois mostrou que os cristãos não eram totalmente retrógrados e que, de algum modo, estavam inclinados para a justiça social. Chegou-se à conclusão do papel desmoralizante dos portos, o individualismo dos marinheiros e de que essas transformações da pesca na Bretanha foram as causas principais da mudança de atitude religiosa dos trabalhadores. A pesquisa revelou, de igual modo, a força do comunismo em atrair tais trabalhadores.

Este trabalho realizado por Lebreton, segundo Cestaro (2015: p. 84), foi reconhecido pela ONU-Organização das Nações Unidas, tendo o dominicano recebido o convite para integrar uma equipe de especialistas na questão, propondo a elaboração de uma pesquisa acerca da situação econômica do mundo. O documento, intitulado “Measures for the Economic Development of Underdeveloped Countries”, foi publicado em 1951, trazendo a público as conclusões do grupo frente à situação econômica do mundo.

Além da pesquisa realizada durante 1929 e 1931, o dominicano ajudou a realizar o primeiro congresso social da Bretanha, em 1930, contando com a participação de diversos marinheiros da região. Reunindo cerca de 300 pessoas, o trabalho tinha o objetivo de refletir acerca da queda dos lucros dos pescadores dessa região e das

¹¹ Toute dégradation de l’enseignement chrétien, Il ne suffit pas, de faire participer les chrétiens au déroulement matériel de la liturgie, Il faut leur en faire comprendre la grandeur historique, la portée sociale [...] La première vague était encore très clericale, très sentimentale, la seconde vague, pour réussir, doit comporter beaucoup plus d’initiatives laïques; l’action catholique a perdu la naïveté, elle choisit des objectifs concrets, elle s’engage plus réellement dans le temporel .

mudanças causadas na economia local. Como consequência deste encontro fora criado uma cooperativa, unindo os vários tipos de sindicatos: cristãos, neutros e comunistas.

Esse modelo único de sindicato era baseado em uma concepção horizontal, diferentemente do sindicato nacional. Para Bosi (2012: p. 252), as “relações interfamiliares e de vizinhança substituíam a oposição de classe peculiar ao sindicalismo hegemônico. Essa combinação heterodoxa favoreceu os mecanismos de ajuda mútua em casos de crise, desemprego, fome e doença”.

Deste modo, o dominicano acreditava que os diversos ramos profissionais teriam de pensar sua prática, participando de discussões e debates, para que pudessem solucionar os seus problemas. E é assim que, em 1934, cria a “École Normale Sociale Maritime”, com o escopo de formar militantes para animar a ação dos marinheiros da costa. Nessa escola foram realizados reuniões e grupos de estudo para debater e examinar a situação socioeconômica dos marinheiros e de suas famílias.

Com efeito, Lebret é inspirado pelo modelo corporativista, sem, no entanto, se inclinar para o paternalismo. Aliás, à medida que vai desenvolvendo seu pensamento, a ação paternalista vai ser um dos grandes alvos de crítica do dominicano.

Assim, concluímos que, embora pertencendo ao clero, Lebret lê a realidade à luz dos valores e anseios das camadas subalternas, acreditando na força de sua ação organizada em torno de uma nova sociedade. Essa atitude do dominicano de criar condições para que cada trabalhador pensasse sua condição social vai ganhar corpo nas produções intelectuais dele, como veremos no capítulo segundo.

Na década de 1930 escreveu Lebret artigos¹² a respeito do comércio e das atividades pesqueiras, destacando o de 1939, “Les professions maritimes à la recherche du bien commun”. Nesses textos o religioso reforçava sua crença na ação social cristã, criticando, com efeito, a concepção de caridade passiva. Ademais, foi nesse período que o dominicano criou o periódico “La Voix du Marin” com a finalidade de conscientizar as pessoas frente às péssimas condições de vida dos pescadores da Bretanha.

¹² Outros artigos de Lebret: “Aspects maritimes de la crise mondiale” (1932), “La grande angoisse de nos familles côtières” (1937) e “Antecipations corporatives” (1939).

Outra atuação importante de Lebret com os marinheiros diz respeito ao seu diálogo com o governo Vichy para a regulamentação da profissão de marinheiro, reivindicação muito presente entre os próprios. Após debates acerca da questão, a profissão foi regulamentada em 23 de março de 1938, sendo oficializada, por lei, em 13 de maio de 1941.

O governo Vichy, período em que o país foi administrado a partir da cidade de Vichy, durante a Segunda Guerra Mundial, era um regime de inspiração nazista, criado após a rendição da França aos alemães, em 1940. Sob o lema “Travail, Famille, Patrie”, este governo se impôs contra a resistência francesa, grupos criados para responder às políticas do regime de segregação racial, repressão e de aniquilamento da oposição.

Dito isto, a pergunta que fica é acerca da relação de Lebret com o governo e, mais especificamente, com o nazismo e sua doutrina antissemita, visto que o regime de Vichy propunha ajudar a Alemanha no combate aos judeus. Embora tenha dialogado com o governo para a regulamentação da profissão de marinheiro, não encontramos associação entre Lebret e o antissemitismo. O que Lebret faz em várias passagens de “Montée Humaine” (1951) é associar o judaísmo à plutocracia, o governo onde o poder é exercido pelos mais ricos e abastados, tendo em vista a “revanche judéo-maçonne”, relacionando essa expressão à política laica e ao anticlericalismo da III República francesa, entre 1870 e 1940.

Em março de 1940, o dominicano leu a obra “Mein Kampf”, de Adolf Hitler, tecendo interpelações à obra e ao seu autor. Uma de suas preocupações era com relação à idolatria ao personagem e à Alemanha, criticando o papel de dominação do líder e de seu pensamento. Assim Lebret comenta:

Ele vai à frente de seu sonho, alucinado pela grandiosa realidade que ele projetou: um universo dominado pelo pensamento da inicialização alemã. Seu projeto exprime seu imenso orgulho e o orgulho de seu povo. Sua genialidade não se confina à loucura. Ele é o gênio da destruição, da opressão, da brutalidade, em suma da barbárie”¹³ (PELLETIER, 1996: p. 26) (tradução minha).

¹³ Il va de l'avant dans son rêve, halluciné par la grandiose réalité qu'il a conçue: un univers dominé par la pensée et la botte allemande [...] Son dessein exprime son immense orgueil et l'orgueil aussi de son peuple. Son génie ne confine pas à la folie, il l'atteint. Il est le génie de la destruction, de l'oppression, de la brutalité, pour tout dire de la barbarie.

É imperioso destacar que, para Lebret, o nazismo era mais perigoso e destrutivo que o comunismo, tendo em vista a sua doutrina do protagonismo da raça pura que eliminava grande parte da humanidade: “O racismo é um místico da humanidade como o marxismo. Porém a humanidade aqui deve ser submissa à elite de puro sangue da Alemanha. Não se trata mais de igualdade, porém de hierarquia, o único chefe sendo a Alemanha. Enfim, o perigo nos parece mais grave, mais angustiante”¹⁴ (PELLETIER, 1996: p. 27) (tradução minha).

No que concerne ao marxismo, Lebret fez anotações no primeiro volume de “O Capital”, em 1938. Em um excerto encontramos uma valorização do pensamento do filósofo alemão: “Eu estou pasmo em descobrir em Marx muitas de nossas críticas”, “minhas novas perspectivas foram vividas por Marx”, “Este homem é genial”¹⁵ (PELLETIER, 1996: p. 114). Eis as formas como o dominicano se refere a Marx, reconhecendo a relevância do filósofo alemão para as suas novas ideias.

Acreditamos na premissa de que o encontro de Lebret com Marx se deu através das experiências em Saint-Malo, onde o dominicano pôde examinar os desdobramentos catastróficos do sistema capitalista para as famílias costeiras do norte da Bretanha. É a partir deste momento também que o dominicano começa a se debruçar sobre a economia política, refletindo acerca da relação do homem com o trabalho, a produção e os bens materiais.

O período de atuação em sua terra natal coincide com o pontificado do papa Pio XI¹⁶ e de sua Encíclica “Quadragesimo Anno”, promulgada a 15 de maio de 1931, que versava, *grosso modo*, sobre a questão do corporativismo. No documento, a Igreja busca uma terceira via que superasse o capitalismo e o socialismo, abordando a questão da propriedade privada e do equilíbrio entre capital e trabalho. Assim o pontífice comenta

¹⁴ Le racisme est une mystique de l’humanité comme le marxisme. Mais l’humanité ici doit être soumise à l’élite pur-sang de l’Allemangne. Il ne s’agit plus d’égalité mais de hiérarchie, le seul chef étant l’Allemand. Au terme, le danger nous apparaît plus grave, plus angoissant.

¹⁵ Je suis absolument vexé de retrouver dans Marx tant de nos (recents) critiques. toutes mes nouveautés de perspectives avaient été viés par ce Marx. Cet homme est genial.”

¹⁶ O Papa Pio XI nasceu em 1857, tendo falecido em 1939. Seu pontificado ocorreu de 1922 até o ano de Seu falecimento. Sua atuação como pontífice ficou marcada pela tentativa de reaproximação da Igreja com a sociedade, especialmente com o mundo do trabalho. O Papa regularizou a relação da Igreja com o Estado italiano a partir do Tratado de Latrão, em 1929. Sua principal Encíclica, “Quadragesimo Anno”, retomou pontos do corporativismo fascista, exposto na *Carta del Lavoro*, do Partido Nacional Fascista de Benito Mussolini.

sobre a importância das associações da sociedade civil para mediar sua relação com o Estado:

Como não se pode tirar os indivíduos e dar à comunidade o que eles podem realizar com seu próprio esforço e empreendimento, tampouco é justo, constituindo um grave prejuízo e perturbação da ordem correta, tirar das comunidades menores e inferiores o que elas podem fazer e proporcionar, para dá-lo a uma sociedade maior e mais elevada (QUADRAGESIMO ANNO, 1931).

Pio XI criou, em 1929, a Ação Católica, reunindo uma série de movimentos leigos que visavam intervir diretamente na sociedade e, por conseguinte, ampliar a ingerência da Igreja no plano social. Apesar de ser um movimento do laicato, as Ações Católicas criadas no mundo eram subordinadas à hierarquia da Igreja, não tendo autonomia plena para a realização de suas atividades. Essa situação fez Lebreton concluir sobre o cunho paternalista deste movimento, visto que esses grupos não tinham liberdade plena e também pelo caráter “conquistador” das elites católicas em subjugar as massas.

Os movimentos que Lebreton liderou seguiram o método “voir, juger, agir”, criado pelo teólogo belga Joseph de Cardijn¹⁷. Este método consistia na análise da realidade (ver), no exame, à luz das premissas cristãs, dela (julgar) e na intervenção de forma sistemática (agir). Com esses princípios, o dominicano acreditava que a sociedade só poderia ser transformada a partir de seu estudo metódico, revelando, portanto, sua crença na ciência e no conhecimento. Ademais, essa metodologia que norteava o trabalho de Lebreton era, de alguma forma, contrária a ideia do “catolicismo social” francês, que se sustentava a partir do princípio de “transformation par en haut”. O dominicano salientava que essa ideia era paliativa, visto que não atingia as bases de uma estrutura; como consequência a valorização recairá sobre a “transformation par en base”, considerando a ação social dos militantes.

Pensando nessa fase inicial de Lebreton podemos destacar alguns traços que foram importantes em sua personalidade: o humanismo que herdou de seu pai e da esposa deste último; a percepção das diferenças ideológicas da Igreja e dos grupos políticos franceses; seu interesse e habilidade em matemática e na arte de guerra; sua sensibilidade diante do

¹⁷Joseph-León de Cardijn (1882-1967) foi fundador da Juventude Operária Católica- JOC, desenvolvendo ações na área social da Igreja Católica. Realizou inúmeras viagens à Europa para conhecer os trabalhos relacionados aos operários e à juventude. Foi consagrado Bispo em 1950, pelo então papa Pio XII e elevado ao cargo de cardeal em 1965. Já no final de sua vida ajudou a redigir a encíclica “Mater et Magistra”, em 1961, sendo um dos nomes de maior importância do Concílio Vaticano II.

sofrimento dos moradores de sua terra natal, e, por fim, a relação estabelecida entre fé e razão.

1.4 O “Économie et Humanisme” e suas Referências¹⁸

Em 1941, na França, Lebreton funda o “Économie et Humanisme”, um grupo de pesquisa e ação que surgiu no contexto destrutivo da Segunda Guerra Mundial.

Logo de início, faz-se necessário ressaltar que as experiências de Lebreton obtidas junto à população de Saint-Malo foi citada no “L’Origine d’Economie et Humanisme” de 1944 (CESTARO, 2015: p, 89), documento do “Économie et Humanisme” que revela as origens do movimento criado pelo dominicano francês. Assim, essa passagem da vida de Lebreton contribui para a constituição de suas ideias acerca da economia e do desenvolvimento dos povos, tema que será estudado mais detalhadamente no capítulo segundo.

A primeira ação do grupo de Lebreton foi no pós-guerra, a partir de 1945, junto ao ministério de Reconstrução. Os pesquisadores do centro analisaram sistematicamente os efeitos dos bombardeios nas cidades francesas mais atingidas: Merseille, Nantes, Saint-Etienne e Lyon (BOSI, 2012: p, 255). Foram analisados temas como habitação e alimentação, mostrando a precária situação concreta dessas populações locais. Segundo Bosi, “o objetivo principal era detectar as necessidades básicas dos bairros e distritos urbanos, mediante observações sistemáticas e entrevistas” (BOSI, 2012: p. 255).

Após esses trabalhos, as equipes do “Économie et Humanisme” coordenaram pesquisas acerca das carências alimentares na região parisiense e em Grenoble, importante centro industrial, região esta que teve uma participação efetiva dos membros da “Economia Humana”.

Tanto Lebreton quanto o “Économie et Humanisme” não tiveram uma história linear e isenta de discordâncias. Ambos foram alvos de acerbos críticas por parte de alguns setores da sociedade civil francesa. Dentre os grupos chamamos a atenção para o CGT-Confédération Générale du Travail-, que queria centralizar os trabalhadores em um sindicato único, impedindo a criação de novos sindicatos. Privilegiavam uma separação

¹⁸ Tanto a proposta teórico-metodológica do movimento quanto alguns de seus pormenores serão discutidos no capítulo segundo.

entre os dirigentes e as massas, ideia essa muito questionada pelo dominicano. O patronato marítimo também fez suas censuras ao movimento, visto que, imbuídos de uma concepção liberal, não viam com bons olhos uma proposta que tinha como cerne o ataque às estruturas do livre mercado.

Somando-se a essa crítica, J. Thezac, fundador da “Abris de Marins”, reprovou fortemente os métodos da JMC- Jeunesse Maritime Chrétienne-, desvalorizando as ações dos militantes. A organização fora fundada com o escopo de oferecer aos marinheiros e pescadores assistência social, a partir de um certo teor moral e puritano.

Uma crítica assaz retórica a Lebret concerne na questão do comunismo. Em não raras vezes o religioso foi identificado como um colaborador desse regime, considerando a sua atenção especial aos que estavam à margem da sociedade e sua crítica a alguns aspectos do pensamento liberal. Vejamos como Lebret (GARREAU, 1997: p. 49) se posiciona diante dessa acusação:

É preciso ver as coisas de uma perspectiva mais distanciada, se posicionando no verdadeiro campo, que é aquele da doutrina. Se sou imprudente, é a Igreja que é imprudente. Estimo o Santo Padre, ao trabalhar para recolocar na sociedade econômica a ordem cristã, mesmo que em certa medida isso possa obrigar os trabalhadores a se atentarem à justiça. Isso não é implantar o comunismo senão a maneira mais eficaz de nos proteger dele. Muitos cristãos ainda se confrontam com o sindicalismo e o socialismo, mas a verdade é que se colocar contra alguém por causa de suas tendências sindicalistas é se colocar contra a doutrina tradicional da Igreja, que é corporativa¹⁹ (tradução minha).

Concluimos, pelo excerto, que o dominicano não responde de forma sofisticada e original, a partir da consideração sobre as possíveis zonas de aproximação entre marxismo e cristianismo. Prefere se defender afirmando que suas ações estão amparadas na tradição católica, levando em consideração que a Igreja se preocupa com a vida econômica da população. Assim, Lebret justifica sua ideia ao sublinhar que o ideal corporativista também é valorizado pela alta hierarquia da Igreja.

¹⁹ Il faut voir les choses de plus haut se placer sur le vrai terrain, celui de la doctrine; si je suis imprudent, c'est l'Eglise qui est imprudent, j'estime avec le Saint-Père que de travailler à remettre dans la société économique l'ordre chrétien, même si sur tel ou tel point cela peut mener à contraindre les employeurs à l'observation de la justice, ce n'est pas faire du communisme, mais c'est la seule façon efficace de nous garder du communisme. Trop de Chrétien en sont encore à confondre syndicalisme et socialisme; s'élever contre quelqu'un à cause de ses tendances syndicalistes, c'est s'élever contre la doctrine traditionnelle de l'Eglise qui est corporative.

Neste sentido, Lebret se apoiou em muitas locuções de Pio XII, justamente quando o assunto envolvia a questão social. Bem-estar social, engajamento dos cristãos no mundo e crítica aos regimes antagonistas (capitalismo e socialismo): esses foram os temas que mais chamaram a atenção de Lebret, cujos textos referentes a eles foram, muitas vezes, publicados na revista “*Économie et Humanisme*”. Em uma mensagem de natal de 1955, Pio XII afirma (GARREAU, 2011: p. 257): “Nas relações, mesmo que somente econômicas, entre os homens, nada se produz por si mesmo, como é o caso da natureza física, sujeita a leis. Mas tudo, substancialmente, depende do espírito”²⁰ (tradução minha).

É oportuno dar valor às ideias do papa que causaram sensibilidade em Lebret, visto que a alcunha de “conservador”, utilizado para adjetivar a identidade de Pio XII, oculta algumas preocupações que ambos tinham em comum, como vimos no parágrafo acima. Grande parte da historiografia se dedicou a relacionar Lebret aos papas do Vaticano II²¹, João XXIII e Paulo VI, negligenciando, assim, sua relação com Pio XII.

As experiências obtidas na vida marítima e na ação social ganharão linhas na obra “Princípios para a Ação” (1952), em que Lebret vai discutir pensamentos e ideias para balizar as ações dos grupos sociais. O texto visava encorajar os militantes cristãos e não cristãos em sua luta em favor da humanidade, versando a respeito de temas como a organização, a vida de equipe, a força e a humildade. Cabe sublinhar que o livro não apresentava ainda os conceitos norteadores da “Economia Humana”, ação essa que será realizada em tempos futuros.

Por conseguinte, o “*Économie et Humanisme*” criou, em 1958, o IRFED – “Institut de Recherche et de Formation en vue du Développement Harmonisé”, cujo objetivo era o de formar pesquisadores e militantes para disseminarem os pressupostos da “Economia Humana” em seus respectivos países. Chamados de “*Développeurs*”, esses agentes do desenvolvimento foram muito importantes para que o mundo conhecesse a proposta de desenvolvimento trazida por Lebret.

²⁰ Dans les rapports, même seulement économiques, entre les hommes, rien ne se produit par soi-même, comme c’est le cas dans la nature physique, sujette à des lois; mais tout, en substance, dépend de l’esprit”.

²¹ Iremos nos debruçar sobre os papas do Vaticano II nas linhas posteriores deste capítulo.

Michelly Ramos de Angelo (2010: p. 145-146), estudiosa do IRFED e dos “Développeurs”, traz a lume uma fala do dominicano acerca do que pretendia com esse organismo:

Preparar novos homens, técnicos em ciências humanas; diretores capazes de inaugurar uma associação de comunidades ascendentes, professores, assistentes sociais, higienistas, médicos dispostos a viverem entre o povo, longe da grande cidade; militantes e líderes de movimentos da juventude e de ação sindical que conheçam as necessidades das pessoas e aptos a identificarem líderes e esclarecerem a opinião do Estado sobre as medidas a serem tomadas em favor das classes populares; responsáveis políticos conhecedores da vida municipal e regional, que sejam objetivos e eficazes, verdadeiros criadores de células civilizatórias; e, enfim, grandes políticos que atuem no plano nacional e internacional.

Inúmeros jovens²² que participaram dessa formação especializada foram para a América Latina e para a África e colocaram em prática a ideia de desenvolvimento, visto que “a falta de quadro especializado e pessoal qualificado em todos escalões era, para Lebre, um dos problemas-chave do desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo” (ANGELO, 2010: p. 30).

Lebre e o encontro com Chombart, Le Play e Francois Perroux.

Com relação às premissas do “Économie et Humanisme” precisamos examinar a presença de certas ideias de autores franceses na constituição do organismo criado por Lebre.

Entre 1940 e 1942, Lebre participa de reuniões na “École Nationale des Cadres d’Uriage”. Sob a tutela do regime Vichy, essa escola foi fundada com a intenção de pensar a derrota, reconstruir as elites e formar novos dirigentes para o país. Contando com um grupo de aproximadamente 30 pessoas, essa instituição visava conhecer a realidade social e pensar no futuro da França. Para isso, acreditavam que nem o capitalismo nem o socialismo poderiam restaurar o país.

Um dos nomes de maior realce desta instituição era o de Chombart de Lauwe. Sociólogo francês e um dos precursores da sociologia urbana na França, Chombart entrou para a Resistência Francesa em 1940, ocupando a função de tenente e de piloto-caça.

²² Segundo Angelo (2010: p. 31), os jovens que participaram dessa capacitação giravam em torno dos 19 a 33 anos e 22 a 24 anos.

Entusiasmado com a investigação empírica, pesquisou o município parisiense, debruçando-se sobre a aglomeração da capital francesa e temas relacionados à habitação, ao transporte, aos limites históricos, etc. Como resultado dessas pesquisas escreveu, em 1952, “Paris et L’Agglomération Parisienne”, onde trata de um procedimento técnico muito caro a Lebreton: os mapas aéreos. No livro, Chombart mostra a importância de se realizar voos de avião para melhor detectar as características do local.

Chombart convidou Lebreton para participar da Escola e fazer comentários a respeito da metodologia utilizada pelo primeiro. É importante salientar que esse instituto também valorizava o contato direto com a realidade a ser estudada, por isso o convite a Lebreton para participar das reuniões.

No “Économie et Humanisme”, o dominicano se serviu dessa técnica para melhor conhecer as regiões estudadas. Na obra “Manuel de l’enquêteur”, que versa sobre os procedimentos metodológicos da “Economia Humana”, sendo um verdadeiro manual para os militantes, o nome do sociólogo francês ganha destaque no Prefácio, mostrando uma ligação direta entre ele e Lebreton. Ademais, seu nome é visto também nas referências do livro “L’enquête rurale”, de 1951, onde é indicada a obra “La découverte aérienne du monde”.

Outro francês que teve proeminência no pensamento de Lebreton foi Frédéric Le Play (1806-1882). Embora não tenha tido formação intelectual em Sociologia, o estudioso contribuiu para o desenvolvimento dessa ciência em solo francês. O pesquisador em questão, que era cristão, desenvolveu pesquisas sobre as famílias operárias francesas, considerando-as como a unidade social fundamental. Amparou-se no método monográfico indutivo, que partia do particular para o geral, fazendo conclusões de ordem geral sobre as famílias camponesas e operárias e também sobre a sociedade francesa.

Por conseguinte, a metodologia seguida por Le Play era, segundo Angelo (2010: p. 47), alternativo à estatística social, dividindo as etapas da pesquisa em três:

Primeiro observou os fatos particulares relativos a uma única família ou a um número pequeno delas. A partir desse micro-estudo, extraiu, por indução, proposições gerais. Por último, submeteu suas conclusões a um grupo de ‘entendidos’, formados, na maioria das vezes, por notáveis locais, como prefeitos, médicos e tabeliães. A particularidade desses entendidos era pertencerem tanto ao universo observado pelo método quanto ao do observador

erudito. Dessa forma, permitiam a validação das proposições iniciais e rompiam a circularidade de uma observação particular.

No que tange às semelhanças entre Lebreton e Le Play, podemos considerar a origem dos dois no meio católico e rural, procurando, a partir de viagens, conhecer inúmeras realidades. Destarte, a questão que merece relevo é que ambos tinham a preocupação com a moral cristã, uma vez que suas obras revelavam essa forte inclinação religiosa.

Para dar fim, um autor que, embora pouco citado nas obras de Lebreton, contribuiu para amparar o seu pensamento e a ação. Estamos nos referindo ao jesuíta francês Teilhard de Chardin²³. De Chardin foi também paleontólogo, fazendo à época pesquisa em Saulchoir, Escola Dominicana de Teologia. O ponto que merece destaque em pensamento é de que acreditava que a crença em Deus não exigia uma negação do mundo, da história e sim, pelo contrário, que cada pessoa participasse da construção e transformação do mundo com o seu pensamento e ação.

De Chardin concebia a teologia, e as outras áreas do conhecimento, de uma perspectiva evolutiva, defendendo o pressuposto de que as ciências deveriam atualizar seu quadro teórico-metodológico para, com efeito, se adaptar às necessidades de cada momento histórico. Para isso seriam necessárias universidades e centros de pesquisa, ideia essa que também chamou a atenção de Lebreton, pois facilitava a participação ativa da população nos debates em torno dos sistemas de pensamento.

1.5 Lebreton: momentos finais (participação na ONU e no Vaticano II)

Lebreton, no período em que pertenceu à Marinha, fez uma viagem ao Líbano, conhecendo muitas regiões do Oriente Médio. Acreditamos que foi a partir dessa experiência que o dominicano começou a ser um “cidadão do mundo”, sensibilizando-se pelas diferenças e desigualdades sociais no mundo.

²³ Teilhard de Chardin (1881-1955) nasceu em Orcines, em uma comuna do norte da França. Seu pensamento ficou marcado pela conciliação entre ciência e religião, negando tanto o cientificismo quanto uma teologia mística e voltada somente para a realidade metafísica. Diante de tal postura, a Igreja o proibiu de lecionar, negando as interpretações do jesuíta acerca da teologia. Sua *Opus Magnum*, “O Fenômeno Humano”, sintetiza suas ideias acerca da ciência e da religião.

Essas viagens não se encerraram naquele momento. A partir de 1947 Lebret faz sua primeira viagem ao Brasil e à América Latina, onde comenta sobre esse novo momento:

Em 1947 parti para o Brasil e dei na Escola de Sociologia e Política de São Paulo um curso de introdução à economia humana. Foi então que tomei conhecimento dos problemas da América Latina. No decurso de viagens ao Chile, Argentina, Uruguai, descobri mais precisamente o que tinha pressentido alguns anos antes, ao costear como marinheiro este continente: a miséria, não somente verificada, mas estudada nos seus efeitos e nas suas causas (LEBRET, 1965: p. 21).

Além desses percursos, Lebret também se dirigiu a países como Suécia, Noruega, Egito, África Ocidental, Índia, Japão, Itália, Iraque, Alemanha Ocidental, Cambodja, Vietnam, Tunísia, etc. Todos esses deslocamentos foram feitos em razão de ter sido especialista da ONU sobre os níveis de vida em 1953 e também pelas inúmeras consultas realizadas no mundo. Neste ponto, há de se destacar o trabalho do dominicano junto à ASCOFAN – Associação Mundial de Luta Contra a Fome, da qual foi vice-presidente entre 1963 e 1965.

De 1954 e 1964, o dominicano teve participação importante nas conferências da ONU, cujos temas norteadores eram relacionados ao comércio internacional e à relação entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Em 1962 e 1963, Lebret participou dos trabalhos da CNUSTED-Conferência das Nações Unidas para a aplicação das ciências e das técnicas nas regiões pouco desenvolvidas-, como delegado do Vaticano, estando acompanhado de membros do “Économie et Humanisme” e do IRFED. Vejamos o comentário de E. Sottas acerca da participação do dominicano:

Ele não se define como um diplomata tradicional, mas sobretudo como um porta-voz de grupos desfavorecidos, cujas necessidades e as aspirações implicam uma reforma tanto conceitual quanto prática do sistema internacional da Igreja católica. Se seus discursos têm determinada repercussão, é precisamente porque Lebret soube perceber a importância dos embates e vislumbrar perspectivas de reforma e de transformação da sociedade²⁴ (HOUEÉ, 1997: p. 176) (tradução minha).

²⁴ Il ne se définit pas comme un diplomate traditionnel mais davantage comme le porte parole de groupes défavorisés dont les besoins et les aspirations impliquent une réforme tant conceptuelle que pratique du système international et de l'Église catholique... Si ses discours ont un tel écho, c'est précisément parce que Lebret avait su percevoir l'importance des enjeux et dégager des perspectives de réforme et de transformation de la société.

Na conferência de 1964, em Genebra, cujo tema foi “Comércio e Desenvolvimento”, o dominicano propõe uma mudança de postura dos países frente ao sistema de trocas, criticando a simples distribuição de alimentos por parte dos países desenvolvidos. Seu discurso girou em torno da ideia de que o desenvolvimento social era uma exigência para o desenvolvimento econômico. Ademais, conclui afirmando que os documentos foram mais precisos e que tocavam no âmago dos problemas mundiais.

Por fim, Lebrecht propõe uma redefinição do papel da ONU em sua tarefa de harmonizar as relações entre os países. Em sua visão, a instituição teria que se adaptar à nova realidade, fazendo do desenvolvimento uma palavra de ordem para que o mundo se transforme e ganhe sua dignidade. “Igualdade”, “reciprocidade” e “cooperação” foram os termos utilizados pelo dominicano para que o desenvolvimento econômico e social fosse uma realidade universal.

É importante ressaltar que foi graças ao trabalho de Lebrecht na ONU que ele pôde escrever seus textos a respeito do desenvolvimento. Os relatórios produzidos pela instituição, com diversos dados estatísticos sobre a situação dos países, ganharam destaque em uma de suas principais obras, como “Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?” (1960)

A obra em questão, que será discutida no capítulo que se segue, apresentou os problemas fundamentais que a humanidade deveria solucionar: a questão da fome, das doenças e das desigualdades sociais. Segundo o próprio dominicano, o livro tinha como objetivo “inquietar as consciências”, no sentido de que fosse um alerta sobre a real situação do mundo.

Por conseguinte, “Dinamica concreta del desarrollo” (1960) foi outro texto nascido nesse contexto, sendo fruto de 30 anos de pesquisa, onde Lebrecht reúne, de forma mais precisa e organizada, suas ideias de uma economia para o desenvolvimento dos povos. Além de servir de cifras comparativas, como no livro anterior, ele se debruça sobre os modelos de desenvolvimento propostos por Karl Marx e Schumpeter. É nesse texto também que Lebrecht aponta os critérios do subdesenvolvimento, revelando as causas para tal fenômeno.

Migrando do campo econômico para o político, em 1959 Lebret e a sua equipe publicam um texto que, apesar de sua brevidade, foi muito relevante para a exposição dos objetivos do movimento que o dominicano liderou. “Manifesto por uma civilização solidária”: esse foi o título escolhido para sintetizar as preocupações sobre a construção da sociedade sonhada por Lebret. Com efeito, a preocupação é de trazer alguns referenciais do movimento, que serão problematizados no capítulo segundo, e aspira a ser, segundo o autor: “Um grito suficientemente forte para transpor a barreira da surdez generalizada, bastante humano para ser acolhido com simpatia, e construtivo a ponto de ser capaz de despertar esperança” (LEBRET, 1959: p. 69).²⁵

Outro espaço que Lebret se serviu para disseminar suas ideias foi a Igreja, mais precisamente no Concílio Vaticano II (1962-1965), concílio que foi o mais importante evento eclesiástico do século XX e que abriu as portas da Igreja para o mundo. Kenneth Serbin (2002: p. 99) atesta tal relevância:

O Concílio Vaticano II reuniu em Roma mais de dois mil bispos e centenas de teólogos de todas as partes do mundo. Eles reformaram a doutrina e as estruturas, numa tentativa de tirar o catolicismo do mal-estar em que se encontrava desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e torná-lo relevante em um mundo moderno em rápida transformação [...]. Por sua vez, a ênfase do Concílio na justiça social e nos direitos humanos impeliu os teólogos, o clero e as freiras da América Latina a se aprofundarem no trabalho com a maioria empobrecida. Significativamente, o Vaticano II enfatizou o diálogo dentro da instituição e com outras fés e filosofias.

O mundo assistia a muitas mudanças ao final da Segunda Guerra Mundial. Saindo da guerra como duas potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética criaram uma rivalidade que resultou na Guerra Fria. Com efeito, é nesse contexto de incertezas e crises que o Vaticano II é anunciado, onde tal contexto não parecia favorável para um evento de tamanha abrangência.

O evento foi o 21º Concílio Ecumênico da História da Igreja Católica. É ecumênico porque reuniu toda a cristandade mundial, rompendo, com efeito, as questões geográficas. Amparou-se no “aggiornamento”, em outros termos, na adaptação da Igreja frente ao novo mundo inaugurado no pós-guerra.

²⁵ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

Dividido em quatro sessões²⁶, Lebret participou a distância da primeira sessão, entre 11 de outubro de 8 de dezembro de 1962, visto que estava em missão de estudo em Madagascar, no Senegal e no Líbano.

Lebret foi nomeado “expert” do concílio por indicação de Dom Helder Câmara, proeminente bispo brasileiro. Os papas do concílio, João XXIII e Paulo VI, já tiveram contatos com o dominicano na época em que o primeiro era núncio de Paris e o segundo secretário de Estado do Vaticano em 1947. Ambos apreciavam o movimento “Économie et Humanisme” e o concebiam como um importante instrumento para as mudanças que o mundo precisava passar.

Lebret compreendeu de forma eficaz o sentido do concílio, intitulando-o como “um concile de l’ouverture au monde” (GARREAU, 1997: p. 367). A partir de março de 1964, atuou como perito em questões de desenvolvimento global, visto a sua rica experiência adquirida junto à ONU. Deste modo, durante as reuniões o dominicano ficava atento às questões concernentes aos problemas do mundo, especialmente aos de ordem econômica, se interessando também pelos debates em torno da solidariedade da Igreja com todos os povos. Ajudou também a elaborar os documentos oficiais da Igreja.

Assim o dominicano se refere ao evento:

Comunicar à humanidade inteira uma mensagem de esperança, uma grande visão que a lembre do esplendor de sua grandeza e da transcendência de seu destino. A Igreja ensina aos cristãos a se colocarem à serviço da humanidade a mais desprovida, sem o desejo de dominá-la ou de explorá-la²⁷ (GARREAU, 1997: p.367) (tradução minha).

As intervenções de Lebret nos debates foram numerosas, de forma direta e indireta, sempre convergindo com as preocupações dos prelados da África e da América Latina. Com relação à situação deste último continente, compartilhou da ideia de que esta região vivia numa situação quase colonial, gerando dificuldades e obstáculos para o seu desenvolvimento. Dentre esses problemas podemos destacar a Divisão Internacional do

²⁶ A segunda sessão começou em 29 de setembro de 1963; a terceira, em 14 de setembro de 1964 e a quarta, em 14 de setembro de 1965.

²⁷ Adresser à l’humanité entière un message d’espérance, une grande vision qui lui rappelle la sublimité de sa grandeur et la transcendance de son destin. L’Église enseigne aux chrétiens à se mettre au service de l’humanité la plus dépourvue sans volonté de domination ou d’exploration.

Trabalho, onde o preço da matéria-prima diminuía enquanto o preço dos produtos manufaturados aumentava.

Outra preocupação do dominicano diz respeito ao papel que a Igreja desempenhava na sociedade. Em suas ilações, afirmava que a presença da Igreja não se restringia à questão espiritual, mas exigia que a mesma fosse competente técnica e cientificamente para que pudesse contribuir no desenvolvimento dos povos. Com efeito, a presença cristã no mundo se daria a partir da questão missionária, reproduzindo os valores cristãos, mas também a partir da questão intelectual.

O esquema que ganhou maior discussão foi o de número XIII, conhecido posteriormente como a Constituição pastoral “*Gaudium et Spes*”²⁸. Os debates foram demasiadamente calorosos que sua redação foi alterada cinco vezes, contando com a contribuição de mais de cem “experts” em sua elaboração, inclusive a do dominicano francês. As questões que interessaram Lebret relacionaram-se às desigualdades e diferenças entre os níveis de vida dos países industriais e dos países do Terceiro Mundo. Ainda que tenha reconhecido a importância do documento, Lebret o criticou uma vez que sua visão do desenvolvimento era muito ocidental, não indo ao encontro da totalidade do mundo.

Outra crítica tecida pelo dominicano concerne no capítulo IV, da décima parte, intitulada “Dos cristãos e a política”. Segundo ele, havia lacunas e poucas referências no documento, sendo em muitas partes abstrato. Lebret exemplifica pensando na questão da democracia, que exigia um longo processo de educação das elites e das massas, a partir de um longo esforço coletivo para a instauração do bem comum.

Essas questões foram colocadas à tona, quando da audiência de Lebret com Paulo VI em 25 de julho de 1963. O objetivo inicial da reunião era do desejo da fundação de uma universidade dominicana, mas foram os “silêncios” do esquema XIII que ganharam a tônica das discussões. Após expor as contradições do documento, Paulo VI demanda uma nota sobre suas lacunas.

Assim, há passagens do documento que muito dialogam com as premissas do “*Économie et Humanisme*”, como no capítulo III, “Vida Econômica-Social” (VIER,

²⁸ “Alegria e Esperança”.

2000: 217-229). Entre os temas destacam-se a questão do desenvolvimento, rejeitando as discrepâncias socioeconômicas entre as populações do mundo. Para isso, seriam necessárias mudanças quanto às normas do trabalho, da destinação dos bens e da propriedade privada.

Ainda que tenha apontado algumas contradições do concílio, Lebreton não deixa de reconhecer a relevância deste evento, e de seus documentos produzidos, visto que propôs uma nova forma dos cristãos se engajarem na realidade social para serem protagonistas das mudanças problematizadas por este conclave.

Tendo como parâmetro o itinerário de Lebreton feito até aqui, vale sublinhar que muitas premissas do Vaticano II, como do diálogo da Igreja com a realidade e da abertura para os pobres, já foram pensadas e vivenciadas pelo dominicano antes do conclave. Por conseguinte, defendemos o pressuposto de que, com este concílio, Lebreton vai dar referência e respaldo às suas ideias religiosas e socioeconômicas.

Nos momentos finais de sua vida Lebreton se dedicou a duas atividades. A primeira relacionada à preparação de um pequeno secretariado para discutir as estratégias cristãs para combater a pobreza mundial. As discussões de Lebreton com líderes católicos deram origem à “Comissão de Justiça e Paz”, oficializada em 1967 por Paulo VI. Segundo o dominicano, a ideia desse grupo era de incitar a comunidade católica para promover as regiões vulneráveis e a justiça social entre as nações. Com efeito, o dominicano também auxiliou na redação da encíclica “*Populorum Progressio*”, assinada por Paulo VI²⁹, o papa do diálogo. A carta versava sobre um tema muito caro ao dominicano: o desenvolvimento dos povos.

A pedido do papa, Lebreton, dois anos antes de sua morte, em 1964, auxilia na redação do documento “Elementos para uma estratégia da presença cristã no esforço do desenvolvimento”. O texto se preocupou em indicar formas de ação para o engajamento cristão na sociedade, a partir de centros de pesquisa em várias partes do mundo e um secretariado de solidariedade para coordenar e ajudar os organismos cristãos.

²⁹ Paulo VI assumiu o pontificado da Igreja em 1963, após a morte de João XXIII. Seu magistério ficou marcado pelo prosseguimento que deu ao Vaticano II e ao seu diálogo com as tradições não romanas. Nessa trajetória ecumênica, visitou o patriarcado de Constantinopla, em 1967, e o arcebispo da Cantuária, em 1970.

Isto posto, é sobre o pensamento de Lebrecht e em torno da premissa do desenvolvimento que vamos nos dedicar na próxima seção do trabalho, no sentido de aprofundar alguns aspectos desenvolvidos neste capítulo.

CAPÍTULO II: O PENSAMENTO ECONÔMICO DE LOUIS-JOSEPH LEBRET

Respeito do homem, de cada homem, respeito ativo, que não se contenta apenas em evitar o mal mas em promover o bem, isto é: as possibilidades de um crescimento integral; instauração eficaz do bem comum, não apenas no terreno imediato da comunidade a que se pertence, mas em todos os planos da solidariedade humana: só essa poderá ser a resposta à aspiração hoje cada vez mais universal³⁰ (LEBRET, 1959: p. 349).

Para formular seu pensamento do “*Économie et Humanisme*”, Lebret dialogou com diversos intelectuais, que contribuíram para a constituição das ideias de um desenvolvimento para os povos. De antemão, assinalamos que o debate em torno do conceito de desenvolvimento estava em cena na época em que o dominicano francês produziu suas reflexões.

Dito isto, examinaremos três autores que tiveram mais proeminência no trabalho de Lebret: Georges Balandier, Gunnar Myrdal e François Perroux, intelectuais que foram citados nos dois livros do dominicano que tratam, mais sistematicamente, do tema do desenvolvimento: “*Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?*” (1960) e “*Dinamica concreta del desarrollo*” (1969). Além da contribuição desses autores, buscaremos, em linhas gerais, mostrar de que forma as ideias da CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - também ampararam o pensamento de Lebret no que concerne ao desenvolvimento.

Os intelectuais em pauta procuraram, assim como Lebret, uma terceira via para o desenvolvimento dos povos. Em outras palavras: um regime que superasse a dualidade capitalismo e socialismo. É importante sublinhar que suas ideias, como veremos, não negavam o capitalismo de forma absoluta. O que os autores questionaram é o capitalismo de forte inspiração liberal, que tendia a colocar o Estado em segundo plano a partir do princípio de que o mercado por si só organizaria a atividade econômica.

³⁰ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

Por conseguinte, é necessário trazer à luz esse contexto intelectual da França no período de atuação do dominicano e do “Économie et Humanisme” e analisar os diálogos estabelecidos por Lebreton.

2.1 As ideias de Georges Balandier, Gunnar Myrdal e François Perroux

Georges Balandier

Georges Balandier atuou nas áreas da Antropologia e Sociologia, sendo professor da Universidade de Sorbonne. O que merece atenção em sua trajetória intelectual são seus estudos, a partir de 1950, concernentes à África, cujo tema lhe proporcionou conclusões que questionavam o estruturalismo e a forma como antropólogos dessa corrente examinavam a questão da política e do Estado. O período em questão era o da descolonização dos países africanos e da construção dos Estados nacionais.

Em suas reflexões, Balandier afirma que muitos antropólogos não reconheciam a dimensão política nas sociedades que não dispunham de um governo formalmente organizado. Baseando no pensamento de Max Weber, de que a política é anterior ao Estado, o antropólogo estudou as formas de relações de poder presentes em sociedades tradicionais africanas que não se organizavam em forma de um Estado centralizado. Dizia ele: “as sociedades humanas produzem todas o político e estão todas franqueadas às vicissitudes da história” (BALANDIER, 1969: p. 5). Ademais, acreditava que uma sociedade tinha de ser pensada em sua pluralidade e heterogeneidade, tendo censurado uma ideia essencialista que pregava tipos de sociedade que não se transformavam ao longo do curso histórico.

Um problema levantado por Georges Balandier e que lança luz ao pensamento de Lebreton diz respeito a uma nova forma de relações internacionais, haja vista o contexto do sistema colonial. Tendo participado das discussões sobre a libertação dos países africanos, Balandier definiu um reordenamento dessas relações que escapasse das políticas de dominação tão presentes nesse cenário. Sua ideia era que a soberania política viesse acompanhada da soberania econômica, à luz de transformações das estruturas internas dos países. Acreditava ainda na premissa de uma economia diversificada,

ancorada em um desenvolvimento integrado e libertado de todos os laços de dependência externa.

Outrossim, o antropólogo considera que o desenvolvimento não passa somente pelo crivo das questões técnico-materiais, como no desenvolvimento de máquinas, mas por uma mudança nas estruturas culturais e sociais, tanto no plano externo quanto interno. Com relação às primeiras, o autor tinha preocupação nos investimentos restritos às indústrias de base, privilegiando uma ação maior na produção dos bens de consumo para favorecer a população local.

Gunnar Myrdal

Economista sueco e pertencente à Escola de Estocolmo, Gunnar Myrdal³¹ (1898-1987) foi secretário executivo da Comissão Econômica para as Nações Unidas entre 1947 e 1957, tendo realizado pesquisas sobre a pobreza na Ásia, publicadas em “Asian Drama” (1968).

Em suas reflexões, Myrdal constatou que o desenvolvimento econômico das nações ricas, considerando seus objetivos em obter lucros, impedia que os países pobres se desenvolvessem, se limitando a produzir bens primários para as nações desenvolvidas e recebendo produtos industrializados.

Nessas pesquisas, pensou a economia de uma forma ampliada, relacionando-a com os aspectos sociológicos para melhor colocar sua concepção a respeito do desenvolvimento econômico. Neste sentido, a crise de 1929 foi decisiva para que o autor mudasse seu foco de atuação como economista, passando a questionar métodos economicistas e que negligenciavam variantes socioculturais. Para ele, o desenvolvimento dependia de uma intervenção estatal, o Estado de bem-estar social, por intermédio de políticas públicas e sociais nas áreas de saúde, educação, cultura, etc. Entendia que tais ações não eram vistas como gastos mas investimentos para o desenvolvimento de uma região.

Myrdal evidenciou que a teoria econômica não possuía mecanismos para lidar com os problemas das disparidades entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, em

³¹ Myrdal, juntamente com Friedrich Von Hayek, foi agraciado com o prêmio Nobel da Economia em 1974 pelo seu trabalho pioneiro na teoria da moeda e das flutuações econômicas.

razão da separação que economistas estabeleciam entre os aspectos econômicos e não-econômicos. Além disso temos que considerar a crítica do economista frente ao princípio do livre mercado, que não conseguia solucionar as assimetrias entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Ademais, criou o conceito de “spread effects”, referindo-se aos efeitos propulsores da economia a partir da geração de serviços prestados às sociedades. Nessa concepção, quanto maior o desenvolvimento econômico maior seriam os “spread effects” e os ganhos das sociedades. Assim, esse conceito é medido por aspectos não econômicos, como a qualidade do ensino e da saúde pública.

Estudando os problemas dos negros norte-americanos, criou o conceito de “causação circular cumulativa”, publicado em “An American Dilemma: The Negro Problem”, onde argumentava que um fator negativo poderia ser ao mesmo tempo causa e efeito de outros fatores.

Nesse mister, Myrdal sublinha sobre a necessidade de ocorrerem transformações exógenas em uma região para que ela pudesse atrair investimentos, gerando assim novas oportunidades para a população. No entanto, o autor não vê com bons olhos a concentração espacial das atividades econômicas, sugerindo, para isso, um plano de desenvolvimento que vise a integração nacional e o estímulo aos “spread effects”.

François Perroux

Outro intelectual que ganha destaque na teoria do “Économie et Humanisme” é o economista François Perroux (1903-1987). Suas ideias ganharam projeção na Europa no início da segunda metade do século XX, quando surgiu o debate em torno de como as nações poderiam superar suas condições de pobreza e de dependência frente aos países desenvolvidos.

Perroux criou o conceito de “polos de crescimento e de desenvolvimento”. O polo de crescimento, relacionado ao aspecto quantitativo, é um complexo industrial, formado por atividades interdependentes. Já as regiões que atingem o polo de desenvolvimento são aquelas que têm seu ambiente modificado, aumentando o emprego entre a população e a satisfação das necessidades humanas.

Em suas análises, observou Perroux que o crescimento econômico não é visto em todos os pontos do espaço econômico: “O fato, rude, mas verdadeiro, é o seguinte: o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se para diversos canais e com efeitos variáveis sobre toda a economia” (PERROUX, 1990: p. 19). Deste modo, o autor chama atenção para o fato dos desequilíbrios existentes, negando a ideia de equilíbrio levantado pelos economistas clássicos e neoclássicos.

Com efeito, o economista combatia o crescimento econômico mecânico que coisificava as relações humanas. Ao contrário, pensava que o desenvolvimento autêntico se baseava numa relação entre homens. Assim dizia: “O projeto humano prevalece sobre o equilíbrio mecanicista, do qual o homem é praticamente banido” (PERROUX, 1990: p. 21). Uma ideia muito presente em Perroux que também veremos em Lebreton é sua crença em uma economia com crescimento e progresso, mas que se faça com um mínimo de custos humanos, onde os recursos estariam em benefício de todos.

Em algumas obras de Lebreton há a citação dos trabalhos de Perroux, mostrando sua presença no pensamento do dominicano. No prefácio de “Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?” (1960), Lebreton comenta que Perroux representa uma linha humanista, dizendo da proximidade intelectual entre ambos. Ainda nessa parte introdutória, há a citação de um pensamento de Perroux:

Uma espécie humana imbuída de respeito pelos que a constituem declara-se a favor do princípio segundo o qual as vidas humanas e as condições fundamentais de uma vida humana para todos devem ser protegidas com prioridade. Em consequência, devem ser aceitas formas de atividade econômica sem lucro, isto é: formas bem caracterizadas da economia gratuita ou da economia do dom, durante vários períodos (LEBRETON, 1960: p. 11).

Na parte final do livro em pauta, o dominicano indica trabalhos sobre vários problemas importantes para a “Economia Humana”. Em muitos deles François Perroux é citado, como no item “Situação econômica dos países subdesenvolvidos”, onde vemos a obra “A Europa sem margem”. Já no item “O desenvolvimento econômico” é citado o texto “A coexistência pacífica”.

2.2 A CEPAL

A CEPAL foi criada em 1948 em Santiago, Chile. Visando um diálogo entre seus membros e destes com as demais nações do planeta, seus preceitos estavam ancorados, *grosso modo*, na industrialização e no protecionismo alfandegário. Destarte, o organismo também procurava dar contribuições para o debate acerca da justiça social, da democracia e dos direitos dos povos.

A instituição levantou alguns problemas que foram também compartilhados pelo dominicano francês: um desenvolvimento coerente e homogêneo, uma planificação que respeitasse a liberdade da empresa e a redistribuição da renda em favor dos mais vulneráveis.

Lebret teve contato com tais ideias quando de seu encontro com Raul Prebisch, economista argentino e um dos principais ícones da CEPAL, onde pôde perceber as linhas de convergência entre o “*Économie et Humanisme*” e esta instituição.

Uma das principais preocupações da CEPAL era com a deterioração do intercâmbio internacional, que prejudicava o desenvolvimento coerente e harmonizado. Em sua concepção, o desenvolvimento teria que ser pensado à luz de uma ótica interdisciplinar, conjugando ideias e realidade, pensamento e ação, e valorizando o estudo das regiões do continente para melhor valorizar a identidade regional. Dentre as ideias que embasaram tais princípios podemos destacar a importância do pensamento keynesiano na participação desse organismo nos debates sobre a inflação e o desenvolvimento sustentável nas décadas de 1970 e 1980.

No que tange à questão do desenvolvimento, a instituição censurava, com base no método histórico-estrutural, a ideia de estágios de desenvolvimento uniformes, valorizando as especificidades de cada região e o conceito de “heterogeneidade estrutural”, criado na década de 1970 e que tentava responder “porque as economias em desenvolvimento mostram níveis extremamente elevados de subemprego e de assimetrias na produção de trabalho, tanto entre setores como no interior dos mesmos” (PORCILE, 2010: p. 64).

Em seus trabalhos sobre a situação dos países subdesenvolvidos, Lebret citou as preocupações de Raul Prebisch quanto à questão da escassez de poupança nacional dessas nações, que inviabilizava o investimento em infraestrutura, como rodovias, estradas de

ferro e usinas hidrelétricas. O problema, para o fundador da CEPAL, e que Lebrete irá concordar, era que muitos dos investimentos na América Latina se orientavam para as indústrias capazes de gerar mais lucros e não para as necessidades das regiões.

Isto posto, o presente capítulo pretende examinar os pressupostos teórico-metodológicos do “*Économie et Humanisme*” e suas implicações no campo sociopolítico, tendo em vista as apropriações e atualizações de Lebrete frente a algumas ideias vistas no capítulo primeiro. Assim, antes de adentrar nas ideias que permearam a “*Economia Humana*”, traremos à luz as representações do dominicano francês diante dos problemas levantadas pelo capitalismo e pelo marxismo.

Em não raras passagens das produções de Lebrete e do “*Économie et Humanisme*”³² encontramos afirmações que surgem como respostas ao pensamento de Karl Marx e ao sistema capitalista.

O linguista russo Mikhail Bakhtin (2003: p. 290) afirma que um texto nasce como resposta a conceitos outrora disseminados, rejeitando, com efeito, a ideia de um ineditismo textual. Partindo desse princípio podemos afirmar que as premissas lebreteanas são atitudes responsivas diante do marxismo e do capitalismo, haja vista as discussões em torno desses dois pensamentos durante a Guerra Fria, período em que Lebrete escreveu grande parte de seus textos. Para versar sobre uma economia para o desenvolvimento dos povos, Lebrete critica e, ao mesmo tempo, se apropria de certas ideias oriundas desses pensamentos.

Assim, não é nosso intento reafirmar posições categóricas de Lebrete frente ao capitalismo e ao marxismo, onde ele é apresentado como um anticapitalista (e também como comunista) ou um defensor de Marx. O personagem em tela nos surpreende com suas representações particulares acerca desses pensamentos, exigindo de seus intérpretes cuidado e criticidade na forma de abordar tal problema.

³² Citaremos os nomes das obras de Lebrete ao colocarmos em relevo as suas reflexões. Justificamos tal escolha em razão de que seus textos sobre o marxismo e o capitalismo estarem dispersos em vários de seus livros e produções intelectuais.

2.3 O As Concepções de Lebret diante do Capitalismo

No tocante às suas representações do capitalismo, desde a juventude, em Saint-Malo, o jovem Lebret teve contato com a dura situação dos trabalhadores, onde a mecanização das atividades gerou desemprego entre muitos marinheiros. A partir daquele período, Lebret sentiu de perto as consequências catastróficas do sistema capitalista.

Isto posto, examinemos mais detalhadamente os pontos desse sistema que Lebret criticou. *A priori*, o dominicano francês repugnou a ideia que, em sua análise, seria o objetivo magno do sistema capitalista: a busca do lucro. No capítulo “Nossa posição frente ao capitalismo”, da obra “Manifesto por uma civilização solidária”, Lebret, de forma mais objetiva, ressalta que esse regime é incompatível com a ideia de satisfação das necessidades humanas trazida pelo “*Économie et Humanisme*”, tendo em vista as tensões e desequilíbrios sociais que ele provoca:

É um regime incapaz de conduzir a satisfação ordenada das necessidades. É um regime fatalmente criador de exploração e opressão, contra as quais podem deixar de existir reações de camadas sociais de povos, através de um sistema complexo de tensões mais ou menos lentas ou destruidoras ³³(LEBRET, 1961: p. 43).

No que tange às necessidades humanas, Lebret afirma que o capitalismo tende a falsear as necessidades³⁴ e valores, uma vez que sua produção de mercadorias visa à obtenção de lucros. Nesse mister, o homem é visto apenas como fornecedor da força do trabalho e consumidor, sendo o sistema concebido como uma doutrina inumana: uma doutrina que não conseguiu se submeter ao humano.

Com efeito, a atitude do capitalismo em considerar o homem como produtor e consumidor de mercadorias contribuiu para o desenvolvimento do materialismo, onde o ser humano é associado ao “ter mais”, diferentemente do “ser mais” proposto pela “Economia Humana”, que concebia o ser humano a partir de suas dimensões materiais, intelectuais, culturais e espirituais.

Essa forma assimétrica de organizar a economia e a sociedade propiciou, segundo Lebret (1959: p. 46), “um sistema de exclusividade e privilégios”, onde “pretendendo

³³ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

³⁴ O conceito de “necessidades” é pensado detidamente por Lebret, sendo uma ideia nuclear de seu pensamento. Apresentaremos tais ideias no item “*Économie et Humanisme*”.

realizar o bem-estar para todos, aceitou tranquilamente as mais disparadas desigualdades de níveis de vida”.

Um problema que Lebret não deixou de pensar foi o da atitude imperialista dos Estados Unidos na economia capitalista, examinando a atitude deste país diante da pobreza dos países subdesenvolvidos³⁵. Em “O Drama do Século” (1962), o dominicano examina cifras que revelam a hegemonia estadunidense frente às nações do mundo. Neste ponto, Lebret faz menção aos trabalhos de François Perroux³⁶, mostrando, com efeito, a relevância do economista para as suas premissas. Assim escreve o dominicano:

Na análise que fizemos dos obstáculos que se opõem ao desenvolvimento econômico dos países atrasados, constatamos as perturbações causadas nesses países pelas flutuações do comércio exterior. Os países subdesenvolvidos, principais exportadores de matéria-prima e de produtos alimentares brutos, são particularmente sensíveis às crises, ainda que leves, da economia americana. É assim que, por força das circunstâncias se exercem sobre o mundo não coletivista a polarização e, conseqüentemente, a dominação norte-americana. Essa dominação agrava ainda mais com a exigência de pagar os produtos norte-americanos em dólares ³⁷ (LEBRET, 1960: p. 96).

Ainda a respeito do protagonismo econômico norte-americano, Lebret traz ao debate dois dados que justificam suas críticas face às assimetrias causadas pelo sistema capitalista: o primeiro de que “contando 6% da população do mundo, os Estados Unidos consomem 40% dos produtos da terra” ; e o segundo de que “o consumo anual de aço, por habitante é superior a 500 quilos e de apenas 5 quilos no Extremo- Oriente” (LEBRET, 1960: p. 98).

As críticas de Lebret à postura estadunidense se relacionam ao fenômeno do imperialismo, visto pelo dominicano como uma força que retardava o processo de desenvolvimento das civilizações. Em muitas reflexões, Lebret dá especial atenção ao imperialismo norte-americano, visto que o período em que viveu foi o do domínio desse país.

Sua análise acerca dessa política de dominação não difere muito das considerações a respeito do colonialismo, questão essa que vamos desenvolver adiante. Ao mesmo

³⁵ Para versar sobre o Terceiro Mundo, Lebret se ancora na expressão “Le Tiers-Monde”, criada em 1952, na França, pelo demógrafo Alfred Sauvy. Ela designa os países capitalistas subdesenvolvidos, países estes que, *grosso modo*, não atingiram um estágio de desenvolvimento industrial considerável.

³⁶ Na bibliografia desta obra de Lebret, há indicações de livros a consultar. Dentre eles, a indicação do livro de Perroux, intitulado “La coexistence pacifique”.

³⁷ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

tempo que denuncia a violência dos países europeus nas regiões subdesenvolvidas, como na destruição das culturas indígenas, ele valoriza algumas ações de cunho moderno que foram implantadas nessas colônias. Estamos nos referindo às obras de infraestrutura que são de grande importância para o desenvolvimento econômico de uma região. Assim, ao mesmo tempo que reconhece tais empreendimentos, critica, por exemplo, o interesse político e econômico dos Estados Unidos nas intervenções para afastar a influência comunista.

Em suas reflexões sobre o imperialismo e o espírito que imbuía nos países, François Perroux afirmou que o grande pecado desse tempo foi o da avareza das nações. Lebreton recupera essa ideia e cita um trecho do livro em sua obra (1960), trazendo a lume a responsabilidade dos Estados Unidos frente a essa ansia pelo possuir mais. A avareza das nações:

É a mais virulenta que a avareza dos indivíduos, pois a mais liberal entre as nações mantém um Estado que exerce o monopólio da violência legitimada [...]. A mais liberal das nações tira todo o proveito possível de uma espécie de transfiguração coletiva, de moralização da avareza, desde que esta apareça como nacional. Ganhar para si é tarefa digna de respeito; fazer ganhar a nação transforma-se em obra pia [...]. As glórias mercantis das economias dominantes dos séculos XIX e XX fazem esquecer as chagas dos bairros operários e a vergonha dos métodos coloniais. Povos inteiros, inclusive as classes operárias, celebram com a consciência tranquila a avareza das nações³⁸ (LEBRETON, p. 214).

A censura de Lebreton ao capitalismo é muito conhecida entre os setores intelectuais do Brasil e da França. Em solo brasileiro, o artigo “Economia e Humanismo” (2012), de Alfredo Bosi, é um texto que realça suas críticas ao capitalismo, negligenciando, por conseguinte, a valorização do dominicano francês diante desse sistema econômico.

Todavia, o dominicano não desqualificou integralmente o sistema em pauta, mas procurou encontrar certas contribuições do mesmo para o desenvolvimento da sociedade. Portanto, nossa posição é a de que Lebreton não foi radical em sua luta contra o capitalismo. Embora sua crítica pareça severa, temos que observar suas reflexões em um todo para ver a complexidade de suas ideias.

³⁸ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

O primeiro ponto a destacar na valorização de Lebreton ao capitalismo diz respeito à transformação técnica que o sistema propiciou. Esse tema é contemplado em muitas reflexões do dominicano (LEBRETON, 1962: p. 57):

Só o “empreendedor” podia, em seu tempo, coordenar as condições do progresso industrial. As coletividades, na primeira fase capitalista, eram totalmente incapazes de assumir essa tarefa, entretanto necessária. Essa incapacidade tornou possível existência e a função do “empreendedor”. Ele era o homem munido da audácia necessária para reunir as somas indispensáveis à aquisição e organização dos novos instrumentos de produção, para transformar mão-de-obra inculta e pouco disciplinada em trabalhadores de fábrica, para selecionar os homens com os quais deveria repartir as responsabilidades, para criar mercados, inovar e assegurar a expansão do mecanismo de produção³⁹.

A ênfase que o dominicano atribui à figura do empreendedor pode ser justificada pela relevância dada ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Um desenvolvimento não em si mesmo, mas com o objetivo de aperfeiçoar o homem. Convém ressaltar que essa valorização frente à técnica não pode ser vista de forma isolada: ela vincula-se ao processo educativo e intelectual, pois é só a partir do estudo e da instrução que o ser humano poderia desenvolver a sociedade e a ele mesmo. Com esse reconhecimento, Lebreton acreditava que os povos subdesenvolvidos poderiam também ser agentes da história e contribuir para o desenvolvimento da ciência e da sociedade.

Nessa perspectiva, o dominicano também afirmou que foi esse desenvolvimento técnico que proporcionou o aumento da produtividade por parte dos empresários no contexto da primeira Revolução Industrial na Inglaterra. Em suas palavras: “o empresário soube recolher a poupança para aplicar numa intensificação da produção industrial. Viu-se na obrigação de ganhar, de dilatar a firma, de aperfeiçoar a aparelhagem complexa – a fábrica – que tinha criado” (LEBRETON, 1961: p. 394).

Prosseguindo nessa reflexão, o dominicano pondera a respeito dos colonialismos modernos e a importância destes para o aperfeiçoamento das colônias. Criticando uma postura anticolonialista, chamando-a de um erro simplista, Lebreton leva em consideração que os povos colonizados passaram para uma nova fase de liberdade, onde o progresso só foi possível a partir das iniciativas europeias no plano sanitário, nas obras de

³⁹ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

engenheiros e nas medidas concernentes à conscientização frente à poupança privada ou forçada (LEBRET, 1961: p. 134).

Na encíclica “*Populorum Progressio*”, Lebret reflete sobre as ambiguidades da colonização, não deixando, porém, de valorizar certos aspectos desse processo:

Sem dúvida, deve reconhecer-se que as potências colonizadoras se deixaram levar muitas vezes pelo próprio interesse, pelo poder ou pela glória, e a sua partida deixou, em alguns casos, uma situação econômica vulnerável, apenas ligada, por exemplo, ao rendimento da monocultura sujeita a variações de preços bruscos e consideráveis. Reconhecendo, embora, os defeitos de certo colonialismo e das suas conseqüências, não podemos deixar, todavia, de render homenagens às qualidades e às realizações dos colonizadores que levaram a ciência e a técnica a tantas regiões deserdadas e nelas deixaram frutos felizes da sua presença. Por muito incompletas que sejam, permanecem as estruturas que fizeram recuar a ignorância e a doença, estabeleceram comunicações benéficas, e melhoraram as condições de existência (1967, s/p).

2.3.1 A Propriedade Privada

Ao versar sobre o capitalismo, o dominicano toca no tema da propriedade privada, sendo favorável a essa iniciativa. Para defender tal posicionamento, Lebret se ampara nos pressupostos de Tomás de Aquino. O filósofo aponta três razões para legitimar a propriedade privada. A primeira diz respeito à ideia da garantia de melhor gestão, pois se todos cuidam de algo há desordem. A segunda concerne na questão do cuidado para com as coisas, visto que cada um cuida melhor do que é seu. Para finalizar, temos a questão da garantia da paz social, onde a posse do indivíduo da propriedade evitaria grandes conflitos entre os homens.

É com base nessa argumentação que Lebret (1962: p. 21- 22) assinala que a propriedade privada pode assegurar a liberdade, o equilíbrio e a paz social. Ademais, o dominicano concebe a mesma como um direito natural fundamental, desde que “esteja disponível para todos os homens”.

Nessa concepção, a propriedade teria que seguir uma orientação comunitária para que esteja em consonância com as necessidades dos povos. Por conseguinte, na trilha do pensamento de Bakhtin, podemos afirmar que Lebret retoma um princípio fundamental do capitalismo e atualiza essa ideia, propondo que os bens materiais estejam disponíveis para todas as pessoas.

No que concerne às formas de apropriação da propriedade privada, o dominicano francês escreve:

Segundo os fatores como a natureza dos recursos, o nível técnico e as circunstâncias históricas, modos diversos de apropriação podem ser indicados e adotados: apropriação pessoal ou familiar, apropriação privada associativa, societária ou comunitária, apropriação mais ou menos ampla por uma coletividade pública. Essas três formas de apropriação podem, aliás, se interpenetrar ou justapor diversamente segundo as épocas e as regiões⁴⁰ (LEBRET, 1962: p. 22).

É conveniente destacar que a valorização dessas formas de propriedade são concebidas a partir do princípio de liberdade que o dominicano tanto apreciava. Neste ponto a ideia de Lebret coincide com a da Igreja, expressa na “Mater et Magistra” (s/p), promulgada a 15 de maio de 1961, no septuagésimo aniversário da “Rerum Novarum”⁴¹:

Além disso, a história e a experiência provam que, nos regimes políticos que não reconhecem o direito de propriedade privada sobre os bens produtivos, são oprimidas ou sufocadas as expressões fundamentais da liberdade, é legítimo, portanto, concluir que estas encontram naquele direito garantia e incentivo.

Não obstante tenha considerado as formas de apropriação da propriedade, o que Lebret critica é a sua concentração nas mãos de empresas e das elites e a falta dela para muitas parcelas da sociedade. Assim, ao pensar em tal ambivalência do capitalismo, o religioso reafirma um problema fundamental da crítica marxista a tal sistema: a censura a não distribuição dos meios de produção e da propriedade privada.

Embora a Igreja reconheça a relevância da solidariedade no que toca à distribuição dos bens, não há, neste documento, uma crítica mais estrutural ao sistema capitalista e à maneira como os bens são distribuídos. Deste modo, podemos concluir que Lebret é mais crítico que a Igreja Católica, uma vez que teceu uma crítica mais sistemática do capitalismo, ainda que concordando com alguns aspectos desse sistema.

Adiante no debate da propriedade privada, temos a questão da socialização, problema que Lebret insistiu em seus pensamentos, se inspirando ainda nos princípios

⁴⁰ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

⁴¹ A “Rerum Novarum” foi uma Encíclica publicada em 15 de maio de 1891, pelo então papa Leão XIII. A Carta é considerada a primeira a tratar de assuntos sociais, sendo uma resposta ao Manifesto de 1848 e ao movimento comunista.

trazidos pela encíclica “Mater et Magistra”. Os pontos que Lebrecht (1965: p. 383-385) destaca na Carta referem-se a seis princípios.

a- *o direito dos homens sobre os bens materiais.*

Para salientar que as matérias-primas e a propriedade privada são direito positivo da coletividade, o dominicano se serve da ideia bíblica do homem como co-criador, presente no Gênesis, ressaltando a premissa do poder que Deus deu ao homem para continuar a criação e dominar a natureza.

Por conseguinte, ao pensar nessa distribuição dos bens econômicos, Lebrecht segue as premissas trazidas pelo Concílio Vaticano II, na Carta “Gaudium et Spes” (capítulo III - “Alguns Aspectos da Vida Econômica”):

Deus destinou a terra, com tudo que ela contém, para o uso de todos os homens e povos, de tal modo que os bens criados devem bastar a todos, com equidade, sob as regras da justiça, inseparável da caridade. Sejam quais forem as formas de propriedade, adaptadas às legítimas instituições dos povos, segundo circunstâncias diversas e mutáveis, deve-se atender sempre a esta destinação universal dos bens. Por esta razão, usando aqueles bens, o homem que possui legitimamente as coisas materiais não as deve ter só como próprias dele, mas também como comuns, no sentido em que elas possam ser úteis não somente a ele mas também aos outros (VIER, 2000: p. 224-225).

b- *A ilegitimidade de tomar como regra os interesses econômicos individuais e de um determinado grupo.*

Nesta questão Lebrecht critica os individualismos das nações frente às necessidades dos países não desenvolvidos. Ao condenar tal postura, o dominicano se ancora num princípio do papa João XXIII, que dizia da colaboração ordenada e fecunda dos conhecimentos, dos capitais e dos homens. Assim, esse intercâmbio não diz somente às ajudas financeiras, mas também à questão cultural.

Nessa nova forma de relações internacionais proposta por Lebrecht, há de considerar o problema da distribuição dos excedentes de produção dos países desenvolvidos. Ainda que o religioso tenha reconhecido a importância de tal medida, ele a relativizou, pois além de muitos produtos enviados para o exterior carecerem de qualidade, muitas repartições dos excessos de produção não levavam em conta as necessidades das populações locais, mas sim os interesses dos países desenvolvidos, levando Lebrecht a questionar sobre a ideia de uma necessidade absoluta que rege todas as nações.

c- *A criação de instituições coletivas para gerenciar e controlar as atividades econômicas.*

O dominicano acreditava em demasiado na atuação de instituições que tinham como escopo promover a justiça social e o bem comum, no sentido que regulassem as atividades econômicas e corrigissem as regras do mercado mundial. Em sua ponderação, a lei da mão invisível do mercado não atendia às necessidades dos países marginalizados.

Aqui, Lebreton é contrário à ideia de um Estado forte que controlasse a economia, tecendo acerbos críticas ao modelo de um Estado regulador de inspiração socialista. Ao invés disso, propôs que a própria sociedade civil se mobilizasse para tornar eficaz uma distribuição dos bens de uma forma mais justa:

A socialização não é a estatização, e se este movimento para uma interdependência crescente das atividades humanas privilegia o papel dos poderes públicos, não deve por isso suprimir, antes pelo contrário, a ação própria dos grupos, das associações de qualquer ordem, no seio dos quais os homens se encontram e agem (LEBRETON, 1965: p. 407-408).

d- *A importância do desenvolvimento da ciência e das técnicas de produção para reduzir os desequilíbrios entre as pessoas.*

Essa preocupação do dominicano surge como resposta à insuficiência técnica dos países não desenvolvidos e na consequente dificuldade que estes têm de aumentar sua produtividade. Assim, Lebreton não critica o crescimento econômico em si, mas quando este não favorece a humanidade.

Gabriel Turin, membro do “Économie et Humanisme”, coloca um problema que diz respeito à questão da produção e da repartição. Em suas ilações afirma que “quando o bolo é pequeno, a distribuição por mais igualitária que seja não pode dar um bocadinho a cada um” (LEBRETON, 1965: p. 344). Essa preocupação de Turin foi contemplada por Lebreton, pois também se preocupou com o aumento da produtividade e o crescimento econômico, desde que, consoante Turin, o tamanho de cada fatia de bolo dependesse do tamanho das outras fatias.

e- *O auxílio aos países em vias de crescimento deve ter como objetivo a valorização de suas capacidades.*

Para Lebreton, a ajuda dispensada aos países não desenvolvidos teria que levar em conta as potencialidades de cada região, dialogando com o passado desses locais e com suas particularidades econômicas, políticas e culturais. Essa prática não se assemelha a um regime de distribuição coletiva dos bens. Diz respeito, no entanto, a um princípio pontuado na “*Mater et Magistra*” (1961: p. 4), de que a socialização tenderia para “a multiplicação progressiva das relações na vida comum”, isto é, “uma colaboração mundial ordenada e fecunda dos conhecimentos, dos capitais e dos homens”.

O dominicano discordava de ações assistencialistas que não atingiam o âmago dos problemas dos países subdesenvolvidos. Aqui, Lebreton não considera a solidariedade em tempos de catástrofes naturais, que era relevante para os países mais pobres, mas critica uma solidariedade que não ajudasse os países subdesenvolvidos a saírem de sua condição de dependência. Sua ideia era que houvesse uma assistência para que esses países tivessem estrutura para gerir a sua economia, visando uma não dependência econômica no futuro. Para isso seriam necessários investimentos dos países desenvolvidos em infraestrutura e mão-de-obra, valorizando as potencialidades geográficas e culturais das regiões assistidas, o que Lebreton chamou de “valorização racional do mundo”. O dominicano se posiciona:

Assim, duas ações preliminares são necessárias: estabelecer um plano geral, objetivo, de valorização do mundo por todos os países ditos desenvolvidos e não desenvolvidos em conjunto; mudar a mentalidade para se chegar à estima e confiança mútuas, a fim de que a produção total se organize em função das necessidades específicas e localizadas e da totalidade dos recursos imediata ou progressivamente exploráveis (LEBRETON, 1965: p. 392).

Neste ponto, o dominicano pondera sobre as ações da ONU, chegando à conclusão de que a instituição teria de rever seus posicionamentos para conduzir as modificações nas relações de troca e de cooperação entre os países. Além disso, Lebreton assistiu aos conflitos da Guerra Fria e a resistência dos Estados Unidos ao ingresso da China neste organismo, afirmando que a celeuma entre capitalismo e comunismo muito dificultava a resolução dos problemas outrora citados (LEBRETON, 1961, p. 392).

2.4 A Questão do Bem Comum

Uma reflexão de Lebreton que ganhou relevo em seu pensamento sobre a propriedade privada e o “*Économie et Humanisme*” foi a do bem comum. Podemos

considerá-lo um conceito basilar e que auxilia na compreensão de suas ideias em torno de um novo regime econômico que desse conta das variadas necessidades da população. Segundo observou o dominicano:

A instauração do bem comum significa trabalhar. Que tipo de trabalho é este? É uma atividade no sentido “distributivo”, isto é, voltado para o bem-estar de todos os membros da comunidade; é ação para o “bem”, criando e melhorando os equipamentos coletivos e as instituições jurídicas, de modo que cada grupo se beneficie de uma maior solidariedade construtiva que, por sua vez, é a origem da “prosperidade, segurança e paz” (CARNEIRO, 1994: p. 85).

Isto posto, toda e qualquer repartição teria que ser pensada a partir desse pressuposto e levando em consideração que “o êxito de qualquer pessoa não se deve efetuar em detrimento do conjunto” (LEBRET, 1965: p. 238). Deste modo, “Já não dizemos: ‘tudo é para todos os homens’, mas ‘todos os homens têm direito sobre tudo’. Não falamos já de destino universal dos bens, mas de solidariedade dos homens na utilização dos bens materiais” (LEBRET, 1965: p. 238). Para o “*Économie et Humanisme*”, soaria como abstração a ideia de um destino comum dos bens, preferindo a utilização do termo “solidariedade dos homens”, uma vez que propunha uma ação organizada dos homens para que os bens pudessem servir a toda a humanidade.

Para refletir acerca do bem comum, Lebret se volta novamente a Tomás de Aquino e ao seu pensamento político. O filósofo retoma a ideia de Aristóteles de que o homem é um “*zoon politikon*”⁴², acrescentando que este também é um animal social. Seguindo o filósofo grego, São Tomás afirma que o ser humano tem o instinto para viver em uma comunidade política, a “*civitas*”, sendo ela um espaço privilegiado para o ser humano chegar ao bem comum e, sobretudo, à felicidade.

Assim, o “*bonum commune*” está intimamente relacionado à comunidade política, sendo esta a reunião de indivíduos livres sob a direção de um governante que visa o bem comum. Para que as famílias e os diversos grupos sociais pudessem alcançar sua plenitude, Tomás de Aquino pontua sobre a necessidade de haver uma ordem jurídica, um sistema legal, que assegurasse o bem estar de todos. Daí a importância das leis e normas para regular as relações humanas.

⁴² Animal político.

Por conseguinte, Marc Feix (2007: p.19) chama atenção para a divisão feita por Lebreton do bem comum. Consoante o autor, o dominicano dividiu esse conceito em temporal e espiritual, onde o primeiro dizia respeito à família e à nação e o segundo, que designava o destino sobrenatural dos homens. Todavia, essa separação era mais didática, visto que os bens comuns eram complementares e dependentes um do outro.

Considerando a lógica e os objetivos desta pesquisa, daremos relevo às reflexões do dominicano do bem comum temporal, reflexões que foram produzidas no contexto do pós-guerra e num momento, segundo Lebreton, muito desesperador de nossa história. O dominicano (LEBRETON, 1947: p. 19) afirma que “o bem comum é o bem de uma comunidade humana, seja de uma comunidade familiar, profissional, nacional ou de uma comunidade universal”⁴³ (tradução minha).

Antes de pensar na inserção do indivíduo nos grupos sociais, Lebreton acredita que este tem que pensar em si mesmo, aperfeiçoando sua inteligência e suas virtudes. Com relação à família, a primeira instituição social que este indivíduo participa, era considerada um espaço para o cultivo do bem comum e para a transmissão dos valores, uma vez que seus membros possuíam um espírito comum.

No que concerne à nação, o dominicano propõe uma série de exigências para que uma população pudesse desfrutar do bem comum. São elas: rodovias, vias navegáveis, rede ferroviária, portos. No campo cultural, Lebreton falou na transmissão da ciência, da técnica e das tradições espirituais, filosóficas e religiosas. Com essas exigências satisfeitas, a humanidade poderia gozar do bem comum proposto pelo dominicano.

Ademais, Lebreton não deixa de associar o bem comum a algumas práticas econômicas comuns ao seu tempo, ou seja, a do capitalismo financeiro. Aqui, estamos nos referindo aos “holdings”, “cartéis” e “trustes”. Segundo Lebreton, essas práticas atendiam aos interesses de grupos financeiros hegemônicos em detrimento do bem comum, levando-o a considerar o capitalismo, e seu princípio de livre concorrência, como um sistema gerador da discórdia entre os homens.

⁴³ Le bien sera, dès lors, respectueux à la fois de la personne, de la famille, de la nation, de l’universelle humanité.

Deste modo, o dominicano sugere que as instituições do capitalismo, como as empresas e os bancos, mudem seus objetivos e regras de funcionamento para que sirvam a humanidade em sua luta pela satisfação das mais variadas necessidades.

Tendo por base uma acepção ampliada de bem comum, concluímos que o dominicano rejeita uma concepção liberal deste conceito, que o concebe como a soma dos bens individuais, onde cada pessoa, individualmente, buscaria o seu bem-estar. Para ele, o bem comum consiste numa busca coletiva para a transformação das sociedades em verdadeiras comunidades, seguindo de perto a etimologia da palavra, que diz respeito à unidade e àquilo que é comum a todos. Pensando nesse caráter associativo do ser humano, que tende a viver em comunidade, o dominicano afirma que o bem comum não será atingido a partir de um simples apelo ao poder público. Tal estado seria alcançado quando houvesse confiança mútua entre os homens e não o espírito de discórdia e desarmonia.

2.5 O Problema de Marx e do Marxismo

As concepções de Lebret sobre Marx e o marxismo seguem uma linha análoga à do capitalismo. Em seu exame a respeito dessas ideias, notamos uma complexidade em sua consideração sobre os conceitos oriundos do pensamento em questão.

Iniciamos essa análise perguntando se Lebret poderia se apropriar de conceitos deste pensamento, visto que, como muitos críticos atestam, o marxismo foi a maior crítica sistemática feita ao capitalismo. A resposta é sim e não. Sim, porque Lebret se inspirou no marxismo para tecer severas críticas ao capitalismo, reconhecendo a importância de Karl Marx e a censura que ele fez desse sistema gerador de tensões e assimetrias sociais. Não, porque o dominicano francês rejeitou certas premissas que não iam ao encontro de seu pensamento religioso.

Na obra “Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?” (1960), Lebret faz uma breve crítica ao capitalismo, analisando “O Capital”, de Karl Marx, livro que trata da produção, do capital e do desenvolvimento do capitalismo. É oportuno destacar que, diferentemente dos textos anteriores, o dominicano se debruça de forma mais madura e sistemática sobre o problema do capitalismo.

Em sua exegese, Lebret (1960: p. 331-332) aponta quatro críticas feitas pelo filósofo alemão à produção capitalista. Antes disso, porém, traz à luz a ideia de que “Marx

considerava o capitalismo uma fase de transição indispensável no momento em que a liberdade e a ciência vieram permitir o domínio da natureza. Por isso, considerava infantil a suposição de que essa fase não tivesse aspectos benéficos e não fosse necessária”⁴⁴.

É interessante notar que o dominicano francês destaca a valorização de Marx frente ao tema da liberdade e da ciência que o capitalismo proporcionou, a partir da constatação do próprio acerca da relevância das duas para o desenvolvimento da sociedade.

Dito isto, Lebret expõe as críticas que Marx fez do capitalismo, concordando parcialmente com o filósofo alemão acerca de certas contradições presentes nesse sistema econômico.

A primeira diz respeito à finalidade da produção capitalista, que era destinada a produzir dinheiro e não a satisfazer às necessidades humanas. Neste ponto, o dominicano coloca em relevo a questão da “mais-valia”⁴⁵ absoluta e relativa, tendo em vista o aumento da jornada de trabalho (com o ingresso de mulheres de crianças no mundo do trabalho) e o aperfeiçoamento das máquinas, que culminaram na diminuição dos salários, no desemprego de não raros trabalhadores, na criação de uma reserva de trabalhadores e no aumento do antagonismo entre burgueses e proletários. Desde a década de 1930, quando presenciara a exploração capitalista dos pescadores em Saint-Malo, Lebret, segundo Bosi (2012: p. 254), se apropriou desse conceito, tendo incorporado, futuramente, aos princípios da “Economia Humana”.

A segunda crítica consiste na contradição entre o desenvolvimento das “forças produtivas”⁴⁶ e a manutenção do valor do capital investido nos meios de produção. Conforme Lebret (1960: p. 332), “o desenvolvimento das forças produtivas exigiria um progresso ininterrupto e a utilização de todas as invenções para uma produção sempre

⁴⁴ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

⁴⁵ O conceito de “mais-valia” é central na teoria marxista, sendo utilizado para referir-se à diferença do valor da mercadoria produzida, a soma do valor de seus meios de produção e o valor do trabalho.

⁴⁶ As “forças produtivas” referem-se à relação entre a força humana e os instrumentos e técnicas de trabalho utilizados, correspondendo ao desenvolvimento da tecnologia, da exploração de novas matérias-primas e o desenvolvimento de habilidades nos grupos humanos.

maior”⁴⁷. Essa atitude descrita pelo dominicano levaria ao abandono de parte do material investido, sendo necessário refreiar o avanço do progresso técnico.

O terceiro paradoxo concerne nas relações desarmônicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, onde Lebrecht afirma que os mais desenvolvidos, sendo os que mais produzem, enviam seus produtos aos não desenvolvidos, recebendo uma soma de horas de trabalho muito maior que a utilizada por eles.

Já a quarta contradição citada pelo dominicano refere-se à crítica de Marx (1999: p. 31) às relações entre produção e consumo. Em sua reflexão, o filósofo afirmou que a produção é consumo por duas razões: primeiro, porque exige a superação de matérias-primas e, segundo, pelo fato de ser humano gastar suas energias nesse processo. Argumenta ainda que o contrário também é verdadeiro, pois o consumo engendra uma nova produção. Dito isto, Lebrecht ressalta que a produção cresce nos setores em que é maior o lucro e aumenta de tal forma que a venda não é mais possível, gerando assim as crises tão presentes no sistema capitalista.

O dominicano francês coloca esse quadro como parcialmente verdadeiro, não em razão de invalidar as interpretações de Marx a respeito do capitalismo, mas porque o mesmo “não dispunha de dados estatísticos necessários a uma análise mais exata”⁴⁸ (LEBRECHT, 1960: p. 333).

Novamente vemos, aqui, a relevância que Lebrecht atribuiu aos aspectos técnicos e científicos, concebendo-os como instrumentos imprescindíveis para o conhecimento da realidade e, neste caso, para criticar algumas pesquisas de Marx.

Apesar de não concordar plenamente com as análises trazidas por Marx, tendo em vista a falta de rigor estatístico do pensador alemão, o religioso não deixa de reafirmar a ideia de que é o capitalismo que engendra o proletariado, gerando, por conseguinte, o seu próprio fim. Essa contradição do capitalismo fez Lebrecht rejeitar a ideia de “luta de classes”, ou seja, os conflitos entre as classes sociais devido os seus interesses distintos, e da “ditadura do proletariado”, a partir da tomada de poder do proletariado, como forma de superar o regime. O dominicano é muito claro com relação a essas questões, dizendo

⁴⁷ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

⁴⁸ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

que, como cristão, não poderia ser a favor da aniquilação de qualquer classe: seja ela qual fosse.

Conforme assinalou Bosi (2012: p. 254), ao invés de “luta de classes” o dominicano acreditou nas comunidades de base, no intuito que elas reivindicassem junto ao Estado e às empresas rendimentos nos lucros, no caso das últimas, e legislação trabalhista e distribuição de renda nacional, no caso do primeiro. O método pensado por Lebret para essas comunidades era o do “voir, juger, agir”⁴⁹, utilizado nas experiências anteriores ao “Économie et Humanisme”, onde tais associações examinariam cuidadosamente a realidade, analisariam as causas de cada problema para, por fim, intervir politicamente.

Em 1947, Lebret chega ao Brasil para ministrar um curso de três meses sobre a “Economia Humana”, na ELSP, sendo convidado pelo frei e amigo Romeu Dale, dominicano do Convento de Perdizes. Após apresentar sua concepção sobre o mundo atual e sua crítica ao capitalismo liberal, o dominicano dedicou cinco aulas para expor o pensamento de Marx. Logo de início já afirmou da importância dos participantes lerem “O Capital”, a obra magna do filósofo alemão.

Assim Lebret se dirigiu ao público presente na primeira aula: “O Capital é uma obra muito volumosa e, numa primeira abordagem, confusa, mas que aparece, depois de uma leitura completa, extremamente poderosa. Vou tentar torná-lo tão claro quanto possível, sem trair o pensamento de Marx” (ANGELO, 2010 : p. 74).

Angelo (2010: p.74) comenta da polêmica que as aulas ministradas causaram nos jornais da época, considerando a valorização de Lebret frente a alguns preceitos de Marx, tendo se referido a ele como “o gênio da humanidade” e aos comunistas “como os querem o bem da humanidade”. Aliás, foi esse o título do “Jornal do Povo”, de Belo Horizonte, de quinze de agosto de 1947. O jornal escreveu: “O padre francês Lebret, da Ordem dos Dominicanos, demonstra que é possível a cooperação entre comunistas e católicos para a solução dos problemas do povo” (*apud* Angelo 2010 : p. 74).

⁴⁹ O referido método fora utilizado nos movimentos cristãos brasileiros, a partir da década de 1950, como a JUC-Juventude Universitária Católica, a JOC-Juventude Operária Católica e as CEBs- Comunidades Eclesiais de Base.

É importante trazer à luz a conjuntura da fala de Lebreton ante o marxismo e da repercussão causada nos meios de comunicação. Foi nesse período de estada no Brasil que o governo Dutra colocou o PCB na ilegalidade, cassando o seu registro no TSE-Tribunal Superior Eleitoral-, em maio de 1947. A justificativa da cassação baseou-se na ideia de que se tratava de um partido que fazia apologia à desordem e à subversão e que era controlado por Moscou.

Deste modo, o dominicano expõe sua valorização a Marx numa temperatura desfavorável de anticomunismo e conservadorismo. Vivia-se em tempos de Guerra Fria, onde o governo brasileiro se inclinou ao sistema capitalista. Com relação ao fechamento do PCB, o dominicano francês se declarou publicamente contrário a tal decisão, dizendo: “É sempre perigoso para um Estado que se diz republicano se firmar em posições antidemocráticas”⁵⁰ (PELLETIER, 1996: p. 161) (tradução minha).

Por conseguinte, outro ponto de destaque na concepção de Lebreton do marxismo diz respeito à sua concepção de homem. Essa breve análise se faz necessária porque o “*Économie et Humanisme*”, e sua visão do homem e da sociedade, é, de alguma forma, uma resposta às premissas de Marx frente a esse problema. É sob o título “O marxismo como humanismo” que o dominicano francês se debruça sobre essa questão em “Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?” (1960).

A linha mestra da crítica de Lebreton a Marx é com relação ao ateísmo religioso do filósofo alemão e à crítica à concepção materialista que o filósofo tem do ser humano. Para o dominicano, a realidade humana transcende a realidade material, sendo dependente de uma manifestação que está fora da História. A princípio, o dominicano tem uma concepção restrita do ateísmo em Marx⁵¹, leitura esta compartilhada também pela hierarquia da Igreja. Examinemos de que forma o dominicano, com base em Marx, aborda a questão da religião:

A religião nada mais é “que a consciência alienada do eu”, a mais grave das três alienações fundamentais: alienação do trabalhador, frustrado nos frutos do esforço produtivo, em proveito do capitalista, da burguesia; alienação do trabalhador frustrado na sua liberdade, em proveito de um Estado a serviço do

⁵⁰ Il est toujours dangereux pour un État qui se dit républicain de pendre des positions antidémocratiques

⁵¹ Conforme ressaltou o filósofo francês Roger Garaudy (1967: p. 105), o ateísmo em Marx é mais uma afirmação do que uma negação, visto a crença deste no poder do ser humano.

capitalismo; alienação do homem, frustrado em si mesmo, em proveito de um fantasma divino ⁵²(LEBRET, 1958 : p. 339).

Observamos que Lebreton coloca em relevo os tipos de alienação para o filósofo alemão, dando especial realce à de natureza religiosa. Tal concepção nos faz pensar sobre a revisão de Marx face à dialética hegeliana. Hegel acreditava no primado da ideia frente à matéria, acreditando que a transformação da realidade, a partir da tese, antítese e síntese, ocorreria a partir das ideias. Marx, por seu turno, inverteu o pensamento hegeliano afirmando que eram as condições materiais que iriam provocar as transformações históricas. Em outras palavras, não havia ideia anterior à matéria, à natureza. Essa concepção de Marx não é vista com bons olhos para Lebreton, pois, em sua visão, o homem estaria negligenciado o papel da transcendência na História e, mais grave, o de Deus.

Em “*Montée Humaine*” (1951: p. 61-62), o dominicano volta a abordar essa problemática, trazendo ao debate as críticas de Marx às alienações e sintetizando-as em três: a do trabalhador, que é separado da mercadoria que produziu; a do cidadão, que abdica de sua liberdade para o Estado; e a de natureza religiosa, em razão do homem projetar a sua essência fora de si. Como complemento dessa questão, o dominicano censura a crença de Marx de um homem autônomo e dono de si mesmo. O filósofo se serviu da figura mitológica de Prometeu, que é considerado o símbolo da autonomia humana, para dizer que não existe nenhum ser intermediário entre o homem e a natureza. Rosa (2015: p. 53) reflete acerca dessa visão de Marx:

O mito de Prometeu evocado por Marx representa o símbolo da autonomia humana. Assim, Marx se refere ao Titã que roubou o fogo e deu aos homens: ‘Em uma palavra, eu tenho ódio de todos os deuses. E esta divisa ela a opõe a todos os deuses do céu e da terra que não reconheçam a consciência humana como a divindade suprema. No calendário filosófico, Prometeu ocupa o primeiro lugar entre os santos e os mártires’.

Não nos cabe, aqui, invalidar a interpretação de Lebreton acerca da relação entre religião e marxismo. No entanto, não podemos deixar de observar que o dominicano não tece uma crítica mais sofisticada diante dessa questão. Uma hipótese para essa lacuna é a

⁵² Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

de que sua formação religiosa, como a de outros sacerdotes de sua geração, foi gerada pelo espírito anticomunista, onde as ideias de Marx foram negadas em razão, especialmente, de sua crítica à alienação religiosa.

Com efeito, a reprovação de Marx diante da religião não recai somente pela relação do homem com uma entidade que se encontra fora da história, mas também ao processo de institucionalização da mesma, levando em conta a aliança das Igrejas com as classes dominantes em não raros períodos históricos⁵³. Autores como Michael Löwy (2006) e José Carlos de Souza (2015) se debruçaram sobre esse problema, trazendo à tona novas interpretações acerca da questão. Assim Souza (2015: p.151) escreve:

A análise de Marx, nessa altura, é essencialmente historicista. Ele busca avaliar o papel social do cristianismo e sempre relaciona à ordem e ao poder estabelecidos. Para Marx, o comportamento reacionário dos cristãos no passado, desacreditava qualquer esperança de mudança no presente. A teologia havia legitimado a opressão nas sociedades antigas e medievais e, agora, mais uma vez, oferecia os seus préstimos à burguesia.

Essas palavras do teólogo brasileiro fazem sentido quando examinamos os próprios escritos de Marx acerca da atuação da Igreja no decurso histórico:

Os princípios sociais do cristianismo justificaram a escravidão na antiguidade, glorificaram a servidão na Idade Média, e também sabem, quando é necessário, defender a opressão do proletariado, ainda que assumam um semblante de lástima ao fazê-lo. Os princípios sociais do cristianismo pregam a realidade de uma classe governante e uma oprimida, e a única coisa que tem para essa última é o piedoso desejo de que a outra se mostre caritativa (*apud* SOUZA, 2015: p. 151).

Finalizando esta discussão, é mister retomar o ponto inicial acerca das críticas às análises contundentes das concepções de Lebrecht sobre o marxismo e o capitalismo. Se lermos os textos do dominicano de forma isolada, e sem conexão com as outras produções, corremos o risco de cairmos em exames tendenciosos acerca de suas ideias. Exemplificando: se nos atentarmos somente às cinco aulas ministradas na ELSP, em

⁵³ A comunista polonesa Rosa Luxemburgo, no artigo “Igreja e Socialismo” (1905), também pondera sobre essa problemática ao denunciar a aproximação da Igreja com os poderes estabelecidos e o afastamento dos pobres: “desta maneira, o clero se opõe em defesa dos ricos, da exploração, em flagrante contradição com a doutrina cristã. Os bispos e os padres se apresentam não como sacerdotes dos ensinamentos de Cristo, mas como sacerdotes do Bezorro do Ouro e do chicote que açoita os pobres e indefesos” (LOUREIRO, 2011: p. 179).

1947, e à frase de que Marx era um gênio poderíamos concluir que Lebreton era um discípulo do filósofo. E, como vimos, não era. Se, por outro lado, analisarmos somente as críticas de Lebreton ao espírito de lucro reinante no capitalismo, cairíamos também em uma visão simplista, visto a relevância que o dominicano atribuiu à liberdade e à propriedade privada.

Pelas fontes que dispusemos das concepções de Lebreton sobre Marx e o marxismo podemos concluir que o dominicano não produziu um *corpus* teórico acabado acerca dessas ideias. Como vimos, suas reflexões estão fragmentadas em não raros textos, onde os temas que envolvem essas ideias são pensados de forma assistemática.

Isto posto, acreditamos que foi a partir dessas críticas e apropriações que Lebreton construiu o arcabouço teórico-metodológico do “*Économie et Humanisme*”, um amplo movimento de ideias e ações que visavam pensar em uma nova maneira de conceber os princípios econômicos, à luz de um engajamento político, e não partidário, para colocar em prática tais premissas.

2.6 O “*Économie et Humanisme*”

O “*Économie et Humanisme*” foi fundado em 1941, em Marseille, num período de grande instabilidade nas relações internacionais. O mundo assistia aos conflitos da Segunda Guerra Mundial, onde os países europeus buscavam dominar o globo e impor suas influências para o mundo. Nesse ano, a França estava ocupada pela Alemanha nazista.

Para a construção desse grupo Lebreton se inspirou em algumas referências intelectuais no campo das ciências sociais, como François Perroux. Ademais, ideias oriundas do capitalismo e do marxismo também foram importantes para a constituição dos princípios da “Economia Humana”.

Lebreton, juntamente com sua equipe, fundou esse grupo para dar apoio, principalmente, às famílias do sul da França, que tiveram suas cidades destruídas pela guerra. O escopo do grupo era o de pesquisar a realidade social e propor soluções para os problemas enfrentados por essas populações, sendo o mesmo formado por uma equipe formada por arquitetos, geógrafos, economistas, teólogos, leigos etc. Aqui, Lebreton já demonstra a sua atitude de pensar a economia a partir de uma perspectiva interdisciplinar,

rejeitando uma ciência que se preocupasse somente com os aspectos quantitativos e estatísticos.

Quando Lebret critica a ostentação da ciência econômica pelos aspectos quantitativos, ele trava um debate com os economistas liberais ingleses e também com os neoclássicos. Os últimos economistas, pensando nos trabalhos de James Mead, se serviram da matemática como instrumento analítico da economia, negligenciando aspectos socioculturais que Lebret tanto contemplava em suas pesquisas.

O grupo foi formalizado em 10 de outubro, tendo Lebret e o padre Suavet como secretário geral e adjunto, respectivamente, e René Moreaux como presidente. Por seu turno, a vice-presidência ficou com François Perroux, economista e amigo de Lebret. Além desses dois nomes, o grupo fora constituído por cerca de 50 participantes⁵⁴, tendo uma expressão significativa de leigos da Igreja Católica, sendo o seu número superior ao de clérigos (CESTARO, 2015: p. 101).

Este último dado nos faz entender a importância que o dominicano atribuiu ao laicato, ou seja, ao trabalho de base, posto que não pretendia fazer do “*Économie et Humanisme*” uma instituição rígida e dependente da hierarquia da Igreja Católica.

Conforme ressaltou Cestaro (2015: p. 93), Lebret e o padre Suavet, em 1938, pretendiam formar um grupo sobre estudos marxistas. É importante observar que o primeiro nome pensado seria “Centro de Estudos sobre o Marxismo”, mas ambos preferiram um nome que pudesse causar maior impacto na sociedade, pois rejeitavam a ideia de um organismo que tivesse como meta somente a interpretação e especulação da realidade. A observação supracitada é relevante, pois nos ajuda a pensar que Lebret se apropriou de certas ideias do marxismo para o estabelecimento de seu pensamento econômico. O nome dado ao grupo, “*Économie et Humanisme*”, já demonstrava, de início, a preocupação de Lebret e de seu grupo para com a questão ética. Quais seriam, então, os pressupostos em que o grupo se assentava?

⁵⁴ A seguir, os nomes dos religiosos que participaram do “*Économie et Humanisme*”: Marie-Fabien Moss, Marie Réginald Loew, Alain-Zacharie Serrand, Bouche, Henri Desroches, Thomas Suavet, Joseph-Marie Perein, Tonneau, Labordrédette, Hynacinte Paissac, Chenu, Lajeunie, Norbert Malley, Raymond Martin, Noel Bouille, Benoît Allo, Thomas Allegre, Grandin e Candau.

2.6.1 Princípios Teóricos

O Estatuto do grupo não deixa reticências sobre o objetivo principal do dominicano: investigar a realidade humana em seus aspectos econômicos, sociais e culturais e, à luz dessa investigação empírica e científica, fazer uma economia a serviço de “todos os homens e todo o homem”, tomando de empréstimo uma expressão de François Perroux e que foi muito utilizada por Lebreton.

Para isso seriam necessários grandes esforços, onde a responsabilidade do grupo seria a de conscientizar os povos a encontrar soluções para os grandes problemas da humanidade. Vejamos o que Lebreton (1962: p. 16) escreveu a respeito da “Economia Humana”:

Definimos a economia humana, enquanto pesquisa, como a disciplina, especulativa e prática, da passagem, para uma determinada população, de uma fase menos humana para uma fase mais humana, segundo o ritmo mais rápido possível, com o custo financeiro e humano o menos elevado possível, sem esquecer a solidariedade que deve existir entre todas as populações⁵⁵.

As palavras supramencionadas complementam as ideias trazidas no Estatuto de 1941, onde são enfáticas as palavras sobre as implicações sociais do “*Économie et Humanisme*”. Outro ponto que chama atenção diz respeito à preocupação de Lebreton em colocar em diálogo pesquisa e ação, onde nenhum aspecto seria válido se visto isoladamente.

O autor prossegue:

O “mais humano”, com efeito, depende da concepção que se tem do homem, de sua natureza, de sua vocação, de seu destino. Todos esses aspectos serão vistos diferentemente pelo “abastado” e pelo “necessitado”, pelo materialista e pelo espiritualista, pelo pagão e pelo cristão. Sua definição, porém, comporta um terreno comum de entendimento, como, por exemplo, a elevação do nível de alimentação, a redução das “doenças de massa”, o progressivo acesso a níveis satisfatórios de responsabilidade e uso da liberdade, condições de vida coletiva para que as relações humanas sejam mais fraternais⁵⁶ (LEBRETON, 1962: p. 16).

⁵⁵ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

⁵⁶ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

Observa-se que o dominicano, ao diferenciar o “mais humano” do “menos humano”, traz ao debate uma concepção ampla e concreta do que seria o “mais humano”, uma vez que essa fase seria atingida onde as diversas necessidades fossem atendidas: das mais concretas, como da questão da alimentação e da redução das doenças e das mais abstratas, como da questão da educação, da liberdade e da arte.

Nessa perspectiva, Bosi (2012: p. 256-257) comenta a respeito dos diversos tipos de necessidade pensados pelo dominicano, onde cada tipo estaria imbricado com a outra. Em primeiro lugar, o autor destaca as necessidades “irredutíveis”, visto que “a sua não satisfação engendra o estiolamento e, no limite, a morte”. São elas: alimentação, vestimenta, alojamento, mobília básica, água, luz, o trabalho, a vida cultural e a instrução. Já as de *dignidade* são o aprofundamento das necessidades culturais, dizendo respeito à capacidade do ser humano em compreender, por exemplo, uma obra de arte. Por fim, temos as necessidades de *superação*, cujas ideias baseiam-se nas capacidades intelectuais e morais do ser humano, ou seja, nas suas atividades do pensar, estudar, meditar, orar, etc.

No que concerne às necessidades culturais, examinemos-a mais de perto. O dominicano atribuiu grande responsabilidade aos movimentos da sociedade civil, fossem eles cristãos ou não. Para Lebreton, as mudanças seriam realizadas somente quando as nações e o povos se conscientizassem de sua tarefa em se solidarizar com os mais desfavorecidos. Assim, para que tal harmonia fosse alcançada, seria necessário que a população, especialmente a dos países subdesenvolvidos, se instrísse para que pudesse tecer críticas à sociedade e apresentar projetos de uma nova civilização. É mister observar que mesmo valorizando tal estudo, o dominicano afirma que só seria possível atingir tal objetivo se o homem tivesse “condições que lhe permitissem refletir e pensar”.

A concepção de Lebreton das necessidades, segundo observou Puel (2016: p.15), foi objeto de críticas por parte de economistas neoclássicos em razão da dificuldade de quantificar e operacionalizar tais necessidades. Ademais, segundo essa visão, é preciso conhecer a demanda para que as necessidades sejam atendidas, dialogando com os princípios do equilíbrio geral, ou seja, a teoria que visa explicar a interação entre a oferta e a demanda na economia capitalista.

2.6.2 “Finalização”, “Coerência”, “Homogeneidade” e “Autopropulsão”: Os preceitos da “Economia Humana”

Seguindo na discussão sobre os princípios teóricos da “Economia Humana”, Lebret elenca alguns princípios que precisariam nortear uma concepção de desenvolvimento que visasse atender as não raras necessidades dos povos (LEBRET, 1966: p. 80-89).

Lebret chamou o primeiro princípio de **finalização**, em outros termos, o fim que a “Economia Humana” implicava. O novo projeto de civilização proposto teria como norte o “ser mais” ou o “valer mais”, visto a partir de uma noção metafísica, onde as potencialidades humanas seriam realizadas de forma plena. Assim, Lebret não coloca em segundo plano a necessidade de um crescimento econômico; ele é claro em afirmar que essa nova civilização exigiria um certo nível econômico para que todas as camadas sociais pudessem alcançar o estágio do “ser mais”.

Pormenorizando, o dominicano elencou alguns objetivos relacionados ao crescimento econômico. *Produção agrícola*: aqui, a ênfase recai sobre a conservação e o melhoramento dos solos, no sentido que essas práticas ajudem a aumentar a extensão dos mesmos, a produção agrícola e a produtividade. Com isso Lebret acreditava que os países poderiam ter um equilíbrio na balança comercial.

Alfabetização: O processo educativo era um relevante instrumento para que os países pudessem se desenvolver. Num sentido mais amplo, o ensino era imprescindível, pois era a partir dele que os trabalhadores poderiam manusear as máquinas de forma a não prejudicar os solos. Em “Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?” (1960) , Lebret coloca esse problema de forma mais complexa do que em “Dinamica concreta del Desarrollo” (1969), refletindo acerca de várias questões que esse processo suscita.

O que o dominicano critica é o número reduzido de professores, visto a falta de escolas que visam formar essa classe. Além disso, muitas filosofias da educação eram inspiradas em modelos europeus, que, além de abstratos, não partiam das necessidades cotidianas e não preparavam os alunos para as tarefas concretas. Uma consequência lógica desse problema seria a carência de técnicos e especialistas, uma vez que os

estabelecimentos de ensino seriam importantes para formar empreendedores e o espírito de empresa.

O segundo princípio pensado por Lebret diz respeito à **coerência**, ou seja, à questão da interdependência. O dominicano afirma que um olhar restrito a um determinado aspecto pode gerar o desequilíbrio e a falta de harmonia. No tocante ao ser humano, ele teria que ser visto de uma forma holística, considerando seus aspectos biológicos, educacionais, culturais, técnicos, econômicos e espirituais.

A questão da produção segue o mesmo caminho, onde os setores primários, secundários e terciários teriam que dialogar e se complementar. Por conseguinte, ao pensar na relevância das infraestruturas para o estabelecimento do "mais humano", Lebret propôs a harmonia entre as as infraestruturas físicas e culturais, levando em conta a complexidade do projeto de desenvolvimento.

Outro aspecto a considerar é o da **homogeneidade**. Para explicitar essa noção, o dominicano se serviu da metáfora da árvore e do agricultor. Este último não desconsidera a planta que era a árvore, apenas a poda para que possa dar bons frutos. O mesmo ocorre com o crescimento harmônico, que teria de dar continuidade ao passado, não desfazendo das estruturas anteriores de cada sociedade, como as tradições culturais e filosóficas. O dominicano sublinha:

Deste modo, condenamos a revolução absoluta, que faz tábula rasa e quer implantar o novo. Também condenamos a ação impulsiva ou caótica. Quando se impõe uma transformação – e às vezes se impõe o desenvolvimento –, evolutiva ou revolucionária, deve utilizar um grande número de valores e forças antecedentes para proporcionar um clima mais favorável e pontos de aplicação mais eficazes⁵⁷ (tradução minha).

A quarta ideia concerne na questão da **autopropulsão**, isto é, àquilo que seria o motor para que o desenvolvimento dos povos fosse alcançado. Os vários grupos da sociedade civil, como partidos, sindicatos e cooperativas, eram impelidos para dar cabo a esse projeto de um desenvolvimento harmônico e integral. Todavia, os grupos

⁵⁷ De este modo queda condenada la revolución absoluta, que hace tabla rasa y quiere plantarlo todo de nuevo. También hay que condenar la acción impulsiva o caótica. Cuando se impone una transformación – y a veces se impone en el desarrollo –, sea evolutiva o revolucionaria, debe utilizar gran número de valores y de fuerzas antecedentes para proporcionarles um clima más favorable y punto.

supracitados poderiam estar imbuídos ou não de valores que direcionavam ao bem comum e aos ideários da “Economia Humana”.

Acreditamos que o princípio da autopropulsão lança luz ao entendimento das atualizações de Lebrete frente aos intelectuais e instituições que se debruçaram sobre o problema do desenvolvimento. Assim, a transformação da realidade só seria possível caso houvesse grupos sociais militantes que vissem no desenvolvimento o sentido para a luta em torno de uma nova civilização. Ainda que os autores citados por Lebrete tenham tocado na questão, é o dominicano que pondera sobre o assunto de uma forma mais elaborada.

Deste modo, considerando que a instauração de uma nova sociedade é fruto de uma operação difícil e complexa, fez Lebrete admoestações voltadas para os grupos sociais cujos líderes pertencem à elite e insensíveis frente às necessidades das populações.

No que toca aos partidos, Lebrete censurava a ideia de um partido único de princípios totalitários, tendo em vista as experiências do fascismo italiano e do nazismo alemão, que não eram compatíveis com uma sociedade plural. Já com relação ao sindicalismo e ao corporativismo, Lebrete argumentava que muitas organizações ocidentais careciam de dirigentes do povo, visto que não raros líderes eram ambiciosos e possuíam interesses próprios que não os da coletividade. O desenvolvimento, para Lebrete, tinha que seguir uma orientação comunitária, a partir do intercâmbio entre as elites e a base.

Para finalizar, o dominicano francês sublinha que o desenvolvimento autêntico é uma utopia, se tratando de uma tarefa árdua e complexa. E mais: um desenvolvimento que não possui uma receita, que nunca chegará a uma execução perfeita. Ainda que tenha apontado tal problema, Lebrete (1969 : p. 21) afirma que “é necessário caracterizá-lo em sua perfeição para que as sociedades tenham uma ideia clara da totalidade de suas exigências” ⁵⁸ (tradução minha).

À luz desses apontamentos, podemos concluir que Lebrete concebe o desenvolvimento do homem a partir de uma perspectiva ampliada, já que o “ser mais” , diferentemente do “mais possuir” do capitalismo, não seria resultado apenas de uma

⁵⁸ es necesario haberlo caracterizado en su perfección para que las sociedades y los grupos tengan una idea clara de la totalidad de sus exigencias.

visão quantitativa, como no acúmulo de bens materiais, mas à luz da manutenção de seus valores culturais, intelectuais e espirituais.

2.6.3 O Conceito de Desenvolvimento Econômico

O conceito de desenvolvimento econômico é assaz problematizado entre economistas e historiadores econômicos. Nesse debate, o tema da industrialização é recorrente, visto que, em não raras vezes, ele é um “medidor” do desenvolvimento. No entanto, há pesquisadores que têm relativizado tal sinonímia demonstrando os limites da industrialização. Santos afirma: “a industrialização não é necessariamente o motor do progresso, nem a parteira do desenvolvimento”. O autor prossegue:

Se por desenvolvimento se entende o crescimento do PIB [Produto Interno Bruto] para assegurar mais bem-estar às populações, é hoje fácil mostrar que o bem-estar das populações não depende tanto do nível da riqueza, quanto da distribuição da riqueza (SANTOS, 2000, p. 28).

No capítulo introdutório da tese “Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX” (2009), Vieira pondera sobre os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico, estabelecendo as diferenças e os limites entre os mesmos.

Neste texto, o economista salienta que o primeiro termo pode ser definido como o aumento do PIB-Produto Interno Bruto. O segundo, por seu turno, é de maior abrangência, pois se refere a um “crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura econômica e social” (VIEIRA, 2009: p. 18). Ainda segundo o pesquisador, o desenvolvimento possui um sentido mais subjetivo e de difícil quantificação, visto que depende de variantes socioculturais. Ademais: um outro fator que torna o conceito mais complexo é de que os valores culturais não são uniformes em toda a sociedade, pois cada uma tem caminhos próprios para responder aos desafios da realidade.

Essas ideias discutidas por Vieira são de grande valia para lançarmos luz à questão de como medir o desenvolvimento proposto por Le Bret. Para o dominicano, o desenvolvimento seria alcançado quando os diversos tipos de necessidades fossem atendidas. E, nesse caso, temos que considerar as necessidades de superação, relacionadas à educação, à arte e à religião. Assim, concluímos, com base no autor, que não é possível

medir e quantificar com clareza tais aspectos, uma vez que os mesmos pertencem ao campo da mentalidade e da subjetividade do ser humano.

Embora haja dificuldade em quantificar o desenvolvimento econômico, Lebret aponta alguns critérios para definir os países que não atingiram esse estágio. Tais critérios foram extraídos de “Dinamica concreta del desarrollo” (1969), último livro publicado por Lebret, em 1960, e que aborda o desenvolvimento e suas implicações de forma mais sistemática e coerente do que nos textos pretéritos. Antes de problematizá-los, pondera sobre a complexidade deste termo que estava em voga na década de 1950, justificando que estava em diálogo com as análises de Alfred Sauvy⁵⁹ e dos organismos que estudaram essa temática, como a ONU.

O termo “países subdesenvolvidos” foi muito utilizado após a Segunda Guerra Mundial pelos órgãos internacionais, demonstrando, segundo Charles Bettelheim⁶⁰ (LEBRET, 1960: p. 54), os países que estavam em atraso em relação aos desenvolvidos. Segundo suas observações, este termo possuía problemas porque “os países subdesenvolvidos estão em uma situação radicalmente diferente daquela que poderiam conhecer há cinquenta, cem, duzentos ou trezentos anos os países hoje industrializados”. Ao invés da expressão “países subdesenvolvidos”, muito utilizada por economistas de inspiração liberal, Bettelheim preferiu falar em países explorados, dominados, e de economia deformada. Em outras palavras: países que estavam em situação de dependência política e econômica.

Ao se debruçar sobre os problemas dos países subdesenvolvidos, o dominicano francês não faz uma análise crítica das imprecisões do termo, dialogando com os critérios estabelecidos pelos organismos internacionais. Como Lebret não tinha formação intelectual em ciências sociais há de se justificar certos limites interpretativos em torno de alguns problemas teóricos. Devemos levar em conta também que os escritos do dominicano não tratam as questões de forma especulativa: sua preocupação com as

⁵⁹ Sauvy (1898-1990) foi um economista francês que utilizou a expressão ‘Le tiers Monde’, para se referir aos países do Terceiro Mundo. Para ele, esses países teriam que unir suas forças para romper a situação de dependência e situação de dependência a qual estavam submetidos.

⁶⁰ Bettelheim (1913-2006) foi um economista de inspiração marxista. Escreveu obras, como “A luta de classes na União Soviética”, que versaram sobre economia marxista.

transformações sociais e econômicas o levou a rejeitar certas atividades restritas ao debate intelectual.

Com efeito, é importante observar que a análise do dominicano coincide com a de Yves Lacoste⁶¹, geógrafo francês que estudou o tema e apontou alguns fatores utilizados por Lebreton para melhor compreender a situação dos países subdesenvolvidos⁶².

Examinemos tais critérios (LEBRETON, 1969: p. 30-39):

a- Baixa renda nacional por habitante.

O dominicano segue o critério de que os países subdesenvolvidos são aqueles que possuem uma renda anual por habitante de menos de 100 dólares. Para que os mesmos atingissem o desenvolvimento eram necessários de 500 a 800 dólares. Por conseguinte, conforme Lebreton, se faz necessário uma análise do PNB-Produto Nacional Bruto, ou seja, o conjunto de riquezas de um país a partir de produtos por empresas que atuam ou não em solo nacional, para analisar a distribuição espacial da renda. Ainda conforme o dominicano, através desse exame poderia se chegar à conclusão de que um país considerado com grande renda poderia ter uma massa popular miserável, mostrando algumas contradições dos países abastados.

b- Subalimentação de uma parte da população e a difusão das enfermidades de massa.

O fenômeno da subalimentação diz respeito à ausência de uma alimentação balanceada, cuja quantidade-qualidade é adequada às necessidades orgânicas. Dito de outra forma: uma alimentação rica em calorias, proteínas (animal e vegetal) e vitaminas. Lebreton (1960: p. 56) cita o dado que, até 1950, 50% da população mundial estava num regime inferior ao necessário em calorias e que 75% dessa população não dispunha da composição dietética mínima exigida para a atividade humana normal. Em decorrência dessa insegurança alimentar temos o fenômeno das doenças de massa, que atingem justamente as pessoas com organismo vulnerável.

⁶¹ Lacoste ficou conhecido pelas suas ideias acerca do subdesenvolvimento e da descolonização. Tendo atuado politicamente nas décadas de 1950 e 1960, o geógrafo se debruçou sobre a questão colonial, participando de diversas manifestações anticoloniais. É em “Les pays sous-développés” que o autor faz uma análise geográfica do Terceiro Mundo, rejeitando um exame dualista que tende a comparar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

⁶² Fatores como a subalimentação, a baixa escolaridade e a insuficiência na industrialização.

c- Agricultura primitiva e não mecanizada.

A baixa produtividade agrícola é considerado um critério para o subdesenvolvimento, causada, principalmente, pela não disposição de tecnologia apropriada para uma maior produção. Além disso, a baixa produtividade pode ser vista por diversas classes de rendimentos por unidade de superfície, por trabalhador ou por habitante e pelo trabalho efetivo sobre o terreno.

Ademais, Lebret chama atenção para o fato de que quando há rendimentos altos é porque, em não raras ocasiões, o solo foi utilizado intensivamente, desrespeitando o seu descanso e a sua conservação.

d- Falta de infraestruturas e industrialização escassa.

Esses critérios foram supervalorizados pelo dominicano francês. A falta de infraestrutura, como estradas de ferro e instalações portuárias, era um grande obstáculo para um país se desenvolver. Lebret comenta que não bastaria criar infraestrutura, mas havia a necessidade de uma constante manutenção dessas construções, surgindo o problema do estudo das necessidades reais que tal desenvolvimento exigiria.

Outra questão similar a essa concerne na industrialização escassa, em razão da falta de investimento tecnológico no processo produtivo. Conforme Lebret (1969: p. 45):

Um país sem indústrias extrativas ou de base será muito dependente economicamente. Um país que não possui um número suficiente de indústrias de transformação e do mesmo ramo, não poderá competir no mercado mundial, a menos que mantenha salários baixos⁶³ (tradução minha).

Por conseguinte, a escassa industrialização pode ser devida a falta do espírito de empresa, visto que muitos burgueses se preocupam com negócios especulativos visando o lucro imediato.

e- Analfabetismo.

O analfabetismo, de acordo com Lebret, pode ser considerado um critério independente. Mais especificamente, podem ser consideradas o número de matrículas nas

⁶³ Un país sin industrias extractivas o sin industrias de base será fatalmente muy dependiente en lo económico . Un país que no posea un número suficiente de industrias de transformación y dentro del mismo ramo la serie completa de las fabricaciones integradas, no podrá producir a precios de competencia en el mercado mundial, a menos que mantenga los salarios muy bajos.

escolas primárias, a porcentagem de evasão e de quem conclui essa etapa do ensino. Deste modo, o dominicano afirma da relevância de se saber a porcentagem dos que terminam o ciclo primário com êxito, para melhor caracterizar o desenvolvimento educacional.

f- Ausência de quadro técnico e científico.

Na visão de Lebret, grande parte dos países subdesenvolvidos não possui especialistas, isto é : engenheiros, psicólogos, economistas, sociólogos, médicos, etc. Tal fato pode ser justificado pela falta de ambiente intelectual, como bibliotecas, centros de ensino e espaço de trabalho comum.

Vale sublinhar que o problema do subdesenvolvimento é complexo e possui causas múltiplas e interdependentes, considerando que os critérios utilizados pelo dominicano diziam respeito a aspectos não somente econômicos, mas também culturais e educacionais.

2.6.4 Industrialização e Desenvolvimento

Ao se debruçar sobre o problema do desenvolvimento, o dominicano não deixou de pensar em um processo que está imbricado a ele: a industrialização. De que forma refletiu Lebret sobre a questão em tela?

O dominicano é assertivo ao dizer da relevância de tal processo para as sociedades em geral, pois mostra o desenvolvimento das potencialidades humanas na criação das tecnologias de produção. No entanto, tal industrialização teria que seguir princípios humanos e que ajudassem os povos a saírem de suas condições degradantes. Examinemos esse problema de forma pormenorizada.

A inovação técnica proposta por Lebret tinha que surgir de dentro da sociedade. Com isso o dominicano queria salientar da necessidade de se ter um desenvolvimento que partisse das condições específicas de cada país: de sua economia, de sua cultura e de sua história, considerando a participação das populações locais na reconstrução de suas sociedades.

Para pensar nesse problema, Lebret se inspira num excerto⁶⁴ de Edward Tylor, do livro “Primitive Culture”, onde o antropólogo afirma que as mudanças econômicas teriam que vir acompanhadas das culturais, obtidas através da participação e do consenso da sociedade. À luz desse princípio, Lebret coloca em xeque, como já discutimos, modelos de desenvolvimento autoritários que não consideravam a realidade de cada povo, de cada nação.

Somando-se a essa questão, ainda, as observações do economista estadunidense John Abbinck a respeito dos problemas que a industrialização suscita. Em seu Relatório à Conferência Científica das Nações Unidas, em 1949, o expert da ONU salienta que a industrialização, se não pensada, poderia causar mais problemas do que resolver. *A priori*, chama a atenção para o fato de que o problema não está somente na obtenção de fábricas e máquinas, mas nos problemas delas decorrentes. Ele indaga: o trabalhador terá condições de saúde para operar as máquinas? Terá saberes técnicos para tal ação? A população se beneficiará das indústrias (LEBRET, 1960: p. 114)?

Essas provocações muito inquietaram Lebret, fazendo-o concluir que uma industrialização precipitada poderia aumentar as contradições sociais. Mesmo que muitas indústrias se concentrem em grandes centros urbanos, onde encontram ambientes técnicos e intelectuais para o seu desenvolvimento, há de se considerar o desenvolvimento desordenado desses centros, haja vista as moradias instáveis, o baixo grau de instrução escolar e a não qualificação profissional de muitos trabalhadores.

O tema da industrialização precipitada ganhou destaque nas reflexões de Lebret. Ele afirma que uma industrialização sem projeto e realizada de forma rápida poderia causar perturbações econômicas, sociais e psicológicas. Exemplificando: se uma indústria é instalada sem o necessário estudo das necessidades de uma região levaria ao fracasso desse projeto. Além de não ter mercado consumidor suficiente para as mercadorias

⁶⁴ A seguir, as palavras de Tylor: “Todo início de mudança econômica implicando necessariamente num ‘conjunto complexo’ nos leva também a considerar que as modificações de uma cultura, processadas nas melhores condições possíveis, devem ser obtidas com o consentimento e a participação daqueles cujos modos de vida se pretende mudar. É evidente que as mudanças podem ser impostas pela força. Mas, nesse caso, suscitam resistências e oposições que frequentemente impedem o resultado desejado” (LEBRET, 1960: p. 189).

produzidas, tal investimento se perderia pela falta de harmonia entre os projetos, culminando, assim, no desperdício de capital, que poderia ser investido em áreas sociais.

Vejamos um exemplo citado por Lebreton (1960: p. 69) que clarifica a ideia trazida acima. O dominicano afirma:

Pode ocorrer que a energia produzida para uma grande usina não encontre mercado, que a rede ferroviária tenha manutenção precária, que uma estrada de ferro acompanhe inutilmente uma via fluvial, que se construam portos maiores que as necessidades da região ou fiquem abandonados para terem sido tecnicamente mal situados, que se permita o pioneirismo em imensas e longínquas regiões, sem refletir no custo exagerado das comunicações entre essas regiões e as zonas já povoadas

2.7 As Relações Internacionais dentro de uma “Economia Humana”

Para que a “Economia Humana” fizesse parte da agenda das nações seria necessária uma nova forma de conceber as relações internacionais, tendo em vista que o século em que Lebreton viveu, segundo Hobsbawm, foi o século mais mortífero da história documentada, haja vista os conflitos entre as nações do globo em busca de domínio sobre outros territórios. A esse respeito escreveu o historiador inglês (2008: p. 21):

O século XX foi o mais mortífero de toda história documentada. O número total das mortes causadas pelas guerras do século ou associadas a elas foi estimado em 187 milhões de pessoas, o que equivale a mais de 10 % da população mundial em 1913 [...]. O período entre 1914 e 1945 pode ser visto como uma única “Guerra dos Trinta Anos”, interrompida apenas por uma pausa na década de 1920. A isso seguiram-se, quase imediatamente, uns quarenta anos de Guerra Fria, a qual é compatível com a definição dada pelo grande filósofo Thomas Hobbes à guerra, como algo que consiste ‘não em batalhas apenas, ou no ato de lutar, mas em um lapso de tempo em que a vontade de travar batalhas é suficientemente conhecida’.

À vista disso, Lebreton propôs que os países alterassem sua política externa para melhor assistir os povos subdesenvolvidos em suas carências financeiras e culturais. Nas conclusões de “Suicídio ou sobrevivência do Ocidente?” (1960: p.179), o dominicano francês afirma que “o maior mal do mundo não é a pobreza dos necessitados, mas a inconsciência dos abastados e dos fartos”⁶⁵. Assim, Lebreton está criticando tanto a passividade das nações desenvolvidas frente às necessidades dos países pobres, quanto a

⁶⁵ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

negligência, nestes países, das elites locais, que também não se sensibilizaram diante dos grandes problemas que afetam a maior parte da população.

Com efeito, o dominicano critica a Divisão Internacional do Trabalho, baseada na divisão entre países agrícolas, fornecedores de matéria-prima, e industriais, levando-o a concluir que o capitalismo explorava recursos em razão do mercado e ao lucro empresarial, proporcionando altos dividendos aos acionistas. Nesse ponto, a falta de reciprocidade muito inquietava o dominicano, onde o dinamismo dos países desenvolvidos acentuava a depressão dos países subdesenvolvidos.

Neste sentido, Lebrecht atribui uma grande responsabilidade aos Estados Unidos frente ao desenvolvimento dos outros países posto o seu potencial econômico. Na obra “Suicídio ou sobrevivência do Ocidente?” (1960), o dominicano coloca este país como representante do espírito egoísta e individualista reinante do mundo ocidental, levando-o a reprovar sua política econômica visto o ínfimo auxílio às demais nações. Por conseguinte, Lebrecht chega à conclusão de que os princípios econômicos do capitalismo não se adaptaram às reivindicações de um sistema ancorado no desenvolvimento integral e universal.

Retomando uma ideia de Gunnar Myrdal (LEBRECHT, 1960: p. 215), Lebrecht examina o problema das limitações dos economistas clássicos, visto a sua negligência frente às questões de ordem humana e integral. Ele escreve:

Por ‘capital’, escreve ele, os economistas entenderam o capital material. É verdade que há uma ou duas gerações, alguns economistas de espírito mais filosófico reconheceram a existência do capital humano. Mas, os inúmeros estudos de economia política sobre o capital, sua amortização e lucro, jamais aceitaram essa concessão. O ‘consumo’ foi considerado a contra-partida da produção, e a noção de consumo produtivo permaneceu uma espécie de noção geral e abstrata, limitando de maneira indeterminada o alcance das nossas conclusões, sem, entretanto, provocar um sério estudo.⁶⁶

Deste modo, o dominicano conclui que o capitalismo não considera a realidade em sua totalidade, apegando-se a ideários fechados, como o nacionalista e o imperialista, contribuindo para as assimetrias socioeconômicas tão combatidas por ele. Noutros termos, o jogo da espontaneidade, da livre concorrência e do livre empreendimento levava a um regime onde a ideia do bem comum não era a palavra de ordem.

⁶⁶ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

A crença absoluta no capitalismo liberal levava à instabilidade das trocas comerciais, visto a vulnerabilidade das exportações e a diminuição súbita das vendas, que poderia comprometer o equilíbrio econômico de um país. Em razão de que muitos deles são produtores agrícolas, temos o problema que estão sujeitos às variações climáticas decorrentes da natureza. Assim, tais flutuações permitiram Lebreton concluir sobre a situação desfavorável dos países subdesenvolvidos frente às irregularidades do mercado internacional, irregularidades essas que estavam de acordo com o princípio da mão invisível do mercado que o religioso tanto criticou.

Como desdobramento dessa situação Lebreton chama a atenção para a questão da inflação, onde em períodos de depressão ocorria a diminuição das receitas de exportações, gerando, por conseguinte, desvalorização e instabilidade monetária. Tal problema era grave, pois condicionava também o investimento em infraestruturas econômicas e sociais, pois a inflação contribuía para diminuir as disponibilidades de divisas fortes.

À luz do exposto podemos concluir que esses problemas colocados por Lebreton são sistêmicos, não sendo possível pensá-los de forma isolada, e fruto da forma como o capitalismo estava estruturado. Eles, em conjunto, eram obstáculos para um aumento da produtividade que visasse modernizar e desenvolver as economias dos países subdesenvolvidos.

Ainda que reprovando a forma como as relações econômicas estavam estruturadas, Lebreton faz menção a algumas iniciativas concernentes ao auxílio frente aos países subdesenvolvidos. Dentre elas podemos destacar o Ponto IV de Truman (1949) e o Plano Colombo (1951), planos que nasceram a partir de respostas ao contexto de destruição do pós-segunda Guerra.

Harry Truman, presidente dos Estados Unidos entre 1945 e 1953, lançou um plano cujo escopo era o de auxiliar as nações da África, Oriente Médio, Oceania e América do Sul e Central, em sua busca pelo desenvolvimento econômico e social. Essa ajuda visava ajudar os povos a produzir mais gêneros alimentícios, matérias de construção e energia mecânica.

Concordando com Georges Balandier, o dominicano afirmou que o plano não logrou êxito, pois os congressistas norte-americanos estavam imbuídos do espírito de um

capitalismo limitado e egocêntrico, não concedendo, assim, garantias governamentais aos investimentos privados nas regiões subdesenvolvidas. Lebre (1959: p. 176) continua:

Os norte-americanos surpreendem-se ao verificar que suas intervenções, que julgam benfazejas e que, de fato, o são parcialmente, suscitem universalmente uma espécie de ódio. Esquecem-se, porém, que criaram uma nova forma de colonialismo, tão detestável quanto a primeira, e ainda menos portadora de respeito e de amor. Os povos assistidos não tardam a compreender que são interessantes não por si mesmos, mas em função de objetivos americanos, tais quais a instalação de bases estratégicas, reforço do exército anticomunista, garantia de matérias-primas ou energéticas necessárias à indústria americana, obtenção de dividendos consideráveis⁶⁷.

No tocante ao Plano Colombo, tinha a finalidade de ajudar os países da Ásia, a partir de empréstimos, para que essas nações pudessem alcançar também o desenvolvimento socioeconômico. Foram realizados acordos de cooperação entre os Estados Unidos e os países asiáticos com a finalidade de alavancar a economia dessas regiões.

Lebre afirma que, a partir dessa ajuda, houve melhorias quanto ao desempenho econômico de algumas regiões do extremo oriente, como no aumento da renda nacional, superando, em alguns casos, a taxa de crescimento da população. Com relação à industrialização, vejamos os dados citados por Lebre (1959: p. 2015):

O progresso foi sobretudo no domínio da produção industrial ou para as necessidades industriais. As porcentagens de aumento da produção foram, com efeito, entre 1953 e 1954: de 4 para a borracha natural, de 2 para o carvão, de 3 para o petróleo bruto, de 12 para o aço, de 5 para o açúcar, de 8 para o algodão (e de 5 para a tecelagem de algodão), de 6 para a manufatura de juta e de 13 para a energia elétrica⁶⁸.

Neste capítulo afirmamos que, embora tenha censurado o espírito colonialista das nações imperialistas, o dominicano reconheceu a relevância desses países para a construção de obras de infraestrutura nos países dominados. Para reforçar tal premissa e as ações do Plano Colombo, Lebre citou algumas cifras que mostram as realizações francesas em torno da questão aqui abordada. Amparando-se nas estatísticas do Ministério da Saúde Pública da França, o mesmo ressalta que houve o investimento de 2.200 francos em Guadalupe, 3.670 na ilha de Reunião, 6.560 na Martinica e 13. 720 na Guiana (LEBRET, 1960: p. 205).

⁶⁷ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

⁶⁸ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

Nessa linha de raciocínio, a ajuda aos países subdesenvolvidos seria ampla, não se restringindo ao capital, mas também a questão dos “experts”, a partir do trabalho de técnicos e peritos. Revelando a importância dessa ação, o autor cita o dado de que em 1952 a ONU encaminhou 1.626 peritos a 62 países, concedendo bolsa de estudo e aperfeiçoamento nas regiões subdesenvolvidas (LEBRET, 1960: p. 210). Alguns casos não obtiveram êxito visto a falta de experiência e a inadaptação dos assistentes nos países assistidos, levando Lebret a concluir que esses deveriam privar-se das glórias de sua civilização, para que pudessem entender e reconhecer os valores das outras civilizações.

Na visão do dominicano, havia alguns equívocos quanto à formação das equipes que eram enviadas para as missões nos países subdesenvolvidos. Sua crítica recaía na justaposição das equipes, posto que muitos “experts” não recebiam a mesma formação para o desenvolvimento, levando, por conseguinte, a uma falta de harmonia entre os projetos. Seria necessária uma certa unidade acerca dos princípios da “Economia Humana”, levando em conta seu método, a complementaridade das especialidades e um desejo coletivo pelo bem comum.

Embora Lebret reconheça o esforço das nações desenvolvidas em torno do desenvolvimento, ainda que em termos limitados, o autor afirma que o progresso dessas nações poderia ocorrer a partir de duas forças; a externa e a interna. A externa diz respeito à solidariedade entre as nações e, a interna, a partir de uma mudança das concepções econômicas e políticas dos países assistidos.

Essa mudança de mentalidade, considerando a ação das elites em torno da conscientização dos problemas nacionais, poderia levar a um novo projeto econômico, com a utilização da poupança para a instauração de obras infraestruturais, como rodovias, estradas, usinas hidrelétricas, escolas e hospitais. Para Lebret, o problema residia na ideia de que os investimentos se orientavam para as indústrias capazes de oferecer lucro, revelando o desinteresse dos capitais privados frente às deficiências econômicas de suas regiões.

Esse problema da falta de poupança nacional também foi posto pelo presidente da CEPAL, Raul Prebisch, afirmando que a poupança nos países da América Latina era escassa, levando à carência nas obras de infraestrutura.

Em decorrência dessa falta de interesse, os países não tinham outra saída senão a de se voltarem aos empréstimos, gerando um círculo vicioso, onde a falta de capital inviabilizaria a modernização para uma maior produção. Para reforçar tal ideia o dominicano se serviu do pensamento do historiador da arte Pierre Rycmans (LEBRET, 1959: p.242), referente à África negra: “Os homens são pobres porque produzem pouco, e produzem pouco porque são muito pobres para pagar os meios de produzir mais”⁶⁹.

Ainda na questão da ajuda multilateral dos organismos internacionais, Lebreton dialoga com os documentos da ONU, que mostram a relevância do aumento da renda nacional para solucionar os problemas dos países assistidos. A ideia era que houvesse investimentos para estabelecer infraestrutura industrial compatível com os projetos de uma elevação da produção e da renda nacional.

É conveniente trazer a lume o contexto de Lebreton para compreender sua fala diante da situação dos países subdesenvolvidos. Em 1955, entre 18 e 24 de abril, ocorreu a Conferência de Bandung, na Indonésia, onde 29 países asiáticos e africanos se reuniram para pensar em estratégias para os problemas desses países. Entre os princípios pensados na reunião destacamos a questão da autodeterminação e a soberania dos povos, a igualdade de todos os povos e raças, a solução de todos os conflitos por meios pacíficos, a abstenção de todo ato de agressão e a cooperação econômica e cultural.

Com efeito, esse tema da ajuda entre os países também esteve na agenda do Vaticano II, mais precisamente na Carta “*Gaudium et Spes*” . No final do documento, nos itens “Cooperação Internacional no Campo Econômico” e “A Cooperação Internacional e a Explosão Demográfica” (VIER, 2000: p. 246-249) há críticas aos individualismos das nações, tendo em vista os seus próprios interesses financeiros, e um imperativo para que elas eliminem a procura do lucro e ajudem os povos pobres a conseguirem uma melhor condição de vida para os seus habitantes.

Complementando essa questão, vejamos o que a Carta diz a respeito da relação entre esse auxílio mútuo, à luz de um desenvolvimento econômico a serviço de todos os homens.

⁶⁹ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

O progresso econômico deve permanecer sob a direção do homem; nem se deve deixar entregue só ao arbítrio de alguns poucos indivíduos ou grupos economicamente mais fortes ou só da comunidade política ou de algumas nações mais poderosas. Pelo contrário, é necessário que, em todos os níveis, tenha parte na sua direção o maior número possível de homens, ou todas as nações, se se trata de relações internacionais. De igual modo, é necessário que as iniciativas dos indivíduos e das associações livres sejam coordenadas e organizadas harmonicamente com a atividade dos poderes públicos (VIER, 2000: p. 219-220).

Ainda que o amparo aos países subdesenvolvidos fizesse parte da pauta dos países desenvolvidos, o dominicano afirma que o gasto para assistir às nações vulneráveis era ínfimo, levando em conta o potencial econômico das nações: “A capacidade de ajuda dos povos desenvolvidos é consideravelmente mais elevada do que a ajuda hoje praticada, mesmo levando-se em conta os custos das políticas de defesa”⁷⁰ (LEBRET, 1960: p. 289).

O dominicano chega à conclusão de que uma das maiores contradições do mundo à época era a assimetria dos gastos militares e civis, onde a busca por armamentos e indústria bélica era superior às quantias empregadas na elevação de vida da população. As ações dos Estados Unidos e da União Soviética nesse processo servem como exemplo do paradoxo levantado por Lebreton. Em ambos os casos as despesas militares, até a década de 1950, podem ser avaliadas em 95 bilhões de dólares, o que corresponde a 12 milhões de salários operários anuais.

É oportuno reiterar a conjuntura da Guerra Fria, período em que Lebreton escreveu algumas de suas importantes obras acerca do desenvolvimento. Na querela entre capitalismo e socialismo eram disponibilizados muitos recursos para o financiamento das armas nucleares, questão essa que era questionada pelo dominicano.

Nessa reflexão, Lebreton (1951: p. 298) retoma um pensamento de Perroux acerca das implicações do rearmamento e suas consequências para a instauração de uma economia que vise o ser humano:

O rearmamento revela o vulto do sacrifício de que os povos ocidentais são capazes quando o consideram vital. O rearmamento realiza como que um ensaio

⁷⁰ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

geral dos atos que seria necessário realizar para instaurar uma economia da espécie humana.

O volume do esforço a fornecer o sentido da vida é muito inferior ao volume do esforço efetivamente empregado na preparação do massacre. Os problemas técnicos que se teriam de resolver para a sobrevivência da espécie humana são os mesmos que já se acham empiricamente resolvidos para organizar a pré-beligerância. Já está montada a máquina que, em vez de esmagar, pode proteger os homens e dar-lhes melhores colheitas.⁷¹

2.8 As Desigualdades Expressas na Vida, nas Doenças e na Fome

As ideias lebrebianas de um desenvolvimento harmônico e autêntico não nasceram do silêncio ou por intuição, mas a partir de uma rigorosa observação da realidade. As inúmeras viagens de Lebrebret a países do Terceiro Mundo e seu trabalho junto à ONU o fizeram conhecer realidades as mais diversas. Nessa condição, o dominicano tinha acesso a cifras e estatísticas que versavam sobre essa temática que tanto o inquietava. Em “Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?” (1960: p. 30-41), Lebrebret traz à luz alguns dados concernentes às desigualdades dos povos, destacando que os mesmos são desiguais perante a vida, a doença e a fome.

Com relação à vida, Lebrebret compara os dados de mortalidade infantil, afirmando que a esperança de vida ao nascer varia do simples ao dobro segundo o grau de desenvolvimento dos países. O dominicano ressalta que entre 1900 e 1955 a Europa assistiu o recrudescimento da mortalidade infantil, onde a Bélgica passou de 153 para 53 e a Espanha de 175 para 69. Também os Estados Unidos, de 87 para 29 e o Canadá, de 104 para 41 (LEBREBRET, 1960: p. 47-48).

Todavia, esse quadro positivo não ocorrera nos países subdesenvolvidos, onde, na África, a mortalidade seria ainda de 150 a 200 mil por mil entre os indígenas norte-africanos; de 200 a 300 por mil entre a população negra da África do Sul; de 40 por mil entre a população branca da União Sul-Africana (LEBREBRET, 1960: p. 49).

No que toca à fome, afirma que mais da metade da humanidade vive em um regime de insegurança alimentar, onde os povos com alto nível de vida consomem quatro vezes mais por pessoa que os povos com baixo nível de vida. Além desse problema, o

⁷¹ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

dominicano cita, à luz das conclusões da FAO⁷² de 1956, que o regime alimentar de mais da metade da população do mundo é insuficiente para manter o homem em boas condições de saúde, sendo a pobreza a causa principal da subalimentação e má nutrição.

Pormenorizando essa cifra da FAO, o documento sublinha que o consumo de calorias é desigual entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nos primeiros países, o consumo é em torno de 2.750 e 3.280. Já na Índia, em torno de 1.570 e na Etiópia, 1.700. Deste modo, tais cifras mostram as deficiências no consumo de alimentos protetores, como vitaminas, sais minerais e proteínas animais (LEBRET, 1960: p. 56).

Diante desse panorama, Lebret coloca o paradoxo de que, enquanto nos países subdesenvolvidos há carência de alimentos, nos desenvolvidos há superprodução e negligência desses frente a essa desigualdade.

No que concerne à doença, o dominicano destaca as de massa, que atingem grande parte dos países subdesenvolvidos, como o tifo, o raquitismo e a febre amarela. Embora muitas doenças sejam endêmicas, ou seja, típicas de uma determinada região, muitas delas são causadas pela ausência de uma alimentação balanceada. São elas: beribéri, pelagra, escorbuto, raquitismo, anemia, chamadas também de doenças de carência.

Além dos países subdesenvolvidos serem os mais atingidos por essas doenças, também são atingidos pelas das regiões que concentram nos países semi-tropicais, tropicais e equatoriais. Para exemplificar pode-se citar a varíola, que atinge a África, a América do Sul e a Ásia, e o Tifo, nas regiões do Egito, da Etiópia e da Eritreia.

Ao apresentar esse panorama podemos notar que a geografia, e sua preocupação com as especificidades do espaço, é primordial para o estabelecimento das relações do dominicano. Lebret sempre leva em consideração a ideia de que o desenvolvimento de certas regiões do globo, como a Europa e a América, convive com o subdesenvolvimento do continente africano. Isso o leva a ver os problemas deste último continente de forma sistêmica, sendo fruto de um projeto de civilização que tende a distanciar as partes do globo.

⁷² Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

2.8.1 A Desigualdade dos Povos em suas Possibilidades de Desenvolvimento

Como complemento dos problemas supramencionados, há de se considerar a observação do dominicano de que os povos são desiguais em suas possibilidades de desenvolvimento econômico e social. Algumas dos itens tratados em “Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?” (1960) já foram trabalhados nas páginas precedentes. Isto posto, daremos relevo aos aspectos que não abordamos anteriormente.

A priori, Lebret coloca em relevo a questão das dificuldades que os povos subdesenvolvidos têm de incrementar sua produção agrícola. O desgaste do solo e a falta de fertilizantes são apontados como causas principais de tal adversidade. Para versar sobre o assunto o dominicano se baseia no relatório “Développement de l'économie de marché en Afrique tropicale”, que pondera sobre o não aproveitamento do solo:

As terras esgotam-se mais frequentemente por abuso dos cultivadores. Até épocas recentes, o descanso da terra praticado pelos cultivadores autóctones assegurava a fertilidade do solo, enquanto as terras eram abundantes. Durante os últimos 50 anos, porém, a introdução de culturas comercializadas, o aumento da população e os estabelecimentos coloniais europeus reduzindo as áreas à disposição dos nativos diminuíram o tempo de repouso em que se deixava a terra, provocando o esgotamento dos solos⁷³ (LEBRET, 1960: p. 89).

Nesse relatório percebemos que a ênfase sobre o desgaste do solo recai sobre os fatores externos, como na migração e no conseqüente aumento da população de um determinado país. Embora Lebret concorde com tal fato, ele amplia o debate afirmando que o problema do esgotamento dos solos também diz respeito à falta de preparo técnico dos trabalhadores, problema esse que envolve a escassez de escolas profissionais nos países subdesenvolvidos, cujos objetivos seriam o de educar os trabalhadores em seu manuseio de máquinas agrícolas, gerando conhecimento necessário das técnicas de conservação.

Lebret também aponta a questão do uso dos fertilizantes, uma vez que somente os países desenvolvidos possuem recursos financeiros para adquiri-lo. Conforme dados coligidos da FAO, o continente europeu dispunha de mais da metade dos adubos químicos utilizados no mundo, sendo que a África, a Ásia e a Oceania não conseguiam produzir a quantidade desses adubos que lhes eram necessárias.

⁷³ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

Para que os países subdesenvolvidos pudessem intensificar sua produção agrícola seria necessário o uso abundante de fertilizantes. O que o dominicano chama a atenção é sobre o uso racional dos adubos químicos de forma que não desgaste o solo. Para isso seriam necessários organismos capazes de determinar com segurança os tipos e quantidades de adubos indicados em cada caso particular. E mais: que os países desenvolvidos fornecessem capitais no sentido que os subdesenvolvidos pudessem investir em infraestrutura e na compra desses adubos. Tal ajuda seria de suma relevância, visto que muitos produtores não possuíam poupança para fazer tal investimento.

Por conseguinte, a poupança nos países subdesenvolvidos estava concentrada nas mãos das elites, onde, quando aplicada, era investida no mundo exterior ou quando não em especulação. Daí a insistência do dominicano para que fossem criados grupos de estudo e instituições de planificação para corrigir as anormalidades da economia capitalista e organizar esse problema da falta de capital para investimento.

Uma alternativa para a falta de poupança por parte dos pequenos agricultores concerne nos empréstimos feitos aos bancos. No entanto, Le Bret relativiza tal prática, visto os altos juros dessas instituições e a prática do confisco de terras caso a dívida não seja paga. Com efeito, o dominicano novamente se volta a um documento da ONU, agora o “*La situation mondiale de l’alimentation*”, que examina a natureza do sistema de créditos e a dureza com que se empresta dinheiro.

Taxas elevadas de juros e dívidas esmagadoras caracterizam a estrutura agrária de grande número de países agrícolas insuficientemente desenvolvidos. Essa insuficiência de crédito é, ao mesmo tempo, causa e consequência da pobreza reinante. É causa de pobreza, na medida em que lhe faltando capital líquido, o agricultor é impedido de investir em sua propriedade. E é consequência ou sintoma de pobreza, na medida em que as taxas elevadas de juros e as dívidas acarretam a insuficiência crônica da renda dos agricultores e uma tendência permanente a que o consumo ultrapasse a produção. No primeiro caso, a insuficiência de crédito resulta de um sistema bancário não adaptado às necessidades do pequeno proprietário agrícola; na medida, porém, em que essa insuficiência de crédito decorre de falhas de estrutura, a situação poderia ser contornada pela criação de estabelecimentos especiais destinados a facilitar o crédito agrícola, sob formas satisfatórias. No segundo caso, quando a insuficiência de crédito resulta de uma produção agrícola regressiva, uma reestruturação orgânica pode provocar resultados, sem, porém, resolver completamente o problema⁷⁴ (LEBRET, 1960: p. 96-97).

⁷⁴ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

Nessa perspectiva, a ideia de uma planificação da economia soava na sociedade, de acordo com o dominicano, a supressão da liberdade e a instauração de um governo autoritário. Havia uma tipologia variada da planificação, levando Lebrete a pensar que esta dependeria do problema a resolver. Com isso, era contrário à aplicação de um esquema definido *a priori*. A ideia era a de que esse processo se direcionasse a uma contínua organização econômica em nível nacional, regional e local, onde o Estado teria a função de prover a infraestrutura necessária para a execução dos projetos de desenvolvimento. Para que tal projeto tivesse êxito seria necessário o diálogo constante entre o técnico e o político.

No tocante à equipe técnica, teria que ser a mais estável possível e não sofrer flutuações e troca de funcionários constantes. O projeto de desenvolvimento era maior do que as trocas de ministérios por questões pessoais e políticas.

Com relação ao pessoal, vejamos o que Lebrete (1969: p.418-419) comentou a respeito da equipe e suas atribuições:

O serviço deve incluir: 1. Um diretor geral de alta capacidade administrativa e científica. Se o diretor é só administrador, será fatalmente visto com certo desprezo por seus colaboradores técnicos. 2. Diretor ou subdiretores: o serviço de elaboração e de reprodução para o desenvolvimento a partir de dados estatísticos obtidos junto ao Serviço Nacional de Estatística e pelas oficinas dos diversos ministérios; o serviço de estudo da conjuntura, incluindo a conjuntura econômica, social e psicológica; o serviço de plano diretor ou indicador a longo prazo ; o serviço dos planos executivos de médio prazo e da programação das ações a curto prazo; o serviço de controle da execução dos planos; da animação para o desenvolvimento e da ação comunitária, das experiências piloto não assumidas por outro ministério. 3. Um diretor de serviços anexos: material, pessoal, financiado pelo organismo de planejamento. 4. Diretores dos serviços do plano ou do desenvolvimento nas unidades subordinadas⁷⁵ (tradução minha).

As linhas acima evidenciam a complexidade do projeto pensado por Lebrete e sua crença no diálogo entre os aspectos técnicos e humanos. Outra questão a considerar diz

⁷⁵ El servicio debe incluir: 1. Um diretor general de alta capacidade administrativa y científica. Si el director es sólo administrador, será fatalmente mirado con cierto desprecio por sus colaboradores técnicos. 2. Directores o subdirectores: del servicio de elaboración y de difusión para el desarrollo de los datos estadísticos obtenidos por el Servicio general de Estadística y por las oficinas de los diversos ministerios; del servicio de estudio de countura, incluyendo la conjuntura económica, social y sociológica; del servicio del pla director o indicador a largo plazo; del servicio de los planes ejecutivos de plazo médio y de la programación de las operaciones a corto plazo; del servicio de ontrol de la ejecución de los planes; de la animación para el desarrollo y de la acción comunitaria; de las experiencias piloto assumidas por outro ministério. 3. Um director de servicios anexos: material, personal, financiación del organismo del plan. 4. Directores de los servicios del plan o del desarrollo em las unidades subordinadas (unidades regionales, unidades técnicas).

respeito aos estudos de conjuntura, onde não vemos a hierarquização entre as econômicas e as sociológicas. Ao abordar as especificidades de cada função, o dominicano deixa claro que se trata de um projeto complexo e que exige o intercâmbio entre os profissionais. Ademais, o dominicano faz uma crítica a alguns projetos governamentais que, embora possuam um organograma preciso acerca das diferentes atribuições, na prática não respeitam essa diversidade.

Nessa linha de raciocínio, o dominicano propôs a criação de missões de estudo, cujo objetivo era o de preparar as regiões para o projeto de desenvolvimento. Os membros da equipe deveriam participar de um curso de preparação de duas semanas, à luz do estudo da realidade a ser visitada. O time de direção compreende:

1. O chefe de missão, que efetua pessoalmente o primeiro contato global para que, no futuro, sejam realizados os questionários e preparar o plano de sondagem.
2. Um ou vários chefes adjuntos de missão, que, caso a ausência do chefe, iriam coordenar as ações relacionadas a esse cargo.
3. Um diretor de microanálise, responsável pelo recolhimento dos dados relacionados as necessidades e potencialidades de cada região.
4. Um diretor de microanálise, responsável pelo conhecimento das estruturas e da conjuntura geral.
5. Diretores das equipes especializadas, conforme as necessidades e as dimensões das pesquisas (LEBRET, 1969: p. 418-419) (tradução minha).

Para o dominicano, a equipe coordenadora devia ter em mente a dificuldade de tal missão, considerando os diversos obstáculos que estavam à frente. Adaptação aos imprevistos, revisão das posições tomadas, criação de novos métodos de investigação: eis algumas ações valorizadas por Lebreton e que orientavam as equipes da “Economia Humana”.

Lebreton também propôs a criação de um Ministério do Desenvolvimento, cujo objetivo central seria o de aplicar as premissas da “Economia Humana”. A ideia era que fosse um organismo autônomo e que pudesse intervir em outros ministérios, como nos da economia (agricultura, indústria, construção e urbanismo, transporte e comunicação) e da Educação.

Com relação a este último, o propósito era o de orientar o sistema pedagógico e preparar os jovens para as tarefas do desenvolvimento. Em suma, o Ministério poderia organizar-se da seguinte forma: Estatísticas e informação econômica e social; estudos gerais para o desenvolvimento e planificação; estabelecimento dos planos a curto e médio

prazo; organização regional e formação especial para o desenvolvimento (LEBRET, 1960: p. 421-422).

2.9 Princípios Metodológicos

Feita a reflexão acerca das ideias que nortearam a “Economia Humana”, debruçemo-nos, agora, nas questões de ordem metodológica, para melhor apreender o sentido do movimento de Lebreton.

Denominando o método de Lebreton como a serviço do homem, Houée (1997: p. 64) sublinha que a metodologia tinha como finalidade estudar as misérias dos homens concretos, as suas causas, e intervir para suprimir tais problemas. Assim, a “Economia Humana” propunha os seguintes procedimentos: primeiro, o contato com o objeto a ser estudado. Depois dessa fase, que Lebreton considerava de suma relevância e negligenciada pelas pesquisas tradicionais, eram realizadas entrevistas, coleta de dados, e, por fim, a representação e a interpretação dos dados obtidos.

Aqui, podemos perceber a importância dos métodos da pesquisa familiar de Le Play e da pesquisa empírica de Chombart nos trabalhos da “Economia Humana”. Com base em Bakhtin, é interessante observar que Lebreton atualiza tais procedimentos, tendo em vista o seu novo contexto. Assim, como veremos nas linhas a seguir, fica evidente o caráter religioso e cultural que dá às premissas econômicas de Chombart e de Le Play.

Em 1944, o “*Économie et Humanisme*” lança um documento, o “*Méthode d’Économie et Humanisme*”, contendo o método a ser seguido, sendo escrito por Lebreton e pelo também dominicano Henri Desroches⁷⁶. Nele encontramos algumas ideias trazidas pelo grupo, cujo objetivo era o de orientar as ações dos militantes da “Economia Humana”.

Coloquemos em perspectiva as três orientações gerais do documento: *a-a não separação das dimensões espirituais e temporais*; neste ponto podemos perceber a dimensão ampliada que Lebreton possuía da economia e teologia, evitando, no primeiro

⁷⁶ Conforme Cestaro (2015: p. 131), “Henri Desroches rompe com a Igreja Católica em 1949 e consequentemente se distancia do “*Économie et Humanisme*” a partir de 1950, devido a publicação de “*Signification du Marxisme*”, de sua autoria, que cria a ele problemas com o Papa Pio XII que recomenda a proibição da obra.”

caso, uma análise restrita ao quantitativo, e, no caso da segunda, uma interpretação limitada ao campo metafísico. Ademais, com essa dialética o dominicano acreditava na formulação de princípios éticos e filosóficos para as ações temporais⁷⁷ e um sentido prático para os valores como o do bem comum.

b- *o combate frente a alguns problemas socioeconômicos, como: o êxodo rural, a proletarianização e os desequilíbrios entre artesanato e indústria*. Esses problemas tratados pelo dominicano eram muito correntes no período em que escreveu seus textos, sendo justificados pela ausência de planejamentos nas cidades que dessem conta dessas assimetrias sociais e econômicas.

c- *a reorganização dos grupos profissionais em um plano internacional* (CESTARO, 2015: p. 106). Neste item notamos a importância que o mesmo atribuiu às ações dos grupos organizados em sua busca de pensar novas formas de organizar a economia e a sociedade. Para Lebreton, os planejamentos econômicos como dito só fariam sentido caso fossem elaborados e discutidos pela sociedade civil, levando em consideração a pluralidade dos grupos sociais, e não somente ditados pelo poder público.

Outro documento que aborda o método do grupo de Lebreton é o livro “Guide Pratique de l’Enquête Sociale”, em quatro volumes, sendo o primeiro escrito em 1944. Nas obras, o dominicano expõe algumas ideias concernentes à natureza de uma pesquisa científica, tendo em vista os princípios metodológicos hipotéticos. Os livros serviram de base para muitos militantes do “Economie et Humanisme” que se empenhavam na luta pelo desenvolvimento da sociedade.

Adiante, as pesquisas seriam realizadas a partir do binômio “necessidades e possibilidades”, onde, no exame dessas últimas, alguns aspectos teriam que ser considerados. O primeiro diz respeito à produção, à luz da avaliação dos recursos naturais da região (terra, subsolo, energia hidráulica, etc.) e as características da população (número, vitalidade, qualidade, etc.). Já o segundo aspecto, ainda relacionado à produção, se relaciona ao material local que a região dispõe, como material agrícola, aparelhagem artesanal e industrial. O terceiro aspecto foi chamado de possibilidades de troca, onde

⁷⁷ Abordaremos esse problema de forma mais aprofundada no item “praxis: um conceito que ajuda a entender o “Economie et Humanisme”.

seria analisado os produtos exportados e importados. Com isso os pesquisadores poderiam conhecer os setores econômicos e culturais que melhor poderiam ajudar no desenvolvimento e orientação das atividades relacionadas ao desenvolvimento econômico e social da região.

No tomo primeiro, intitulado “Manuel de l’enquêteur”⁷⁸, o dominicano traz à luz indicações práticas que deveriam guiar a pesquisa dos grupos. Serviremos de cinco delas.

A primeira, “la préparation du contrat”, diz respeito ao planejamento preciso das operações a efetuar; o segundo concerne no primeiro contato da equipe com a realidade a ser estudada e o conhecimento das realidades humanas, físicas e geográficas. Na terceira indicação temos a elaboração do trabalho e dos questionários acerca dos dados extraídos da realidade local. A quarta orientação é um reflexo da preocupação que Lebreton tinha da precisão dos dados obtidos. Dizia respeito à documentação e ao fichamento acerca dos anuários e livros estatísticos produzidos na região estudada, onde os pesquisadores teriam que se embasar em tais documentos para expor suas interpretações. Para dar fim, temos a indicação que Lebreton chamou de “a técnica do trabalho”, onde o dominicano afirma que os pesquisadores teriam que produzir gráficos, diagramas e relatórios para descrever os resultados de seus trabalhos (LEBRETON, 1944: p. 4-6).

Não acreditamos que essa metodologia pensada pelo dominicano foi um mecanismo para que o mesmo tivesse domínio sobre os pesquisadores da “Economia Humana”. Primeiro, porque seria praticamente impossível controlar diversos grupos que seriam fundados além da França. Segundo, porque essa crença de Lebreton nos princípios metodológicos concerne em sua confiança na técnica e na pesquisa, acreditando que não haveria possibilidade de conhecer e transformar a realidade sem o seu estudo sistemático.

Por conseguinte, cumpre salientar que essa valorização do dominicano face à pesquisa e à estatística mostra também que ele não rejeitou integralmente as premissas clássicas e liberais da ciência econômica, tendo se inspirado nelas, ainda que de forma limitada, para balizar sua concepção de economia.

⁷⁸ Não tivemos acesso à referida obra. No entanto, as informações obtidas acerca do método da “Economia Humana” foram extraídas do “Guide Pratique de L’enquete sociale” (Tomo IV), de 1958 (p. 07-09).

Para que o desenvolvimento tivesse êxito em sua aplicação, o dominicano propôs algumas operações que deveriam nortear as ações dos diversos grupos da “Economia Humana” (LEBRET, 1960: p. 395-409). Dentre elas, destacamos:

1. *Serviço geográfico*. Os mapas sobre o relevo, a hidrografia, a Geologia, solos e clima facilitariam o trabalho das equipes para o conhecimento mais preciso das regiões. O problema enfrentado em muitos casos era o da escassez dessas fontes cartográficas nos países subdesenvolvidos, cabendo às equipes a realização de planos de intervenção para que mapas fossem realizados.
2. *Estudo geral a respeito dos problemas e das condições de desenvolvimento*. Para o dominicano, a pessoa incumbida de levar a cabo o projeto deveria ter um conhecimento das estruturas de um determinado local. A ideia era examinar as condições de vida, as potencialidades e possibilidades, e, por fim, a microanálise de estrutura e conjuntura. Com essa ação, poderia-se chegar a conclusões comparativas de um país e as particularidades regionais.
3. *Melhora do serviço estatístico*. Na concepção de Lebret, a insuficiência e a inexatidão dos dados estatísticos impossibilitavam o conhecimento preciso das localidades estudadas. Quando as equipes dispunham desses dados, a ideia era reuni-los por zonas homogêneas, da pequena à grande região, até chegar ao país como um todo. Nas pequenas regiões as equipes deveriam averiguar as populações, os climas, as terras, as explorações agrícolas, o mercado, a saúde, o nascimento e os votos.
4. *Formação dos animadores*. Essa iniciativa era muito cara para o dominicano, sendo caracterizada pela educação de jovens, de vinte cinco anos a trinta anos, que seriam preparados para atuar na animação das regiões locais e na assessoria às autoridades públicas.
5. *A pedagogia voltada para o desenvolvimento*. O programa das escolas deveria dialogar com as necessidades regionais e nacionais. Os educadores teriam que atribuir um sentido à realidade humana, evitando aplicar pura e simplesmente a pedagogia ocidental ou soviética. Para Lebret, a educação para o desenvolvimento transcendia qualquer esquema fechado ora capitalista, ora socialista, dialogando com um modelo que desse ao aluno sentido para sua vida e realidade social.

2.10 *Práxis*: um conceito que ajuda a compreender o “*Économie et Humanisme*”

As premissas trazidas à tona por Lebreton e pelo “*Économie et Humanisme*” não podem ser pensadas somente em seu sentido teórico, conceitual e abstrato. A dimensão ética subjacente a essas ideias nega qualquer tentativa de conceber o pensamento lebretoniano como um compêndio especulativo. Isso não quer dizer também que as ações do dominicano francês eram vazias de sentido. Aliás, era esse sentido que dava legitimidade aos princípios teóricos expostos por Lebreton.

Prosseguindo nessa reflexão, o conceito de “*práxis*”⁷⁹ estabelecido por Marx e Gramsci é de grande valia para compreendermos a natureza das ideias do dominicano acerca não só da economia, mas da realidade em geral.

Nas “*Teses sobre Feuerbach*” (ENGELS & MARX, 1999: p.103), Marx lança um pensamento que se tornou axiomático: “os filósofos apenas interpretaram o mundo, cabe, portanto, transformá-lo”. Gramsci (2005: p. 46), no século XX, recupera essa premissa e pondera sobre a filosofia da *práxis*: “a filosofia da *práxis* é uma superestrutura, uma concepção de mundo, uma ideologia como qualquer outra filosofia. Mas o seu objeto, diferentemente das filosofias especulativas, é a unidade entre estrutura e superestrutura, teoria e prática, natureza e sociedade”.

Essas duas ponderações sobre a *práxis* nos levam a concluir sobre a relevância que o marxismo atribuiu à relação entre teoria e prática, onde ambas concepções, em busca de seu projeto revolucionário, rejeitariam uma ação irrefletida e, por outro lado, um pensamento sem ação. Deste modo, o objetivo de estabelecer uma sociedade comunista pelos autores, em épocas distintas, não poderia ser realizado sem concepções teóricas consistentes para fundamentar tal projeto de sociedade.

A premissa acima ajuda na compreensão da nossa pesquisa, uma vez que o “*Économie et Humanisme*” possuía uma implicação sociopolítica e um projeto de poder e de vida para a sociedade. Assim, Lebreton (1952: p.16) censurava com veemência uma ciência e um saber que se afastasse da realidade, tendo dito que: “o conhecimento não é um estetismo de conceitos, mas num acordo com o objeto”. Podemos concluir que a

⁷⁹ O conceito de *práxis* foi desenvolvido primeiramente por Aristóteles, em “*Ética a Nicômaco*” (2000), onde estaria relacionada com a ação voluntária que busca alcançar objetivos.

crítica do dominicano não recai sobre o conhecimento em si, mas a utilização do mesmo para refletir questões abstratas e desvinculadas dos grandes problemas que afetam a humanidade.

Neste trabalho pensamos a práxis não no sentido revolucionário com que propuseram Marx e Gramsci. Ainda que a transformação da realidade fizesse parte do vocabulário do dominicano não associamos tal ideia a uma mudança estrutural da sociedade como as que Marx e seus discípulos pensaram. O que destacamos é a relação entre pensamento e ação proposta pelos filósofos.

Muitas obras de Lebret demonstram, já pelo título, sua preocupação para com o sentido e a reflexão do “Économie et Humanisme”, evitando, com base na ideia de “práxis”, um pensamento sem o comprometimento com a realidade e um projeto político sem fundamento e sentido.

Desses textos o que apresenta uma reflexão mais acentuada sobre a relação entre teoria e prática é “Princípios para a Ação”, escrito em 1946, sendo fruto das experiências relacionadas à vida marítima e à ação social do dominicano. Logo no capítulo primeiro da obra, “os objetivos”, Lebret afirma que sua reflexão terá como base os fatos, à luz da razão e da fé, sendo o caminho que irá percorrer todo o texto, com menções a Deus e à religião cristã e, de igual modo, a análises baseadas na razão e no conhecimento científico.

Uma reflexão estabelecida pelo dominicano sobre especialização e cultura nos ajuda a compreender sua reprovação ao culto à erudição e sua desvinculação com a realidade. Evoquemos Lebret (1959: p. 49):

Muitos pensam que são cultos. Sabem tudo da história dos homens passados, todas as filosofias antigas e modernas, são iniciados em todas as ciências exatas e aplicadas, seguem todas as publicações literárias na medida em que aparecem. Vivem, ou encolhidos em si mesmos, ou debruçados sobre os maiores problemas da pedagogia e da política. São capazes de julgar tudo e de falar de tudo. Mas ignoram o homem, o homem real de seu tempo; grupo por grupo, classe por classe; a miséria profunda do tempo em que vivem lhes é estranha; o grande sofrimento dos lares sem ar e sem pão, a grande resignação e a grande revolta íntima dos infelizes, a realidade da vida das vilas operárias, dos cortiços, das favelas insalubres, do barzinho consolador, da evasão ao acaso, nos cinemas e nos encontros, da compensação no álcool, no sindicato, no partido. Nada sabem do contacto dos dirigentes com os homens, da grande candura, da grande pureza e do grande apelo que existem muitas vezes no coração dos humildes; do egoísmo sórdido de muitos de seus amigos que subiram; da generosidade que cochila ou estoura nos menos afortunados. Falam do povo sem conhecê-lo; incapazes de compreendê-lo, de amá-lo, de auxiliá-lo.

Essas linhas descritas pelo dominicano iluminam os princípios metodológicos de seu movimento, nos fazendo entender da relevância que Lebrecht atribuía ao conhecimento da realidade por parte dos pesquisadores. Dito de outra forma, era esse conhecimento que dava a oportunidade para as equipes se sensibilizarem diante dos problemas que assolavam os países assistidos.

Lebrecht, em alguns excertos de seus livros, se serve de metáforas relacionadas à vida de marinheiro para expor os preceitos da “Economia Humana”. No item cinco, “A Verdadeira Prudência”, o dominicano afirma:

O importante é embarcar. Mesmo sem saber que navios se irão encontrar, que tempestades se irão sofrer, em que portos se irá descansar. Mesmo não tendo previsto tudo, a gente parte, e chega. Basta que o navio não tenha rombo, que os porões estejam suficientemente cheios, a máquina em bom estado e que o capitão e os seus homens entendam suficientemente do ofício. Há risco. Isso não impede de partir (LEBRECHT, 1952: p. 21).

À primeira vista, o que chama a atenção do texto é o seu teor sapiencial, uma vez que nos leva a refletir sobre a importância de mudarmos nossos caminhos e escolhas. No entanto, a sabedoria proferida por Lebrecht pode nos ajudar a pensar no encorajamento que o dominicano dava aos militantes frente aos desafios que a luta pela justiça social exigia. Ademais: o que Lebrecht insistia era que esse “embarque” teria de ser feito à luz do estudo e do exame sistemático da realidade. Assim, é nítida a relação que o dominicano estabeleceu entre a fé, e não somente a de cunho religiosa, o conhecimento do objeto e a intervenção na realidade.

Na quarta seção do texto, intitulado “A eficiência”, o autor se debruça sobre o tema da ação e sua conexão com a experiência: “No começo da vida ativa, qualquer ação de certa importância precisa ser preparada pacientemente, minuciosamente. A improvisação é normalmente desastrosa. O reflexo da ação objetiva não é conseguido senão pouco a pouco, depois de muitas apalpadelas, de muitas experiências, de muitos fracassos” (LEBRECHT, 1952: p. 17).

É mister sublinhar a crença de Lebrecht na dinâmica da realidade, vista como processual e conflituosa. Aqui, é claro observar sua crítica a modelos pré-estabelecidos que não dialogam com a realidade, chamando a atenção sobre a interrupção das ações e de sua utilidade para a análise e reexame das ideias e dos caminhos a seguir.

A ideia do diálogo entre ação e reflexão foi também desenvolvida no capítulo “A verdadeira prudência”. Nessa seção, o dominicano adverte sobre os malefícios de se fazer julgamentos apressados ou apaixonados sobre as situações, levando a posições infundadas e acríticas. Censurando a intuição humana, a mesma teria que estar subordinada à crítica, evitando, assim, precipitação e juízos sem exame crítico.

Uma passagem do livro chama-nos a atenção não por estabelecer um comentário acerca da recepção das ideias, mas por sugerir as resistências que o dominicano sofreu e do encorajamento que deu aos militantes, tendo em vista as intempéries que tais personagens poderiam enfrentar:

É preciso não esquecer que as ideias caminham lentamente. Há muita gente que imagina que basta descobrir uma verdade, para que ela penetre imediatamente em todos os espíritos. Esses se irritam com a demora, com as resistências. Esse torpor, essas resistências são normais; proveem da apatia, da experiência pessoal, da cultura dos outros (LEBRET, 1952: p. 40-41).

Diante do exposto até aqui, as premissas de Bakhtin nos auxiliam na conclusão de que, embora discordando de muitas premissas marxistas, o dominicano retomou o princípio de “práxis” e o atualizou segundo sua ótica cristã. Lebreton não falou de “revolução proletária” e “luta de classes”, mas sim de mudança de estrutura, de transformação da realidade concreta, temas esses muitos caros ao pensamento de Karl Marx.

Nesse ponto, ao pensarmos nas reflexões de Lebreton a respeito de mudança de estrutura, temos que levar em consideração que o dominicano utilizou esse termo dentro de sua visão teológica, e não sociológica, por isso o não aprofundamento dessa questão por parte de Lebreton em termos conceituais.

2.11 Os Princípios Cristãos

O sentido filosófico subjacente à “Economia Humana” não pode ser pensado sem a contribuição dos princípios cristãos para a formulação da doutrina elaborada por Lebreton e sua equipe.

Na tessitura das ideias de Bakhtin (2013: p. 46), onde o ser humano que recebe uma ideia não é um ser passivo e mudo, mas repleto de palavras interiores, podemos aferir que Lebreton construiu a “Economia Humana” a partir das não raras leituras que fez

enquanto marinheiro e sacerdote dominicano com base nos valores humanísticos da religião cristã.

Dito isto, os princípios humanísticos do cristianismo foram importantes para dar o contorno ético à “Economia Humana”, como vemos na fala do dominicano:

Só o apelo ao espiritual, isto é: aos mais nobres e desinteressados valores humanos, em referência ao Deus único, poderá provocar a eclosão de uma grande civilização fraternal. Poderá parecer que nestas páginas tenhamos subestimado essa exigência, o que se explica pelo apelo que fazemos a todos os homens de boa vontade, sem esquecer, no entanto, que o mesmo movimento que os fizer optar por tarefas de cooperação fraternal os libertará do materialismo em que viviam⁸⁰ (LEBRET, 1959: p. 9).

Embora o tema da religião seja muito presente na produção intelectual de Lebreton, e uma marca do “*Économie et Humanisme*”, o dominicano afirmava que o movimento por ele desenvolvido não se restringia aos cristãos, mas a todos os homens de boa vontade. Assim, ele e sua equipe visavam se juntar aos mais diversos grupos da sociedade civil para, juntos, criarem uma humanidade mais fraternalmente solidária, colocando mais responsabilidades para os cristãos, em razão de que a crença em Deus exigia práticas de amor e solidariedade para com toda a humanidade.

Nessa perspectiva, Lebreton coloca a importância dos ensinamentos sociais da Igreja, presentes nas encíclicas sociais do papa João XXIII⁸¹, mostrando que é uma exigência da Igreja que as classes se unam para a instauração da democracia política e econômica. Por conseguinte, Lebreton fala sobre a implicação sociopolítica do cristianismo, tendo em vista a mensagem cristã do amor e da paz.

Na obra “Drama do século XX” (1962), o dominicano escreve sobre essa questão, tendo escolhido o título “O fermento cristão”, para demonstrar que a missão da Igreja não se restringe ao campo espiritual, mas, principalmente, à prática do amor. Acreditamos que a palavra “fermento” utilizada por Lebreton pode sugerir uma resposta do próprio à ideia de “ópio”⁸² utilizada por Marx para se referir à religião. Disto isso, Lebreton (1960: p. 192) pondera:

⁸⁰ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

⁸¹ “*Mater et Magistra*” (1961) e “*Pacem in Terris*” (1963).

⁸² Em “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, Marx (2015: p. 99) afirma: “A angústia religiosa é, ao mesmo tempo, a expressão da verdadeira angústia e um protesto contra a verdadeira angústia. A religião é

Através do mandamento do amor, a mensagem cristã é eminentemente civilizadora. Compreendendo-o, um grupo humano se torna uma comunidade fraternal. Se os povos que se proclamam adeptos da civilização cristã o aplicassem, o mundo inteiro seria transformado⁸³.

Pelo excerto, percebemos a responsabilidade que o dominicano coloca nas mãos dos cristãos, concebendo o amor não à luz de um valor abstrato, mas como algo que impele a uma ação concreta em favor do outro. Como vemos, Lebret rejeitava uma reflexão abstrata acerca dos pressupostos cristãos, mostrando que se os mesmos fossem mais fiéis a esses princípios originários o mundo seria mais fraterno e justo.

Nessa questão, é oportuno trazer à luz os ideários do Vaticano II que muito inspiraram Lebret em sua luta por uma nova civilização. Embora a mensagem cristã da fraternidade seja primitiva, foi este conclave que relacionou as premissas humanísticas e a instauração de novas estruturas sociais.

Chamando o cristianismo de quarta força, essa religião foi utilizada para balizar as premissas da “Economia Humana”. Lebret afirma que a missão da Igreja não é de ordem econômica, mas, sim, de ordem espiritual. Ainda que coloque essa limitação, a instituição impele os cristãos a se organizarem politicamente para que haja a efetivação das mudanças sociais necessárias para uma nova sociedade.

Levando em consideração o verso bíblico, “Amai-vos uns aos outros como eu vos amei” (JOÃO: 13.34), Lebret coloca em questão a implicação ética e social desse pensamento para demonstrar que a mensagem cristã não se remete a abstrações, mas sim às ações concretas em direção ao outro. A mensagem do cristianismo é atual, posto a desagregação e o egoísmo das civilizações.

Nessa perspectiva, Lebret retoma o pensamento de São Basílio relacionado à crítica deste ao comportamento dos privilegiados e à acerba valorização dos bens materiais.

Em “Princípios para a Ação” (1952), o dominicano ressalta as implicações sociais de uma fé voltada para ação, para a transformação de estruturas. Nessa questão, fica

o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, assim como é o espírito de uma situação sem espírito. É o ópio do povo”.

⁸³ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

subjacente a crença de Lebrecht nos perigos que tal engajamento poderia ocasionar, considerando que o objetivo do cristão é lutar contra as forças maléficas. Assim diz o autor (LEBRECHT, 1952: p. 53-54):

Desde que um homem abandona os caminhos batidos, luta com os poderosos, fala de revolução, todos os tomam por louco, sobretudo, se ele for cristão. Como se dar testemunho do Evangelho não fosse loucura, como se a sabedoria não consistisse em abrir os olhos para todo o objeto e em lutar contra todo o mal; como se o homem não fosse capaz de um grande esforço reformador e construtor, como se o militante não fosse forte na própria fraqueza. Precisamos de muitos loucos e não devemos engajar em nossa equipe senão loucos.

Essas ideias pensadas por Lebrecht nos fazem concluir que, ao mesmo tempo que o dominicano pode ser considerado conservador e fiel às tradições da Igreja, ele age diferentemente do espírito de Leão XIII e da encíclica “Rerum Novarum”, pois nega o princípio de que o cristão deveria aceitar pacientemente a sua condição social. Se o autor fala em ação e luta com os poderosos fica evidente a sua crítica ao espírito conformista da Carta.

No texto “Manifesto por uma civilização solidária (1962)”, o dominicano, ao versar sobre o escopo político de seu movimento, tece críticas a uma parte do clero que não compreendeu a situação e as aspirações da humanidade de hoje.

Uma ambiguidade de Lebrecht surge quando, ainda nesse livro, ele faz louvores à Igreja, abordando a sua contribuição para a passagem do “menos humano” para o “mais humano”. Nessa questão, a Igreja é vista como uma escola de fraternidade humana universal, respondendo à aspiração atual da humanidade. Nessas linhas, o dominicano não especifica o conceito de “Igreja”, dando-nos a entender que se trata da hierarquia do catolicismo. A ideia que suscita debate é o louvor à instituição, visto como uma organização voltada para a fraternidade universal, e a presença de parte do clero e dos leigos que não foram sensibilizados pela causa do “ser mais”.

Acreditamos que quando o dominicano ressalta a relevância da Igreja para com os princípios humanísticos ele está envolto no clima de abertura do Vaticano II, que impeliu os cristãos para uma ação organizada em torno das aspirações de Lebrecht e de seu movimento:

Finalmente, a Igreja não cessa de nos incitar à confiança que depositamos nos homens de boa vontade desejosos de um mundo melhor, ainda que eles não percebam em que consistiria esse mundo, nem entrevejam as dimensões a que

Deus nos convida. Trabalhando com eles contra a causa da miséria dos homens, contribuimos para encaminhá-los ao mais humano absoluto. Sabemos que Deus ajuda a todos os que desejam sinceramente o bem de seus irmãos em humanidade e que, com vigor, inteligência e tenacidade, tudo fazem para promovê-lo. Sabemos que o Espírito Santo, que é Amor, conduz progressivamente os homens, de amor em amor, ao amor que é plenitude⁸⁴ (LEBRET, 1962: p. 11-12).

2.12 A Construção de uma Nova Civilização

Em sua análise a respeito do século XX, Lebret se deparou com o problema da desigualdade, retratado na fome, nas habitações insuficientes, no crescimento urbano desordenado, nas doenças. Como ficou saliente neste capítulo, o “*Économie et Humanisme*” foi mais que uma doutrina econômica. Foi um amplo movimento de ideias que visava não somente investigar a realidade, mas criar, na linguagem utilizada por Lebret, uma nova civilização. Civilização esta ancorada nos princípios democráticos, onde todos os homens teriam de contribuir para o pleno desenvolvimento da sociedade. A que tipo de sociedade os militantes deste grupo aspiravam?

Antes de adentrar nessa reflexão é mister ressaltar que os conceitos de “Economia Humana”, Política e Civilização, na interpretação de Lebret, são próximos e indissociáveis, visto que os problemas sociais da humanidade possuíam múltiplas causas. O progresso humano autêntico tinha que ser integrado, à luz da harmonização de múltiplos esforços: pessoais e coletivos. Pensando que o verdadeiro progresso respeita o tempo, o dominicano sublinha da necessidade de se criar dispositivos para que as pessoas tivessem acesso à ciência, à cultura, à virtude, à caridade, criando uma interdependência entre os progressos.

Neste sentido, Lebret conceitua Política como bem comum, seguindo a linha mestra de Tomás de Aquino, e Civilização como um conjunto de valores da vida coletiva. Com relação a este último conceito, Lebret subordinava-o à questão temporal, censurando a premissa de uma definição precisa e absoluta do termo.

À luz do exame da produção intelectual de Lebret e do grupo que ele dirigiu podemos concluir que suas ideias veiculavam projetos de vida e poder e que tinham o objetivo de satisfazer às variadas necessidades humanas: a financeira, a cultural, a

⁸⁴ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

intelectual e a espiritual. Aqui, podemos utilizar o principal escopo repetido em não raras vezes por Lebret: “desenvolver todos os homens e todo o homem”, associando o “ser” não a uma função exclusiva do que “se possui”, mas à satisfação de todas as necessidades humanas.

Conforme ressaltou o frei Benevenuto de Santa Cruz⁸⁵ (CARNEIRO, 1994: p.85):

Lebret entendia que toda pessoa humana deve ter a obrigação de conhecer profundamente os problemas da sua vida e das suas relações com o meio em que vive, para, imediatamente, buscar a transformação pessoal, comunitária e social. A ação que se exerce numa parcela do território, por exemplo, nossa vizinhança para melhorar a situação de vida irradia-se para espaços maiores abrangendo toda a sociedade. A finalidade de uma civilização solidária é alcançar o bem comum: a satisfação de todas as necessidades humanas, de todas as pessoas, na forma de eficácia, eficiência repartitiva dos bens, produtos e serviços.

Para que esse estágio fosse alcançado era necessário que os diversos grupos sociais se engajassem em uma ação social organizada. Deste modo, no “Manifesto por uma civilização solidária”, Lebret destaca os movimentos rural e operário, mostrando que o cooperativismo seria uma importante ferramenta para as transformações que ele tanto almejava.

Nesse mister, o dominicano considera a relevância do cristianismo para tal feito, visto a sua transmissão de postulados morais universalizantes e a missão civilizadora de sua mensagem. Convém destacar que Lebret concebia a Igreja como uma instituição cultural que poderia contribuir para o aperfeiçoamento do ser humano, levando em consideração o seu incentivo à prática dos valores humanísticos.

Ainda que o dominicano tenha acreditado piamente nessa nova civilização, ou na utopia, ele não deixou de pensar também nos diversos obstáculos que as sociedades teriam de enfrentar para alcançar um patamar de desenvolvimento autêntico e de uma democracia econômica. Lebret (1962: p. 56) ressalta:

É evidente que não somos ingênuos a ponto de não enxergar que a marcha dos homens para a libertação é cerceada pelo egoísmo, pelas ideologias obsoletas, pelo medo doentio das transformações a operar em si e na vida coletiva, pela

⁸⁵ Nascido em 1918 em São Luis do Quitunde, o nome do frei Benevenuto de Santa Cruz está relacionado à criação da livraria e editora Duas Cidades. Tendo se graduado em Direito, Filosofia e Teologia, teve ascendência na vida de muitos padres e intelectuais brasileiros. O dominicano também traduziu e editou livros de Lebret, como “Le Drame du Siècle”, “Manifeste por une Civilisation Solidaire” e “Suicide ou Survie de L’Occident?”. Faleceu em 2 de julho de 1997.

lentidão das pessoas e dos povos em considerar-se como membros de uma comunidade universal⁸⁶.

Com efeito, além de levantar a questão das dificuldades de se empreender o projeto da “Economia Humana”, o dominicano também considera o fato de que as sociedades estavam em estágios de desenvolvimento distintos, levando-o a censurar, como visto nas páginas precedentes, a preocupação em um processo rápido, bem como a uniformização e estandardização das sociedades. Sua ideia era afirmar os variados modos de vida, desde que as sociedades se comprometessem com o “mais humano” e o “mais ser”.

Lebret foi um grande observador da História. Seus textos, como “Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?” (1960), são norteados de reflexões políticas e econômicas sobre o século XX. Acreditamos que foi essa atitude de historiador que o fez pensar nas especificidades políticas, econômicas e sociais dos povos e na rejeição de aplicar as ideias do “*Économie et Humanisme*” de uma forma homogênea em todo o mundo. O dominicano escreveu:

A economia humana não se apresenta como um sistema a ser aplicado universalmente, ou como uma chave mágica. Os modos de passagem de uma fase menos humana para uma fase mais humana são, necessariamente, de tipo muito variado. Em cada caso, devem ser consideradas a fase atingida por uma população e sua atitude progressiva, estacionária ou regressiva; as potencialidades econômicas de que dispõe, sua estrutura sociológica, suas possibilidades de autodesenvolvimento ou seu grau de dependência econômica, financeira, cultural e política⁸⁷ (LEBRET, 1962: p. 18).

2.12.1 As Experiências de Holambra, da Zona Pontina e de Fomeque: os exemplos de transformação propostos por Lebret

Para animar os militantes da “Economia Humana” e para afirmar que seus princípios estavam sendo aplicados em algumas regiões do mundo, Lebret, no livro “Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?” (1960), traz a lume três experiências que serviriam como inspiração e exemplo para as transformações que levariam a uma

⁸⁶ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

⁸⁷ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

“Economia Humana”: Holambra, em São Paulo, Fomeque, na Colômbia, e a zona pontina, na Itália.

A história de Holambra começa em 1948, quando um grupo de famílias holandesas aportou nessa fazenda. Cada família recebeu 25 hectares, tendo cada grupo três sítios e um trator à sua disposição. Logo em seguida foi criada uma cooperativa central para assumir o encargo do abastecimento, do trabalho coletivo, do estado sanitário do rebanho e do comércio dos produtos. A cooperativa contou com o apoio de uma equipe formada por um veterinário, um economista, um médico e dois religiosos. Cumpre salientar que o êxito conquistado em Holambra foi alcançado também a partir de um trabalho educativo junto aos trabalhadores rurais, para que estes compreendessem as etapas do processo produtivo e o seu papel nesse contexto.

Conforme ressaltou Lebreton (1960, p. 258):

O sucesso econômico foi considerável. As vacas holandesas, bem adaptadas ao novo meio, asseguram um rendimento médio superior a 10 litros diários. A diversidade das culturas, adaptada às necessidades regionais e especialmente ao abastecimento da capital paulista, possibilitou o transporte cotidiano dos produtos, o ano inteiro, para São Paulo. A paisagem, antiga terra “cansada”, tornou-se alegre e próspera⁸⁸.

O segundo exemplo diz respeito à zona pontina, no final da década de 1940. O trabalho consistiu na recuperação das áreas anteriormente inabitáveis, tendo em vista a proliferação da malária e a inundação de uma vasta bacia. O que foi realizado? A supressão dos pantanais, a construção de 600 quilômetros de estradas, a instalação de portos de bombeamento, a constituição de rede de irrigação que possibilitaram a transformação de um local improdutivo e inabitado para um território humanizado e habitado.

Conforme Lebreton (1960: p. 257): “o rendimento médio do trigo, por hectare é de 22 a 24 quintais. [...] O rendimento de beterrabas varia, segundo as zonas, entre 250 e 550 quintais por hectare; o amendoim acusa rendimento de 25 a 30 quintais”⁸⁹.

Fomeque foi a terceira região examinada pelo dominicano. Situado entre Bogotá e o vale do Orenoco, é um município montanhoso, cujo local foi transformado pela

⁸⁸ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

⁸⁹ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

liderança do monsenhor Gutierrez, a partir da década de 1940. A metodologia de trabalho desse sacerdote coincidiu, em alguns pontos, com as propostas de Lebret no tocante ao conhecimento de uma determinada região.

A priori, Gutierrez conheceu de perto a população: família por família até chegar no todo da sociedade. Pesquisou as necessidades, os anseios, as preocupações, mas também as potencialidades de Fomeque. Assim como Lebret, o sacerdote concluiu que seria necessário desenvolver simultaneamente: o humano, o espiritual, a técnica e o espírito associativo. E continua:

Tudo orientou a fim de entusiasmar a população por um grande objetivo a realizar concretamente: transformar adultos em cultivadores instruídos, camponeses indolentes e rotineiros em agricultores capazes de adaptar as diversas culturas ao relevo, ao solo, ao clima e ao mercado; cristãos conformistas e bastante supersticiosos, em católicos esclarecidos⁹⁰ (LEBRET, 1960: p. 258).

O trabalho em Fomeque foi realizado com a união das elites locais em torno da ideia de desenvolvimento econômico, sendo essa ideia que norteou práticas como a criação de uma sociedade anônima que contou com ações de 6.000 acionistas e o investimento de 10.000 pesos de capital. A partir desse recurso, foi adquirida uma propriedade para a primeira experiência-piloto.

Um ponto que merece realce nessa experiência de Fomeque foi na crença de que a educação seria um mecanismo para alcançar o desenvolvimento econômico. Mais especificamente, foram criadas escolas primárias a fim de reduzir os índices de analfabetismo. Foram organizadas também escolas de canto religioso e folclórico, escola doméstica e escola para o desenvolvimento desportivo dos cidadãos. Ademais, houve a necessidade da instituição da Escola Normal Rural, cujo escopo principal era o ensino da prática agrícola. Ela formou 200 alunos, sendo que muitos deles saíram de Fomeque para desenvolver atividades em outras regiões da Colômbia (LEBRET, 1960: p. 259).

De acordo com Lebret (1969: p. 250), essa experiência educacional foi de suma relevância para a transformação da vida rural. No que toca à questão econômica, houve o aumento dos rendimentos agrícolas, a partir da posse de maquinário agrícola e caminhões para recolher o produto e direcioná-lo ao mercado. Uma mudança de mentalidade importante foi a campanha pela conservação do solo protagonizada pelos universitários, culminando em práticas como o terraceamento e arborização. Por conseguinte,

⁹⁰ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

destacamos, de igual modo a construção de um hospital com um corpo de enfermeiras compatível com as necessidades locais.

Por fim, essa experiência obtida em Fomeque, nas palavras de Lebreton (1960: p. 260), “representa o esforço progressivo de uma população pobre, animada por um líder excepcional, que se revelou capaz, pela ação e o exemplo, de comunicar o espírito comunitário e de iniciativa”⁹¹.

2.13 A Utopia em Lebreton: ideal a ser atingido pelas ações dos diversos grupos sociais

A construção de uma sociedade utópica é antiga. Cada um a seu modo pensou em modelos de realidade que visassem atender às necessidades dos povos. Desde Platão, na Grécia antiga, até Tomas Morus, com a sua “Utopia”, vemos esse anseio por outra forma de organizar a sociedade. Em outras palavras: muitas pessoas, no passado e no presente, estão recusando a aceitar o mundo da forma como ele tem se apresentado.

Para que a utopia pensada por Lebreton pudesse se concretizar seriam necessários grupos de pesquisa e ação, evitando, com efeito, uma pesquisa especulativa e sem compromisso com a realidade e, de igual modo, uma ação sem reflexão e sem fundamento científico e filosófico.

A “Economia Humana”, para o dominicano francês, seria o caminho para a construção dessa utopia, onde os homens de boa vontade sairiam da inércia para criar uma realidade mais harmônica e que desse oportunidade para o homem se desenvolver em todos os seus aspectos: “Mas as iniciativas locais e individuais já não bastam. A situação atual do mundo exige uma ação de conjunto a partir de uma visão clara de todos os aspectos econômicos, sociais, culturais e espirituais” (POPULORUM PROGRESSIO: 1967, s/p).

Considerando a crença de Lebreton na organização dos grupos sociais chegamos à conclusão de que o dominicano agiu, na linguagem gramsciana (GRAMSCI: 1979), como “intelectual orgânico” das comunidades marginalizadas, uma vez que as incentivou a

⁹¹ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

agirem em conformidade com as suas necessidades e à luz de uma concepção de mundo própria.

Por conseguinte, a nova civilização pensada por Lebret comportaria, nas palavras de Carneiro, (1994: p. 69):

Uma civilização de solidariedade entre classes sociais e nações; uma civilização criadora de estruturas que permitem constantemente harmonizar e controlar as tensões; uma civilização de progresso ponderado, contínuo e ordenado.

Em outros termos, Lebret acreditava na participação política dos cidadãos, na atuação das comunidades de base e na abertura aos jovens e mulheres, grupos que tinham a missão de empreender reformas administrativas. Esse envolvimento pleno tinha como objetivo criar o que Lebret chamou de planificação democrática e econômica, cujos preceitos baseavam-se numa planificação flexível e descentralizada, onde fossem atendidas as necessidades regionais. É importante salientar da insistência do dominicano de que os referidos grupos não fossem compostos somente por “experts”, mas de representantes das famílias e dos trabalhadores. Em suas palavras:

Representantes do povo, que sejam grandes proprietários ou especuladores de terras não podem ser capazes nem de uma reforma agrária, nem da orientação dos investimentos, nem da planificação regional, nem da fixação de um perímetro de aglomeração para as cidades ou de luta eficaz contra a evasão de capitais ⁹²(LEBRET, 1960: p. 277).

Assim, as comunidades pensadas por Lebret teriam como escopo o desenvolvimento da região, com a realização de obras materiais, atividades técnicas e discussão a respeito dos problemas coletivos, para que a tão sonhada utopia do desenvolvimento harmônico e integral fosse obra da população, fortificando sua economia à luz dos meios internos. A criação de organismos políticos e econômicos seria de grande valia para o êxito do novo tipo de sociedade pensado pelo dominicano francês, onde a mudança de mentalidade e da cultura econômica seria de suma relevância:

Sem cultura econômica ou sociológica, sem departamentos de estudos capazes de analisar as situações, as necessidades, os recursos, muitas vezes desejando apenas aumentar a própria fortuna, os detentores do poder seguem mais seus impulsos que a razão, mais desejosos de ostentação que de aplicar uma concepção do desenvolvimento progressivo equilibrado⁹³ (LEBRET, 1960: p. 277).

⁹² Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

⁹³ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

Antes do exame da atuação de Lebrete em São Paulo, no próximo capítulo, evoquemos a poesia de Dom Helder Câmara, um importante ícone da luta pela justiça social no Brasil, e a forma como sintetizou a teoria do desenvolvimento do dominicano francês:

Lebrete, meu Almirante,

Quais as grandes surpresas

Que o desembarque te trouxe?

Já sei

Qual a primeira:

Foste condecorado

Pelo próprio Cristo

Pela invenção maravilhosa

De *Economia e humanismo*

Em lugar de negar o econômico,

De combatê-lo,

O reduziste

Ou o elevaste

À medida humana...

Que estás dizendo?

Verdade?

Quem te condecorou

Em nome do Cristo

Foi Karl Marx,

Levado ao céu

Pela crítica ao capital

E pela defesa do trabalhador ?!...

E a incompreensão face à fé?

A culpa foi dos cristãos

Que encontrou em volta

E lhe deram a visão errada

Do Cristo e do Cristianismo?

Fabuloso, meu velho

Vejo, feliz,

Que o céu

E as medidas do Pai

Estão muito acima

Do estreito anticomunismo

Que a fraqueza humana

- e o egoísmo humano -

Inventou

(PILETTI e PRAXEDES, 1997: p. 401).

CAPÍTULO III: A ATUAÇÃO DE LEBRET EM SÃO PAULO A PARTIR DA SAGMACS

3.1 Lebret e a Escolha por São Paulo

O capítulo que se segue tem por escopo abordar a relevância das ideias de Lebret em solo paulistano na segunda metade do século XX, tendo em vista a criação da SAGMACS.

Por quais razões o dominicano veio ao Brasil? No final da década de 1940, o “*Économie et Humanisme*” passa por duas crises: a financeira e a ideológica. Com relação à primeira, o objetivo de estabelecer em São Paulo era o de buscar novas parcerias para o estabelecimento de recursos para o financiamento do seu grupo. No tocante à questão ideológica, o grupo se dividiu entre os que assumiram uma posição voltada ao catolicismo social e outro que se inclinava para a afirmação dos ideários marxistas.

O clímax desse processo se deu quando Henry Desroche, membro fundador do “*Économie et Humanisme*”, publicou o texto “*Signification du Marxisme*”, ensaio que causou uma recepção negativa por alguns membros do grupo e também por parte do Vaticano. Não podemos negligenciar o contexto da Guerra Fria que, de alguma forma, influenciava os problemas em torno das questões ideológicas entre os membros, causando, por conseguinte, as naturais divergências entre eles.

A vinda de Lebret para São Paulo foi de suma relevância para o seu amadurecimento intelectual, visto que pôde conhecer de perto os problemas socioeconômicos de um país de Terceiro Mundo. Ademais, as obras “*Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?*” (1960) e “*Dinamica Concreta del Desarrollo*” (1969) foram concluídas após a vinda de Lebret a São Paulo, revelando a importância dessa experiência para o desenvolvimento de suas ideias.

O dominicano francês atribuiu grande importância à capital paulista, elegendo-a para sediar o I Congresso Internacional de “*Economia Humana*”, em 1954, dentro das comemorações do IV centenário da cidade. Ainda que tenha realizado projetos de

planejamento urbano em outras capitais brasileiras, como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, é claro notar a preferência de Lebrecht por São Paulo⁹⁴.

Nessa região, deparou-se ele com militantes engajados da JUC, tais como Celso Lamparelli⁹⁵ e Francisco Whitaker⁹⁶, personagens que haviam tido acesso a suas obras na década de 1940 e com o tempo tornaram-se líderes da SAGMACS.

À época de sua vinda à capital, São Paulo se mostrava como o grande centro econômico do país. A industrialização era o grande motor do desenvolvimento econômico que essa cidade conheceu. A capital chegava à cifra de mais de dois milhões de habitantes, aumentando o número de pessoas que habitavam nas periferias e nos cortiços⁹⁷. Essas mudanças eram feitas em nome do ideário da modernidade e da economia capitalista industrial, que, desde o século XIX, estava em voga no Brasil. No campo cultural, na década de 1930, a capital paulista foi palco da “Missão Francesa”, recebendo a visita de intelectuais franceses como Fernand Braudel, Levi Strauss e Roger Bastide, que fundaram a USP-Universidade de São Paulo, hoje um dos maiores polos intelectuais latino-americanos.

Massi (1991: p.34) destacou que a “Missão Francesa” tem de ser vista como um desdobramento dos liceus criados nas décadas anteriores no Brasil. Ainda segundo a autora: “A criação das universidades com missões francesas atende a um duplo interesse: de um lado, o interesse francês na ‘conquista’ da América (e do Brasil); por outro, a demanda da elite local brasileira no sentido de ilustrar-se, modernizar-se”.

Embora a cidade de São Paulo já tivesse tido contato com as ideias francesas antes da vinda de Lebrecht, não podemos imaginar que a recepção ao seu pensamento foi, de alguma forma, harmônica e passiva. Vale ressaltar que o Departamento de Filosofia da

⁹⁴ Assim Lebrecht se referiu à cidade em fevereiro de 1961, quando esteve no Rio de Janeiro: “Eu elegi minha cidade, São Paulo, onde estou mais em casa do que em Paris” (CHIQUITO, 2012: p. 46).

⁹⁵ Celso Lamparelli foi professor de Arquitetura na Universidade de São Paulo a partir da década de 1980. Participou de um curso ministrado por Lebrecht na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-FAU da USP, em 1953. À época era membro da Juventude Universitária Católica-JUC, grupo criado oficialmente em 1950 e que tinha como objetivo disseminar os preceitos do catolicismo para a juventude brasileira.

⁹⁶ Whitaker foi docente de Arquitetura da Universidade de São Paulo. Nos anos de 1960 se inspirou nos princípios da Teologia da Libertação, atuando como assessor das Comunidades Eclesiais de Base no período do bispado de Dom Paulo Evaristo Arns, em São Paulo.

⁹⁷ O crescimento populacional foi uma questão capital para Lebrecht, tendo sido debatida em livros como “Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?” (1960) e “Drama do Século XX”(1962).

USP considerava seus métodos anticientíficos. Lebrete não tinha formação em sociologia e economia, não participando, na França, do meio acadêmico Durkheimiano. Com isso, podemos compreender a resposta do Departamento de Filosofia da USP frente ao seu pensamento.

Neste sentido, Valladares (2005: p. 81) ressalta que a Universidade não reconheceu a prática científica de Lebrete e do “*Économie et Humanisme*”, ancorada na sociologia empírica de Le Play:

Ora, naquela época, estes últimos não eram reconhecidos pelos brasileiros como legítimos representantes da sociologia francesa. Aos olhos da elitista USP, o trabalho realizado pelo *Économie et Humanisme*, quase ignorado no Brasil, não correspondia à sociologia canônica exportada pela França. E tampouco Lebrete.

Além da USP, os setores conservadores da Igreja também o censuravam, pois viam em suas propostas elementos que poderiam dialogar com as premissas do marxismo, sendo acusado de “simpatizante do comunismo”, em virtude de disseminar o lema de um mundo mais humano de Jacques de Maritain⁹⁸ (PONTUAL, 2016: p.35). Faz-se necessário salientar que desde a queda de Vargas, em 1945, houve um crescimento dos comunistas e a reação da Igreja face a essa situação. Por conseguinte, não podemos negligenciar o fato de que o contexto da vinda de Lebrete ao Brasil coincide com um período de forte conservadorismo e anticomunismo, haja vista as medidas do presidente Dutra contra os sindicatos e o PCB.

Conforme ressaltou Maria Cristina da Silva Leme (*apud* Angelo, 2010: 96), foi nessa conjuntura que o Brasil, especialmente São Paulo, conheceu inúmeros projetos de urbanização a partir da acentuação da migração do campo para a cidade e do movimento de conurbação. Por sua vez, Feldman (2005: p. 43) ressalta que, a partir da década de 1940, São Paulo passou por transformações relacionadas ao planejamento urbano, considerando o processo de institucionalização das leis de zoneamento da cidade.

⁹⁸ Jacques de Maritain (1882-1973) foi um filósofo católico de inspiração tomista. Maritain ponderou acerca da sociedade moderna, privilegiando temas como a cultura e as ideias que a modernidade se assentava. Como fruto dessas reflexões nasceu a sua teoria do “Humanismo Integral”, que alcançou ressonância máxima no campo da filosofia político-social.

3.2 O Curso Ministrado na ELSP

Antes de adentrarmos no tema da SAGMACS, abordaremos o curso ministrado por Lebret em 1947. O dominicano veio ao Brasil para buscar um novo campo de atuação em virtude das crises do “Économie et Humanisme”. Assim, Lebret escolheu a Escola Livre de Sociologia e Política, fundada em 1933 pela elite empresarial e desejosa por uma política de desenvolvimento econômico, para ministrar o curso. Conforme ressaltou Chiquito (2012: p. 146), a ELSP tinha como proposta a formação de elites administrativas responsáveis por implantar um Estado com um novo perfil, baseado no fortalecimento do setor industrial, na racionalização administrativa e na organização do trabalho no Brasil, promovido pelo governo Vargas. O custeio da estada de Lebret pela FIESP- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo- revela quão desejosa estava essa instituição por um projeto de modernização do país. Vejamos o discurso inicial do dominicano a respeito da escolha pelo Brasil:

Há muito tempo que eu queria vir ao Brasil. Eu já tinha alguns contatos com estudantes dominicanos brasileiros na França e eu fiz amizade com um deles, o padre Romeo Dale. O Brasil parecia-me como uma nação irmã da França; e eu estou feliz de poder, em seu nome, representando-a para vocês, saudar esta nação brasileira, que guarda ao nosso próprio país sentimentos de extrema fidelidade, tanto em seus dias de felicidade como em seus dias de prova. Estou muito grato à Escola de Ciências Sociais e Políticas que me permitiu vir hoje falar-vos de economia humana (LEBRET, 1947: p. s/p).

O curso ministrado, intitulado “Introdução à ‘Economia Humana’ ”, teve a duração de quatro meses, totalizando 36 aulas, e tinha o objetivo primordial de disseminar as ideias do “Économie et Humanisme”. Contou com a participação de 53 alunos, dentre eles personagens que iriam ganhar projeção política no futuro: Lucas Nogueira Garcez (aluno da USP e futuro governador de São Paulo), Luiz Anhaia Mello (professor e futuro governador de São Paulo), Frank Goldman (sociólogo norte-americano), Olívio Gomes (empresário) e João Batista de Arruda Sampaio (grande entusiasta de um novo modelo de desenvolvimento).

Vejamos o programa de curso (CESTARO, 2015: p. 151-152):

Quadro 1. Programa de Curso na ELSP

Fracasso Humano no Mundo Moderno.
Crítica da Economia Política.

A Reação Marxista (5 aulas).
A Reação Nazista.
Os Ensaio Corporativistas.
A Planificação Soviética. (3 aulas)
Bases e Exigências da “Economia Humana”. (3 aulas)
Lugar da “Economia Humana” entre as Ciências.
As Unidades Territoriais em “Economia Humana”.
A Análise em “Economia Humana”. (5 aulas)
Conjuntura Humana e Conjuntura Econômica.
Elementos dum “Sistema” em “Economia Humana”.
A “Economia Humana” e a Política.
A “Economia Humana” e a Espiritualidade Cristã.
Passagem da Economia Atual à “Economia Humana”.
Necessidades de um Movimento Espiritual.

Além do destaque aos temas concernentes à “Economia Humana”, o quadro acima evidencia a relevância atribuída ao marxismo, visto como um método científico de análise econômica. Embora tenha se debruçado sobre esse tema, o PCB não acolheu as ideias de Lebrecht, posto a crítica deste acerca do princípio de luta de classes e da ditadura do proletariado, visto pelo partido como essenciais para a construção de uma sociedade socialista.

Na parte relacionada à planificação soviética, o dominicano dedica uma aula para versar sobre Lênin, relacionando-o como um dos maiores intérpretes de Marx e revelando a relevância do leninismo na época do imperialismo (CESTARO, 2015: p. 159):

O “leninismo” é baseado na perspectiva dialética da oposição burguesia x proletariado. A vitória do proletariado está no movimento da história. Como ela libertará o homem de sua tripla alienação imposta pelos capitalistas, de que o Estado é o divino, é o objetivo supremo.

Ressaltamos no capítulo segundo a reação negativa do clero conservador frente a esses temas desenvolvidos no curso. É importante sublinhar que o mesmo não ocorreu com o tema do nazismo, onde não houve muita repercussão diante das falas de Lebrecht.

Em suas exposições a respeito da economia, Lebret abordou a origem do seu movimento, dando especial atenção a Frédéric Le Play (ANGELO, 2010: p. 74):

Lebret apresentou, além dos postulados e conceitos da Economia Humana, os seus precursores, e nesse ponto expôs a influência direta de Frédéric Le Play: “Ainda no século XIX, cristãos sociais, marxistas, anarquistas; bem antes de nós, socialistas sinceros, comunistas e corporativistas, viam a necessidade da Economia Humana sem serem capazes de estabelecê-la. A aspiração fundamental dos homens generosos de nossa geração era a Economia Humana”.

Para expor sua concepção econômica, o dominicano critica as abstrações da economia política, dividindo-a em economia axiomática, a economia matemática e o marginalismo. A primeira se referia a observação da realidade, sem, no entanto, usar estatísticas e dados precisos para mostrar suas conclusões. A economia matemática se ancorava em fórmulas, dialogando com o campo da Física, para expor seus resultados; resultados esses considerados muito seguros. Por fim, a corrente que Lebret chamou de marginal visava estabelecer análises mais precisas dos dados obtidos, usando também de fórmulas e gráficos para embasar as conclusões.

O dominicano teceu acerbas críticas aos dois primeiros modelos, o primeiro pela falta precisão, e, o segundo, pela crença veemente nos dados estatísticos e pela negligência do fator humano. Como fica claro, Lebret censura os extremos preferindo a terceira opção, ainda que censurando em partes.

Isto posto, as três correntes, segundo Lebret, não levavam em consideração a questão humana. Conforme sublinhou Angelo (2010: p. 76), a definição de “Economia Humana” é realizada na vigésima quarta aula, onde Lebret afirma que ela vincula-se à política “tout court”, vista como “sistema de estratégia e tática de transformação e distribuição a serviço do homem”.

Além de mostrar o objetivo de seu movimento, que era o de elevar as condições humanas, Lebret coloca em evidência a questão da interdisciplinaridade, a partir da ideia de que as diversas áreas do saber não tivessem somente esse alvo em comum, mas que, juntas, lutassem pelas mudanças de estruturas.

Outro ponto do programa que merece destaque é o item “elementos dum ‘sistema’ em economia humana”, onde vemos que o termo sistema está com aspas, revelando o

caráter não sistemático e fechado das ideias de Lebret. Isso pode explicar a falta de reflexões sistemáticas acerca das mudanças de estruturas que o dominicano citava.

No final do curso, Lebret comenta sobre alguns postulados da “Economia Humana”, como o bem comum, a solidariedade e o desenvolvimento humano. Além desses, o dominicano aponta a questão da propriedade privada, vista como relevante para o bem-estar da população. Para afirmar tal princípio capitalista, ele se contrapõe ao postulado marxista da supressão da propriedade privada, valorizando esse aspecto do capitalismo.

De acordo com Cestaro (2015: p. 79), Lebret se amparou na encíclica “Rerum Novarum” para fazer suas críticas ao socialismo. Ainda que concordando com o autor, concebendo o dominicano como um fiel seguidor das premissas da Igreja Católica, não seguimos a premissa de que Lebret concordava plenamente com as ideias trazidas por essa encíclica.

Em um trecho do documento, há uma frase que se tornou muito conhecida, de que “o homem deve aceitar com paciência a sua condição” (RERUM NOVARUM, 1891, s/p). Se o dominicano pregava mudança das estruturas sociais é claro notar que concebia o ser humano como agente de sua história, capaz de transformar a sua realidade. Ademais, Lebret reconheceu parcialmente o marxismo, especialmente em sua crítica ao sistema capitalista que tanto censurava.

Com efeito, acreditamos que Lebret evitava posições antagônicas, sendo difícil pensar na sua obediência irrestrita às premissas papais.

3.3 O Congresso de “Economia Humana” em São Paulo

Ressaltamos no início deste capítulo que a cidade de São Paulo foi escolhida para sediar o I congresso de “Economia Humana”, em comemoração do IV centenário da capital paulista. Este evento ocorreu entre 18 e 25 de agosto⁹⁹, sendo financiado pelo governo do estado, no Instituto de Educação Caetano de Campos, no bairro da República, tendo como presidente de honra o governador Lucas Nogueira Garcez.

⁹⁹ O último dia do congresso foi cancelado visto o suicídio do presidente Getúlio Vargas em 24 de agosto.

A comissão organizadora do evento ficou a cargo de Benevenuto de Santa Cruz, frade dominicano, Antonio Delorenzo Neto, advogado e escritor, Severo Gomes, intelectual ligado ao mundo comercial, José Pinheiro Cortez, fundador da Escola de Serviço Social da PUC- SP-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e José Arthur Rios, sociólogo ligado aos estudos brasileiros.

O contexto subjacente ao congresso foi de muita efervescência, posto o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto. Em seu diário, Le Bret (ANGELO, 2010: p. 81) relatou esse clima tenso quatro dias antes do suicídio:

O homem que queria tanto que eu trabalhasse com Josué de Castro e a Comissão do Bem-Estar Social [...] foi vítima de um atentado. É um homem que divulga em seu jornal, há pouco tempo fundado por Amoroso Lima e [Gustavo] Corção, ao mesmo tempo que por Lacerda, os escândalos do poder. E no dia 24 escreveu: “o povo é getulista e publicaram uma carta, verdadeira ou falsa, do presidente pouco antes de seu suicídio. O mito do pai perseguido por inimigos e que se sacrifica corre o risco de desenvolver-se rapidamente. Para os trabalhadores Getúlio era o trabalhista, defensor, o homem das leis sociais, do sindicalismo, do salário mínimo. Sua ditadura passada, a corrupção de sua comitiva, não é nada.

Conforme sublinhou Angelo (2010: p. 80), o congresso possibilitou o encontro das equipes da “Economia Humana” do Brasil, do Uruguai, do Chile e da França. O escopo do congresso era o de reproduzir os ideários da “Economia Humana”, promover articulações com outros setores da sociedade e a busca de diálogo da SAGMACS com o governo do estado.

O evento contou com a participação de setores da burguesia industrial brasileira, do clero católico e da juventude ligada aos movimentos sociais católicos, revelando o desejo desses setores por um projeto de desenvolvimento para o país. Neste sentido, é imperioso sublinhar que o contexto da época era favorável para a discussão em torno do desenvolvimento, visto as instituições que foram criadas para pensar o planejamento no Brasil.

A palestra inaugural¹⁰⁰ foi ministrada por Robert W. Faulhauber da Universidade De Paul VI- Chicago. Intitulada de “Delineamentos de integração dos fatores humanos na economia política”, as palavras giraram em torno da interdisciplinaridade e dos pressupostos nucleares da “Economia Humana”.

¹⁰⁰ O curso também ia contar com a presença de Bert Hoselitz, sociólogo de Chicago, que cancelou sua ida ao Brasil.

Dentre os palestrantes, o evento contou com a participação de membros do “Économie et Humanisme”, como Alfred Sauvy, André Piettre e George Celestin, e de alguns intelectuais brasileiros, como Antônio Baltar, Alceu Amoroso Lima e Josué de Castro.

As palestras e comunicações do congresso versaram, *grosso modo*, sobre a realidade da América Latina e na importância da elaboração de uma doutrina da “Economia Humana” voltada para os países subdesenvolvidos. Para que tais objetivos fossem alcançados seria necessária uma ação política organizada em torno do desenvolvimento, priorizando a atuação dos sindicatos nesse processo.

De acordo com Pontual (2016: p. 56), foram elaboradas algumas estratégias, como “formar quadros engajados; criar e manter um boletim de articulação entre os grupos ou uma revista latino-americana bilíngue; estabelecer contínuas trocas entre a América Latina e a Europa”. Essas estratégias revelam a preocupação de Le Bret em manter uma unidade mínima e essencial dos diversos grupos da “Economia Humana”, para que eles não perdessem de vista o objetivo primordial do desenvolvimento.

Ao final do encontro foram estabelecidos planos de ação para a “Economia Humana”: a elaboração de uma doutrina para os países subdesenvolvidos, a atualização dos conhecimentos da América Latina e a ação política, dando realce à criação de sindicatos. A formação técnica dos animadores estaria a cargo da CEPAL, revelando as linhas de convergência entre essa instituição e o “Économie et Humanisme”.

3.4 A SAGMACS: uma instituição voltada para o planejamento urbano

O primeiro ponto que nos chama a atenção no que toca à SAGMACS é de ordem semântica. A nomenclatura “Sociedade para Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicada aos Complexos Sociais”- é de forte teor técnico e especializado e que, de alguma forma, camufla os princípios de uma economia voltada para o desenvolvimento dos povos. Uma hipótese para tal escolha diz respeito à resistência que poderia haver a um nome com uma forte implicação sociopolítica.

Isto posto, a SAGMACS foi uma instituição de planejamento urbano criada em São Paulo atrelada ao “Économie et Humanisme” francês e acompanhando o modelo da SAGMA “Société pour l’application du graphisme et de la mécanographie à l’analyse”-

criada em 1946, em Saint-Étienne. Tinha a finalidade de realizar pesquisas acerca dos aspectos geográficos e humanos brasileiros, debruçando-se sobre temas como moradia, saneamento básico, miséria, vulnerabilidade social e outros. Ademais, a SAGMACS tinha o interesse de realizar uma nova forma de pensar e solucionar os problemas urbanos, tendo em vista os efeitos da industrialização e do aumento demográfico.

A SAGMACS atuou de forma ampla, realizando pesquisas sobre aglomeração populacional, loteamento, política habitacional e condições sanitárias. Destacou-se também na assessoria aos Planos Diretores de cidades como Belo Horizonte, Sorocaba e Barretos, que serviam como mecanismos para o desenvolvimento ordenado das cidades.

Seu estatuto foi criado em maio de 1947, tendo como membros dirigentes as seguintes personalidades: Luiz Cintra do Prado, engenheiro e professor da Escola Politécnica de São Paulo, Luciano Vasconcellos de Carvalho, membro do PDC- Partido Democrata Cristão, Olga Soares Pinheiro, André Franco Montoro, jurista e político brasileiro, José Maria de Freitas e Lucas Nogueira Garcez, professor da Escola Politécnica de São Paulo e governador de São Paulo entre 1951 e 1955 (PONTUAL, 2016: p.30). Quanto a esse último, teve um relacionamento amistoso com Lebrecht, convidando-o para participar de projetos à época em que foi governador da capital paulista.

Conforme ressaltou Pontual (2016: p.30), essa diretoria estava ligada à esquerda católica e “viram nas ideias de Lebrecht uma possibilidade de articular desenvolvimento e nacional-desenvolvimentismo”.

Antonio Baltar¹⁰¹, engenheiro e urbanista recifense, estabeleceu um contato com Lebrecht em 1952, expondo a situação do nordeste e suas ideias acerca da miséria dessa região. Foi um importante disseminador do “Économie et Humanisme” em Recife, tendo assim se referido ao método utilizado pela SAGMACS:

Defendia um método minucioso de análise do território e da sociedade, através de dossiês que englobavam diversos dados sociais, econômicos e geográficos com o objetivo de montar uma síntese de dinâmica urbana, procurando, assim, associar o aspecto econômico ao desenvolvimento humano. Era preciso primeiro entender, por meio dos aspectos econômicos, geográficos e sociais, a lógica e a coesão daquele território ou região. Logo após era necessário definir a

¹⁰¹ De origem católica e com formação em Engenharia e Economia, Baltar atuou como vereador e militante do partido socialista, possuindo uma prática profissional ampla (PONTUAL, 2005: p. 03).

localização dos equipamentos com o intuito de valorizar e aproveitar as oportunidades do território. Esta definição seria feita através de alguns condicionantes econômicos, como disponibilidade de energia, transporte, água, e também de imperativos sociais, procurando diminuir custos e melhorar as condições humanas (TRINDADE, CÂMARA, CÂMARA, 2005: p. 09).

A partir deste trecho vemos que o dominicano segue de perto o modelo do “Économie et Humanisme”, dando relevância ao conhecimento do objeto, em outras palavras, ao estudo sistemático da realidade a ser examinada. Em uma palestra ministrada por Lebreton em Recife, o dominicano reflete sobre a questão da metodologia a ser empregada:

O planejamento regional deve ser feito obedecendo antes a uma escala de situações: método que é a parte lógica e objetiva do planejamento e necessária à aplicação das hipóteses; estrutura física, isto é, utilização do aspecto físico pelos homens: estrutura da população, que se poderia intitular de estrutura demográfica e se dispõe de maneiras diferentes: estrutura agrária, industrial e de níveis de vida; estudo das conjunturas, permitindo avaliar a estrutura econômica em ligação com o conjunto (TRINDADE, CÂMARA, CÂMARA, 2005: p. 10).

O primeiro trabalho da SAGMACS foi realizado em 1947, quando o grupo examinou as condições de vida dos funcionários do Jockey clube paulista¹⁰², sendo financiada pela própria instituição. Conforme Pelletier (*apud* ANGELO: p. 104), “a pesquisa terminou por denunciar as condições a que eram submetidos os seus trabalhadores, o que fez com que o Jockey suspendesse seu financiamento à Instituição”. O financiamento à SAGMACS durou até 1952.

A segunda pesquisa, empreendida entre abril e junho de 1947, analisou os tipos de habitação dos bairros paulistanos. O nome do estudo foi intitulado de “Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo”. Com efeito, o trabalho ora realizado não se restringiu a uma simples averiguação das habitações em São Paulo, mas buscou estudar as condições de trabalho dos moradores, suas nacionalidades e o grau de escolaridade dos mesmos.

Reuniu 40 participantes e foi contratada pelo SESI- Serviço Social da Indústria. Foi coordenada por Oscar Rezende Lima e Estanislau Roberto Maiorano, estudantes da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Os outros participantes eram oriundos da Escola de Serviço Social da USP e do Departamento de Direito da mesma

¹⁰² Esta pesquisa não fora publicada.

universidade. Ademais, essa pesquisa contou com a participação de membros da Divisão de Estatística e Documentação Social do município de São Paulo. Uma vez que o quadro de pesquisadores não era constituído de “experts”, e que muitos deles não possuíam experiência e qualificação para tal empreendimento, o padre Lebret afirmou que não se poderia supervalorizar os dados e resultados obtidos dessas pesquisas.

Ao total foram analisadas 500 habitações, a partir das divisões por classes socioeconômicas e regiões (SAGMACS, 1947: s/p). O estudo se dividiu em 11 ações¹⁰³:

I. A sondagem

II. Resultados gerais

III. Resultados por zonas

IV. Localização das categorias externas

V. Estudo dos tipos de habitação

VI. Estudo das habitações segundo seu número de peças

VII. Estudo da superfície das habitações

VIII. Ensaio de localização das classes sociais e tipos de moradia

IX. Estudo dos defeitos da habitação por classe social

X. Nacionalidade dos ocupantes

XI. Comparação com a França

No que se refere aos tipos de habitação, Lebret as dividiu em sete categorias: sub-casebre (moradia miserável), casebre (moradia miserável, mas que pode conter elementos satisfatórios), semi-casebre (moradia insatisfatória e que não pode ser melhorada), habitação insatisfatória (possível de melhoria), habitação satisfatória, habitação confortável e habitação luxuosa. O objetivo do dominicano em estabelecer tal

¹⁰³ As informações coletadas deste estudo foram extraídas da “Revista Municipal do Arquivo Municipal de São Paulo”, de 1947.

classificação está relacionado à busca das diferenças e similitudes entre os bairros paulistanos e as cidades francesas, como notamos no item XI descrito acima.

Faz-se necessário salientar que na década de 1940 o dominicano francês já havia realizado um trabalho similar, quando examinou, junto ao Ministério de Reconstrução, as moradias das cidades da França que tinham sido destruídas pelos bombardeios da guerra. Nessas comparações, o dominicano se chocou com o estado das moradias paulistanas, levando em consideração que a cidade de São Paulo não passou por guerras como as cidades francesas. Ademais, o que chamou a atenção foram as disparidades habitacionais examinadas em São Paulo, que revelavam também as grandes assimetrias socioeconômicas dos moradores da capital paulista.

Para a análise das condições de moradia, a cidade fora dividida nas áreas “central”, “residencial” e “arrabaldes”. Segundo ressaltou Cestaro (2015: p. 226), essa divisão não considerava o todo da cidade de São Paulo, mas “serviu para estabelecer a distinção entre os distritos pesquisados, divididos em região oeste, noroeste, leste, nordeste e sul”. Escreveu o autor:

O relatório definiu como zona central de cada distrito aquelas que tinham como características de usos principais do solo as atividades administrativas e comerciais. As zonas residenciais eram as que tinham as habitações como uso predominante do solo, e as zonas arrabaldes os setores mal organizados de infraestrutura urbana, em relação às outras duas zonas, com características ainda rurais, com casas pequenas, em mau estado, mal construídas e sem condições de conforto.

Os seguintes bairros constituíram a zona central: Bela Vista, Santa Cecília, Consolação, Bom Retiro, Barra Funda, Pari, Santa Efigênia, Liberdade, Sé, Brás, Cambuci, Moóca, Belenzinho, e Alto da Moóca.

Já a zona residencial foi composta por: Nossa Senhora do Ó, Lapa, Perdizes, Butantã (setor urbano), Jardim América, Cerqueira César, Jardim Paulista, Vila Mariana, Aclimação, Saúde (setor urbano), Ipiranga (setor urbano), Vila Prudente (setor urbano e suburbano) e Alto da Moóca (setor urbano), Casa Verde (setor urbano), Santana (setor urbano), Tucuruvi (setor urbano e suburbano), Vila Maria, Penha (setor urbano), Vila Matilde (setor urbano), Tatuapé (setor urbano).

Por fim temos a zona arrabalde, que foi formada pelos bairros: Tucuruvi (setor rural), Santana (setores suburbano e rural), Casa Verde (setor suburbano), Nossa Senhora

do Ó (setores suburbano e rural), Perus, Pirituba, Osasco, Butantã (setores suburbano e rural), Ipiranga (setores suburbano e rural), Saúde (setores suburbano e rural), Indianópolis, Ibirapuera, Santo Amaro, Capela do Socorro, Vila Prudente (setor rural), Tatuapé (setor rural), Vila Matilde (setores suburbano e rural), Itaquera, Penha (setores suburbano e rural), São Miguel, Lageado (SAGMACS, 1947: s/p).

Além de investigar as questões geográficas, o dominicano refletiu a respeito dos aspectos humanos, trazendo à tona a composição social dos moradores. Segundo as conclusões da pesquisa, a classe operária foi o elemento predominante nas zonas central e arrabalde. Comerciantes e empregados eram distribuídos de forma similar na primeira e segunda zonas. Já os agricultores se concentraram na zona arrabalde e os liberais na zona central.

3.5 O Retorno de Lebrecht a São Paulo e a Pesquisa “Problemas de Desenvolvimento: Necessidades e Possibilidades do Estado de São Paulo”

Foi observado, na gênese deste capítulo, que houve uma contestação dos setores conservadores da Igreja brasileira frente à atuação do padre Lebrecht no curso da ELSP em 1947, à luz de suas considerações valorativas do marxismo. Diante dessa resistência, o mesmo fica proibido de regressar ao Brasil e à América Latina. Vale sublinhar que, desde a década de 1930, Estado e Igreja se uniram para combater o seu inimigo comum: os comunistas.

Souza (2002: p. 45) se debruçou sobre esse tema afirmando que a criação do PCB, em 1922, causou pânico nos setores conservadores da sociedade, especialmente na Igreja Católica. Diante disso, a Igreja não teve outra alternativa senão a de combater aguerridamente os princípios comunistas. Ademais, o clima de Guerra Fria, com a polarização entre capitalismo e socialismo, contribuiu para essa aversão da Igreja diante dos comunistas.

Em 1951, Lebrecht é convidado para voltar a São Paulo pelo então governador Lucas Nogueira Garcez, para coordenar a pesquisa “Problemas de desenvolvimento: estudo das necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo”. A intenção era a “continuação das conclusões provisórias para uma pesquisa no estado, a pedido confidencial de Garcez, realizada por Lebrecht e pelo frei Benevenuto em 1952” (ANGELO, 2010: p. 115). A ideia

de Garcez era que Lebret aplicasse os princípios da “Economia Humana” no estudo da região de São Paulo.

Dentre as relações de Lebret com intelectuais brasileiros, acreditamos que os contatos mais amistosos ocorreram com Garcez. Foi docente da POLI - Politécnica de São Paulo - até 1966, tendo atuado também na Faculdade de Higiene e Saúde Pública, entre 1947 e 1949. Pertencente ao meio católico e influenciado pelo método “ver, julgar, agir”, Garcez se sentiu atraído pelas premissas do dominicano em torno do desenvolvimento. No discurso de formatura da POLI, em 1951, o governador utiliza termos que muito lembram os princípios de Lebret: melhores condições de vida, a importância de viver ao lado do povo e a questão das necessidades das populações vulneráveis (CHIQUITO, 2012: p. 149).

Segundo ressaltou Chiquito (2012: p. 149), o contato entre o governador e Lebret se deu a partir das ações de Luiz Cintra do Prado, professor da USP e um dos maiores difusores da economia nos meios universitários.

Além da relevância do político para o retorno de Lebret, Dom Helder Câmara, Alceu Amoroso Lima¹⁰⁴ e Josué de Castro¹⁰⁵ viram com bons olhos o retorno do dominicano ao Brasil, visto que se apropriaram das teses lebretianas concernentes ao desenvolvimento econômico.

Dom Helder Câmara, bispo da arquidiocese do Rio de Janeiro a partir de 1952 e idealizador da CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-, auxiliou Lebret em seus trabalhos a respeito das favelas cariocas, tendo se valido de suas ideias para fundamentar seu projeto de justiça social que se consolidou a partir da década de 1960. Já o leigo católico Alceu Amoroso Lima teve importância na apresentação do dominicano à intelectualidade católica e às suas respectivas lideranças, haja vista o importante papel que exerceu dentro do catolicismo brasileiro. Josué de Castro, médico nordestino e

¹⁰⁴ Alceu Amoroso Lima nasceu no Rio de Janeiro, em 1893. Converteu-se ao catolicismo em 1922, sendo diretor do Centro Dom Vital, grupo que reunia lideranças da Igreja Católica. Com formação em Direito pela Universidade do Brasil, destacou-se como crítico literário e um dos grandes intelectuais que a Igreja Católica conheceu.

¹⁰⁵ Além de seu trabalho junto ao governo Vargas, Josué de Castro atuou na presidência da FAO- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, entre 1952 e 1957. Publicou, em 1946, a “Geografia da Fome”, livro que identificou as regiões brasileiras vulneráveis à fome e as propostas para solucionar tal problema. Faleceu em 1973, sendo considerado, no Brasil e no mundo, um grande ícone de combate à fome.

docente da então Universidade do Brasil¹⁰⁶, adaptou o método do “*Économie et Humanisme*” para a realização de uma enquete nacional acerca dos níveis de vida de 34 vilas no Brasil, à época em que era presidente da Comissão de Bem-Estar Social de Getúlio Vargas (1951-1954) (VALLADARES, 2005: p.72).

É mister ressaltar que, embora afastado da América Latina por quase cinco anos, Lebret manteve contato com os membros do “*Économie et Humanisme*” brasileiro por meio de missivas. E foi por intermédio de uma delas endereçada a Garcez que Lebret, em 1951, fez com que a Ordem Dominicana e Roma dessem o aval para o seu retorno.

O contato de Lebret com o Vaticano aconteceu logo quando o dominicano voltou à Franca, em 1947. Ele foi convocado a ter uma audiência com o Papa Pio XII, para relatar os problemas ocorridos em sua estada no Brasil e na América Latina. Por razões de agenda, o dominicano teve um encontro com o então cardeal Angelo Roncalli, o futuro papa João XXIII. O encontro entre o dominicano e o cardeal fora amigável, onde Roncalli afirmou que não havia consenso na Igreja no uso do termo “humanismo” utilizado pelo dominicano. Deste modo, o diálogo foi muito importante para Lebret, pois, através da figura de Roncalli, conseguiu o apoio necessário para o seu retorno ao Brasil.

Deste modo, esse período de atuação da SAGMACS coincidiu com o desenvolvimento de instituições voltadas para o planejamento urbano, que visavam suprir o Brasil com infraestrutura através do processo de industrialização. Além da CEPAL, destacamos a SPVESUD-Superintendência do Plano de Valorização da Fronteira Sudoeste do País, criada em 1956, e a SUDENE-Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-, fundada em 1959.

Entendemos que a SAGMACS trazia novas questões ao debate em relação aos organismos supracitados. Sem dúvida, a sua crença no desenvolvimento harmônico com base em premissas éticas e cristãs, evitando uma concepção economicista e abstrata dos pressupostos ditos científicos, foi o traço que distinguia o seu trabalho diante dos demais. Como estudamos no capítulo anterior, Lebret, em suas pesquisas, não separava os aspectos econômicos dos sociais, uma vez que sua teoria implicava projetos de uma sociedade mais justa.

¹⁰⁶ Hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ.

Outra circunstância a considerar é a de natureza político-econômica. Getúlio Vargas retorna ao poder, com o voto popular, em 1951, ficando como chefe do Executivo até o seu suicídio em 1954, sendo o “nacional-desenvolvimentismo” a palavra de ordem de seu governo. A ideia mestra a seguir era a de modernizar o Brasil à luz de medidas de incentivo à indústria. Nesse projeto, o Estado continuaria a desempenhar um papel de protagonista, sendo o grande agente das transformações do período. O monopólio sobre o petróleo, em 1953, foi uma medida modelar de seu governo, pois demonstrava o seu objetivo de desenvolver a economia nacional.

Dito isto, o trabalho desenvolvido por Lebrecht foi patrocinado pela CIBPU¹⁰⁷, tendo como colaboradores o frei Benevenuto de Santa Cruz, o sociólogo Eduardo Bastos, o advogado Darcy Passos, o urbanista Antônio Bezerra Baltar, o jurista Antônio Delorenzo Neto e os economistas Raymond Delprat, Gilles Lapouge e Chiara de Ambrosis Pinheiro Machado (PONTUAL, 2016: p. 38).

A pesquisa ora empreendida visava estabelecer uma nova organização regional, a partir da revitalização dos municípios e da reforma das estruturas agrárias. Em comparação com o trabalho de 1947 teve um caráter mais sistemático e científico, reunindo um grupo de 100 pessoas, onde Lebrecht apresentou os pressupostos teórico-metodológicos de forma mais precisa. Ademais, o intento era compreender o território do estado de São Paulo para propor soluções aos problemas enfrentados, com base nas ideias do desenvolvimento econômico e humano. Em entrevista de Celso Lamparelli a Maria Cristina da Silva Leme (2000, s/p), o primeiro ressalta:

A pesquisa denominada levantou e analisou dados sobre a realidade do Estado transformando-os em subsídios para um projeto de desenvolvimento regional com ênfase nas condições de infraestrutura e dos níveis de vida das várias áreas rurais e urbanas visando acelerar o processo de industrialização. Posteriormente o mesmo tipo de estudo vai ser estendido aos três estados do sul do país, mobilizando equipes em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e um grupo do Rio de Janeiro onde se encontrava a maior parte dos dados. Tais estudos duraram até fins de 1956. Foram relatados vários documentos e publicações em que podemos encontrar referências sobre as equipes responsáveis. Alguns poucos técnicos iriam continuar nas equipes da fase

¹⁰⁷ A CIBPU foi criada a partir de um consórcio interestadual, tendo como seu maior idealizador o então governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez. Sete estados da federação assinaram este contrato: São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais, tendo atuação entre 1951 e 1972, e desenvolvendo projetos de planejamento urbano. Segundo Chiquito (2012: p. 150), tanto Lebrecht quanto à SAGMACS tiveram importância no trabalho da CIBPU, uma vez que foi na administração de Garcez que muitas pessoas formadas por Lebrecht adquiriram postos em seu governo e na CIBPU.

seguinte dedicada primordialmente aos estudos das estruturas e problemas urbanos.

Portanto, a pesquisa em pauta não se limitou a São Paulo, mas, na segunda fase, aos estados do sul do Brasil. Em relação ao corpo técnico, é importante salientar que arquitetos, urbanistas, sociólogos, geógrafos e economistas começaram a fazer o trabalho de campo, diferindo da pesquisa feita em 1947, que não contava com um grupo de pesquisadores com conhecimentos técnicos.

No tocante à equipe técnica, Chiquito (2012: p. 161) traz à tona o depoimento de Luiz Carlos Goelzer, presidente da UNE- União Nacional dos Estudantes entre 1952 e 1953. De acordo com a sua visão, a liderança era formada, majoritariamente, por universitários e recém-formados da área da arquitetura, urbanismo e engenharia.

Concluimos que foi a partir também do amplo diagnóstico que fez do estado de São Paulo que Lebrecht e a SAGMACS se inseriram definitivamente no campo do planejamento regional do Brasil, uma vez que propuseram estratégias concretas para o desenvolvimento do estado. Ademais, o trabalho teve como desdobramento o desenvolvimento de estudos regionais, especialmente no nordeste, este último liderado por José Arthur Rios.

Por conseguinte, acreditamos também que a vida e a obra do dominicano não podem ser dissociadas. Na década de 1950, a ONU lançou um documento, a Carta de 1953, que visava compreender a realidade mundial e, principalmente, a dos povos subdesenvolvidos, no intuito de propor soluções para os problemas socioeconômicos. Nesse ano Lebrecht desenvolve um trabalho como especialista da instituição em questões de desenvolvimento global. Assim, o estudo sobre as necessidades e possibilidade do estado de São Paulo foi relevante em razão de ser a primeira cidade de um país subdesenvolvido a ser analisada pelo dominicano. Ademais, essa atuação concomitante na CIBPU e na ONU revela que Lebrecht se inspirou nas discussões realizadas nesta última em torno do desenvolvimento para ancorar suas ações na CIBPU. De outro lado, a atuação no Brasil foi importante visto que, ao contribuir nas reflexões da ONU, tinha como parâmetro uma experiência concreta no que toca aos problemas econômicos e sociais de um país subdesenvolvido.

Assim, segundo ressaltou Chiquito (2012: p. 162):

[...] é a partir deste estudo que Lebret formula suas concepções e métodos relacionados aos desenvolvimentos dos países “subdesenvolvidos” e realiza a ponte com os métodos e concepções que estavam sendo ao mesmo tempo discutidos e formulados, inclusive com sua participação na ONU.

No primeiro mês de trabalho a equipe de Lebret se concentrou em São Paulo, utilizando o método proposto pelo “*Économie et Humanisme*”: o contato com a realidade local, a formulação de enquetes e a interpretação dos dados obtidos. Ademais, fora utilizada também a ideia das necessidades, tratadas no capítulo anterior, a saber: as essenciais, as de facilidade e as de superação. Amparado nelas, o dominicano francês identificou os diversos tipos de necessidade e possibilidades, sugerindo planos de ação para o suprimento dessas necessidades.

Deste modo, além dos pesquisadores examinarem as necessidades e os níveis vida, o grupo procurou fazer levantamentos territoriais, apontando orientações para o desenvolvimento industrial e regional. Para atingir tal escopo, a equipe se serviu dos conceitos “*mise en valeur*” – valorização do território, e de “*aménagement du territoire*” – organização e aproveitamento do território, premissas já utilizadas na França pelo “*Économie et Humanisme*” e que diziam respeito ao exame sistemático e científico da realidade geográfica, tendo em vista as suas potencialidades e os recursos existentes em cada território. Esses conceitos se juntaram ao de “desenvolvimento”, onde se buscava o bem-estar das pessoas a partir do desenvolvimento de seus aspectos psicológicos, sociais, econômicos e intelectuais.

Este trabalho da SAGMACS foi um marco para o campo do planejamento regional brasileiro, pois:

Em primeiro lugar por ser inédito e, em segundo lugar, por ser abrangente, representando um esforço de compreensão e interpretação da realidade brasileira até então praticamente desconhecida pelo Estado e da possibilidade de comparação desta com outras regiões do mundo (CHIQUITO, 2012: p. 162).

3.6 A Pesquisa “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”

A pesquisa “Estrutura urbana da aglomeração paulistana” contou com a direção de Lebrecht, se servindo de uma equipe multidisciplinar e com a ajuda de Antonio Baltar como consultor. O escopo era o de estudar cada região, juntamente com a sua população, para identificar as aglomerações e as condições de vida urbana. No tocante à metodologia, foram utilizados gráficos, mapas, levantamentos físicos territoriais, questionários, diagramas e tabelas.

Na introdução do documento, há uma breve descrição acerca da formação histórica e social de São Paulo, justificando, assim, a opção por essa cidade. Foram utilizadas a obra de Robert Simonsen, “História Econômica do Brasil” e de Simões de Paula, “A Segunda fundação de São Paulo”.

Trazendo a lume a relevância de São Paulo para o Brasil, o documento (SAGMACS: 1958, p. 38) sublinha:

São Paulo, pela dupla irradiação de suas redes ferroviária e rodoviária em direção aos Estados do Sul, Minas Gerais, Goiás, Minas Gerais, Estado do Rio e Distrito Federal, é, no país, o centro e o ponto de partida mais importante do ponto de vista da irradiação e influência sobre espaços regionais. Seu papel de metrópole não será, por muito tempo, e talvez nunca suplantado para qualquer outro centro brasileiro.

Debruçando-se sobre o tema da circulação entre a população, o documento levanta algumas preocupações frente às condições de vida dos moradores da cidade paulistana: “a circulação seja física e economicamente possível, onde toda a população urbana possa encontrar condições normais de vida familiar e coletiva, onde o custo dos serviços urbanos não seja tal que reduza sistematicamente a área de equipamentos satisfatórios” (SAGMACS, 1958: p. 8).

Essas linhas evidenciam a crença de Lebrecht na pesquisa qualitativa, posto a ênfase nos níveis coletivos de vida, serviços públicos e tipologias habitacionais. De igual modo, vemos sua crítica à segregação espacial e à concentração de certos serviços em determinadas áreas de uma região. Examinando esses dados, à luz de entrevistas e observações, o documento identifica algumas anomalias nesse processo de urbanização, relacionadas à implantação das edificações, aos equipamentos básicos e ao processo anárquico de expansão.

Nas conclusões, o documento identifica algumas necessidades da cidade de São Paulo que serviam como inspiração para as mudanças necessárias. A primeira foi chamada de pedagógicas, posto a crença do dominicano na questão da educação e da mudança de mentalidade:

A preocupação pedagógica, da escola primária à universidade, dos cursos domésticos aos cursos profissionais e técnicos, da imprensa às atividades políticas, em lugar de copiar o ensino de países que já não têm mais a vencer a mesma fase de mudança que aqui se verifica, deve, antes, acompanhar cientificamente a transformação orientando-se num sentido favorável à maior produção, à melhor organização, aos mais sólidos equilíbrio humano (SAGMACS, 1958: p. 440).

A ideia subjacente a essas palavras era a das reformas no ensino, para que as escolas pudessem oferecer formação técnica compatível com as necessidades da região. Com esse estudo seria possível passar da monocultura para a policultura, dos modos primitivos de cultura aos modos mecanizados e científicos, da pecuária sem nenhuma seleção à preocupação racional de melhores raças leiteiras. No tocante ao ensino: da passagem do analfabetismo à leitura e da passividade às manifestações de consciência (SAGMACS, 1958: p. 441).

Com relação ao tema da industrialização, a ideia era que esse ensino levasse a planos racionais de eletrificação e o fim dos investimentos em projetos especulativos, que não supriam as necessidades das populações.

Já no que toca às necessidades financeiras, o relatório sublinha a necessidade de investimentos, por parte do Estado, na área de infraestrutura. A linha mestra dessas preocupações diz respeito à recuperação e a bonificação de muitos solos, para que houvesse um melhor aproveitamento dos solos. A ideia era que o plano de recuperação dos solos ajudasse na transformação das glebas não exploradas ou abandonadas em territórios férteis aumentando, assim, a produtividade agrícola e aperfeiçoando os níveis de alimentação.

A questão turística também ganhou relevo nas discussões de Lebrete e da SAGMACS. O documento faz menção à falta de uma valorização mais efetiva de São Paulo, sendo suplantada pelo Rio de Janeiro. Em sua ideia, o turismo poderia ajudar no desenvolvimento humano, assegurando o equilíbrio e o bem-estar da população.

Foi proposta também a criação de um Serviço Especializado de Turismo, com o intuito de assegurar os projetos de desenvolvimento. Algumas ações foram elencadas, como no loteamento do litoral, visto os desequilíbrios e as espoliações, que, muitas vezes, causavam a destruição dos pescadores. Temas como a arborização, o traçado de ruas, avenidas ao longo das praias foram também sugestões para o planejamento das cidades litorâneas.

Constatou-se que a cidade de São Paulo possuía um potencial humano em virtude da vinda de muitos imigrantes para essa região, sendo propostas medidas técnicas e psicológicas para o melhor aproveitamento da mão de obra. Na visão de Lebreton, muitas terras eram improdutivas em virtude da falta de uma formação das técnicas modernas por operadores das máquinas. Neste sentido, o documento chama a atenção para as condições dos trabalhadores, a partir da rejeição de uma ideia que concebia o trabalhador somente como um “braço para o trabalho”.

Deste modo, vemos o diálogo que a SAGMACS estabeleceu entre a elevação da produtividade rural e a fixação humana do imigrante, sendo dois aspectos complementares e não antagônicos.

Considerando que Lebreton tratava os problemas de forma orgânica e holística, ele conclui o documento versando sobre os problemas de civilização. Ressalta a situação privilegiada da cidade de São Paulo, vista como um centro de convergência de muitos povos, o relatório salienta a relação entre sua concepção de desenvolvimento e as ações necessárias para solucionar os problemas que a urbanização suscita.

Mas o esforço a tentar é ainda enorme e não está, pode-se dizer, senão em seu início. Para cada problema há um ponto de partida exato. Resta resolver o problema da ampliação ordenada e da maior extensão possível e evitar que os recursos (culturais, profissionais, técnicos, etc) estejam concentrados na capital ou em algumas poucas cidades privilegiadas, em detrimento da grande massa de população do Estado, dispersa numa grande superfície geográfica [...]. É impossível obter uma unidade de desenvolvimento com a aceitação de uma justaposição inorgânica de camadas sociais ou de regiões com exagerada distância de uma com relação às outras (SAGMACS, 1948: p. 442).

Em entrevista a Lucas Ricardo Cestaro (2009: p. 198), Chiara de Ambrosis¹⁰⁸, que participou da SAGMACS entre 1959 e 1963, comenta a respeito da relevância de Lebrete para a sua formação. Dentre os aspectos tratados nessa entrevista, destacamos a observação de que Lebrete concebia a população pobre enquanto parte da cidade, dando realce às demandas populares. Segundo a economista, muitos dos seus colegas de profissão criticavam a postura humana da SAGMACS, valorizando mais o trabalho estatístico e objetivos das conclusões.

Como ficou saliente nesta narrativa, as pesquisas empreendidas pelo dominicano e pela SAGMACS conceberam o planejamento urbano e regional a partir de uma questão socioeconômica e, sobretudo, humana, onde as problemáticas de ordem espacial seriam um mecanismo para se chegar ao homem. Para ele, tanto a economia quanto o planejamento urbano não poderiam se restringir ao aspecto geográfico, mas teriam que se submeter ao humano, ao estudo de suas variadas necessidades. Vale lembrar o que escreveu Lebrete (1958: p. 23): “O observador dos fatos sociais, viajando através do mundo, fica mais impressionado pelas desigualdades de condições de vida, que pela própria diferença de paisagens”¹⁰⁹.

3.7 O PAGE- Plano de Ação do Governo do Estado: continuação dos ideários da SAGMACS

A atuação de Lebrete em São Paulo não foi linear. Isto é, houve períodos em que o dominicano se estabeleceu de forma efetiva e outros não. Entre 1952 e 1958, sua presença foi constante. No entanto, entre 1959 e 1963 o dominicano realizou muitas viagens à África e a Ásia, no intuito de formar quadros para o IRFED, justificando, assim, sua ínfima presença no Brasil.

Foi nesse contexto que Lebrete foi condecorado com o título “Doutor Honoris Causa” pela USP, em 1959, em reconhecimento pelo seu trabalho voltado para o desenvolvimento da cidade de São Paulo.

¹⁰⁸ Chiara de Ambrósio Pinheiro Machado formou-se em Economia na USP em 1951. Conheceu Lebrete em um congresso da JUC em 1954, tendo sido influenciada pelos seus livros de espiritualidade na década de 1950.

¹⁰⁹ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

Dito isto, embora nesse período os trabalhos da SAGMACS tenham diminuído, podemos afirmar que os ideários propostos por ela foram reproduzidos em outras instâncias, à luz da atuação dos membros dessa instituição nos governos de São Paulo. A que mais ganhou destaque foi o PAGE.

Em outubro de 1958, Carvalho Pinto (PDC) foi eleito governador de São Paulo com o apoio de Jânio Quadros, ficando até fevereiro de 1963. Seu período ficou caracterizado pelo desenvolvimento de políticas de planejamento urbano no estado paulista. No que toca ao PAGE, tinha a finalidade de apontar diretrizes para o planejamento urbano de São Paulo. É importante mencionar que Carvalho Pinto participou do curso de Lebrete ministrado na ELSP, em 1947. Plínio de Arruda Sampaio foi secretário, imbuído de uma nova concepção de planejamento. Em contrapartida, Diogo Adolpho Nunes de Gaspar, economista e diretor do PAGE, tinha uma concepção de desenvolvimento mais conservadora.

O PAGE¹¹⁰ teve importante contribuição no campo do planejamento, uma vez que trabalhou de forma mais sistemática o problema da relação capital-interior, propondo uma maior harmonia territorial do desenvolvimento. Nas ilações de Tavares (2018: p. 108), o PAGE sintetizou “o discurso dessa geração de profissionais que buscou compreender e combater as diferenças espaciais de desigualdades econômicas, sociais, demográficas, etc. verificadas no território”.

Com relação à participação dos técnicos da SAGMACS no PAGE, Celso Lamparelli comenta a respeito da influência da ideia de Lebrete no Plano de Carvalho Pinto:

Aquela concepção mais globalizante de desenvolvimento integral, harmônico, partindo da população, vai, de repente, se diluir e se fracionar numa concepção de Estado que divide tudo em setores. Assim os técnicos de SAGMACS que foram trabalhar no Plano de Ação acabam tendo que escolher um setor de atuação e uma especialidade. Eu fui ser um novo e um dos poucos planejadores de educação. Os demais também passaram a dominar mais um campo de atuação

¹¹⁰ Além de Gaspar e Sampaio, o PAGE contou com a colaboração do seguinte grupo: Celeste Ângela de Souza Andrade (diretora geral do Departamento de Estatística do Estado), Paulo Menezes Mendes da Rocha (Professor Catedrático da Escola Politécnica – USP), Ruy Aguiar da Silva Leme (Professor Catedrático da Escola Politécnica – USP), Antonio Delfim Netto Assistente da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas – USP), Sebastião Advíncula da Cunha (do Departamento Econômico do BNDE), Orestes Gonçalves (Chefe de Gabinete de Estudos Econômicos e Financeiros da Secretaria da Fazenda), Ruy Miller Paiva (Engenheiro Agrônomo do Departamento da Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura) (TAVARES: 2018, p. 108).

durante, pelo menos, os quatro anos em que durou essa extraordinária experiência.

Em sua dissertação de mestrado, Cestaro (2009) traz à tona depoimentos de alguns especialistas da SAGMACS que trabalharam no PAGE, dentre eles Chiara de Ambrosis Pinheiro Machado, Francisco Whitaker Ferreira e Antônio Claudio Moreira. Nesses casos vemos algumas ideias comuns, como na relevância que atribuíam à interdisciplinaridade. Outro tema abordado foi o da inclusão do pobre nas preocupações da SAGMACS. Chiara de Ambrosis comenta que Lebrecht: “tinha interesse no trabalhador da periferia, achava que eles tinham que saber das reais condições; não podiam ser alienados, tinham que lutar”. (CESTARO, 2009: p. 121). Villaça segue a mesma direção dizendo que “a equipe toda era progressista ou pelo menos com ideias progressistas, com muita tônica no progresso social, inclusive isso eu não vejo muito no urbanismo internacional da época” (CESTARO, 2009: p. 121).

À luz desses comentários é nítido observar que a SAGMACS causou uma ruptura na forma de se conceber o campo do urbanismo no Brasil. E isso se deu pela introdução de algumas ideias inovadoras à época, como no diálogo entre os diversos saberes, na contemplação das camadas vulneráveis e nos princípios éticos e humanísticos.

Para finalizar, quando do encerramento das atividades do PAGE, muitos membros continuaram a disseminar os ideários do “Économie et Humanisme” em grupos como a PLANASA- Plano Nacional de Água e Saneamento, fundada em 1971 e com enfoque no saneamento básico, e a CEPAM- Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal, instituição pública voltada para o planejamento e desenvolvimento regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O futuro – afirma G. Myrdal – [...] não é uma fatalidade cega; pelo contrário, está entregue à nossa responsabilidade. Temos o poder de analisar os fatos e de aplicar racionalmente as consequências práticas de nossos ideais. Temos a liberdade de reajustar nossas políticas e de desviar e modificar as tendências¹¹¹ (LEBRET, 1960: p. 13).

Conforme o relatório da Oxfam Brasil de 2018, nosso país, em 2017, ocupou o nono lugar no ranking global da desigualdade de renda (SCHWARCZ, 2019: p. 126). Ainda que, no passado e no presente, personagens e instituições tenham criado ideias para combater as assimetrias socioeconômicas, a “lei do mais forte” continua imperando.

No senso comum há uma ideia de que lutar pela democracia e igualdade social é lutar pelo socialismo. Fugindo dessa ideia superficial, Lebre, considerando o seu pensamento da “Economia Humana”, mostra que outras formas de organização social são possíveis. Com efeito, foi isso que procuramos demonstrar no decorrer da nossa narrativa, trazendo à luz as percepções do dominicano face aos novos projetos de civilização que acreditava.

Esta tese procurou demonstrar a forma como Lebre respondeu aos desafios do seu tempo. Um período de busca pelo poder e que levou a destruição em massa de muitos seres humanos. E mais: um período onde o capitalismo e socialismo se antagonizavam, se servindo de seus recursos para a reprodução de seus sistemas ideológicos. Assim, as premissas lebreianas de um desenvolvimento harmônico iam na contramão das políticas oficiais dos Estados.

Ainda que o dominicano tenha se debruçado sobre os problemas de ordem econômica, concluímos que ele não pode ser comparado a economistas clássicos que fizeram da economia uma forma de especulação da realidade. Tanto a economia quanto

¹¹¹ Tradução de Benevenuto de Santa Cruz.

a teologia foram ferramentas não só de interpretação do real, mas também de intervenção. E é aqui que pensamos na contribuição do dominicano para a ciência econômica, que, perdidas muitas vezes em cifras, torna, por exemplo, o fenômeno da pobreza em simples estatística.

Com efeito, é imperioso salientar a relevância que o conceito de “práxis” teve para Lebrecht, visto que era avesso a especulações abstratas e a ativismos sem fundamento filosófico. Fé e vida, religião e economia, ciência e ação, foram algumas ligações que o dominicano fez, revelando a sua forma de conceber o mundo. Tomando de empréstimo a sentença de Perroux “desenvolver todos os homens e todo o homem”, Lebrecht levou a cabo um projeto de vida e sociedade que desse conta da complexidade desse desafio.

Um dos aspectos da “Economia Humana” que gostaríamos de ressaltar diz respeito ao princípio da “Coerência”. Assinalamos que este princípio valorizava a interdependência entre as partes estudadas, para que a realidade fosse compreendida de uma forma orgânica e holística.

O diálogo mencionado por Lebrecht entre o aspecto técnico e o político surge como uma necessidade para que os projetos de sociedade auxiliem no bem-estar das camadas mais vulneráveis.

Neste sentido, um tema nuclear no pensamento de Lebrecht diz respeito à questão do desenvolvimento. O dominicano não foi o primeiro a pensar em uma acepção ampliada desse conceito, que distanciasse de uma visão a partir de um mero crescimento quantitativo. Como ficou evidente em nossa tese, ele dialogou com as premissas de François Perroux, Gunnar Myrdal, Raul Prebisch, intelectuais que também colocaram o problema do desenvolvimento e a busca da terceira via como palavra de ordem.

Por conseguinte, ressaltamos que o problema do desenvolvimento foi alvo de debates entre os “experts” da ONU. Concluímos que o dominicano se inspirou nessas interpretações para formular seu pensamento e contribuiu com as mesmas a partir de suas experiências concretas nos países do Terceiro Mundo, especialmente no Brasil.

A originalidade de Lebrecht, ideia esta que defendemos nesta tese, foi o do teor ético e religioso que deu aos preceitos econômicos, levando-o a censurar algumas premissas do capitalismo e do socialismo que não dialogavam com o seu projeto de sociedade. No

caso do capitalismo, há de se considerar a crítica ao espírito do “mais possuir” em detrimento do “ser mais” e, no socialismo, a crítica ao conceito de “luta de classes”, visto que impelia o proletariado a lutar contra os burgueses em sua busca pela igualdade.

No que toca aos princípios do cristianismo, é conveniente ressaltar que a ideia de universalidade foi utilizada por Lebrecht para embasar o contorno ético da “Economia Humana”. Assim, o dominicano (LEBRECHT, 1959: p. 360) comenta a respeito do assunto:

Acima de tudo, é importante converter-se ao universal. Não desapareceu ainda totalmente do pensamento ocidental o germe da universalidade que o cristianismo lhe transmitiu como um postulado básico de sua moral, exigindo o respeito ativo de toda pessoa humana, e a promoção do bem comum em qualquer coletividade humana. A solidariedade universal é hoje uma exigência tão evidente que se, por interesse egoísta ou indolência, a civilização ocidental se recusar a promovê-la, estará irremediavelmente condenada. Tentar, pela força, reagir contra essa aspiração universal apenas agravará um descontentamento que só o amor, jamais a violência ou a pressão poderá suprimir.

Demonstramos no presente trabalho que o dominicano deixou alguns silêncios interpretativos quanto a algumas questões econômicas, como na questão da falta de uma análise mais crítica do conceito de “subdesenvolvimento”, tema muito caro no debate intelectual da segunda metade do século XX. Assim, podemos concluir que muitas reflexões de Lebrecht são mais respostas a conjunturas que uma reflexão de ordem teórica e conceitual. Como hipótese para tal limitação, acreditamos que Lebrecht pensava a economia de uma forma prática, dialogando com os seus preceitos teológicos e cristãos, só interessando a ele temas que tivessem alguma implicação social.

A interdisciplinaridade foi um recurso utilizado pelas equipes de Lebrecht em seus diversos projetos, sendo uma preocupação constante no dominicano. Embora reconhecendo a importância da interdisciplinaridade, contemplamos ainda os diversos tipos de fragmentação: do saber, da realidade, do ser humano. A integralidade cedeu espaço para esquemas uniformizadores, imperativo da modernidade que Michel Foucault tanto combateu.

O diálogo entre os diversos saberes é um tema corrente na contemporaneidade. Com seu objetivo de formar uma nova civilização, Lebrecht valorizou o intercâmbio entre as disciplinas. Podemos usar como exemplo as pesquisas da SAGMACS realizadas em São Paulo, onde delas participaram economistas, geógrafos, arquitetos, urbanistas e militantes católicos.

É comum entre os historiadores a afirmação de que estes se voltam ao tempo pretérito à luz de alguma inquietação do presente.

Um dos fatores que nos motivou a enveredar por este tema de pesquisa diz respeito à forma como, repetidas vezes, a política econômica é realizada em nosso país, onde muitas mudanças são realizadas de cima para baixo. A ideia de que a economia é uma área para “experts”, que não é coisa para o povo, continua sendo a linha mestra de não raras políticas econômicas.

O dominicano de Saint-Malo não fez coro a essa ideia. Em sua visão, todo projeto econômico tinha que levar em conta as particularidades da região estudada; e para o conhecimento de cada localidade era necessário o diálogo profícuo com a população local, não como uma mera consultora, mas como uma propulsora da política econômica.

As comunidades de base são um exemplo de como a sociedade poderia se organizar para reivindicar seus direitos. Estabelecidas a partir da metodologia “ver, julgar, agir”, essas comunidades seriam a força motriz para as mudanças necessárias que a “Economia Humana” exigia. Por conseguinte, concluímos que, embora os autores e instituições que pensaram o desenvolvimento tenham pensado na questão da ação dos grupos sociais, acreditamos que foi Lebrete que levou essa ideia mais a fundo, concebendo esses grupos como o motor para as mudanças reivindicadas pela “Economia Humana”.

Ainda que o dominicano tenha pensado na criação de um Ministério do Desenvolvimento, que organizaria os planos de ação para uma “Economia Humana”, ele é enfático ao valorizar o papel das comunidades de base, da mudança de mentalidade por parte desses militantes, para que se concebessem como agentes da sua história.

De igual modo, é preciso levar em conta que a história trouxe a Lebrete questões importantes e que influenciaram a sua concepção de mundo. Assim, a trajetória do dominicano nos auxiliou na busca pelas origens e desenvolvimento de suas ideias, como as experiências junto à população de Saint-Malo. Foi nessa região que se deparou com as incongruências do capitalismo e da Igreja, levando a crer que a ação organizada seria o caminho para as tão sonhadas transformações.

Foi em São Paulo que o dominicano conheceu o Terceiro Mundo. A partir de 1947 Lebrete realiza uma série de viagens à capital paulista, e também ao Brasil e à América

Latina, para conhecer e propor transformações sociais nessas regiões. Com uma nova ideia de planejamento urbano, tema magno da SAGMACS, veio também uma nova ideia de sociedade, de civilização: tema este que fez a inclusão das camadas vulneráveis.

Neste sentido, é importante dar relevo à metodologia utilizada pelos grupos da “Economia Humana” e da SAGMACS no que concerne às pesquisas de campo. Com essa forma de se chegar ao objeto, Lebret acreditava na relação entre o pesquisador e a população estudada, para que não houvesse um distanciamento e uma imparcialidade por parte dos pesquisadores. Deste modo, o dominicano pensava que esse contato poderia, de alguma forma, conscientizar os militantes e pesquisadores dos problemas socioeconômicos.

Em suas ponderações acerca das equipes técnicas da “Economia Humana” e da SAGMACS, o dominicano costumava afirmar que os pesquisadores europeus, que trabalhariam nos países subdesenvolvidos, deveriam se despir de suas arrogâncias e sentimento de superioridade, para que pudessem contribuir para o desenvolvimento dessas regiões: “um assistente deve saber despojar-se de sua própria civilização, a fim de ser capaz de compreender a civilização em que se encontra, reconhecendo seus autênticos valores e possibilidades” (LEBRET, 1960: p. 240).

Como toda pesquisa, esta não tem um ponto final, mas novos problemas a resolver. As discussões realizadas em torno do pensamento econômico de Lebret podem ganhar novos contornos a partir dos novos problemas surgidos na contemporaneidade.

É sabido entre os historiadores a reflexão de Benedito Croce de que toda história é história do presente. Considerando tal advertência, é necessário estudar Lebret com os olhos no nosso tempo, para que seu pensamento traga luz aos projetos de cunho econômico e que, naturalmente, têm suas implicações sociopolíticas. É nesse ponto que reside uma mudança de atitude importante para as transformações que os grupos mais vulneráveis anseiam. Na medida em que a economia ampliar sua lente e negar sua independência frente às outras áreas do saber, poderemos dar início a uma importante transformação teórica e, sobretudo, prática.

Lebret não trouxe receita para o desenvolvimento econômico. Ainda que tenha lançado mão de conceitos como bem comum, civilização e “Economia Humana”, não o

consideramos a partir de um modelo fechado e estabelecido *a priori*. Sua crença na pluralidade e na ênfase das especificidades de cada região o fizeram rejeitar modelos fixos e acabados. Por isso reiteramos que as ideias econômicas do dominicano de Saint-Malo não são tratados especulativos e abstratos: são ideias que trazem novas formas de se pensar, e fazer, a economia.

O principal escopo de Lebreton ao trazer suas premissas econômicas era o de inquietar a consciência das pessoas. O tom de admoestação esteve presente nos escritos do dominicano, fazendo jus à sua preocupação com o futuro da humanidade. Para finalizar a presente tese, evoquemos Gunnar Myrdal e a maneira como o intelectual sentiu o clima da Guerra Fria, sentimento este que também ganhou corpo nas preocupações de Louis-Joseph Lebreton:

Sob o impacto da guerra fria e pressionados por uma séria ininterrupta de calamidades políticas, os países desenvolvidos sentem-se forçados a empregar parte importante de sua crescente riqueza em aumentar cada vez mais o seu poder militar de destruição, o que, nessas circunstâncias, pode ser compreendido e mesmo defendido. A lógica dessa tragédia, porém, contribuiu também para justificar o seu nacionalismo econômico e apaziguar a sua consciência ao suprimirem a cooperação internacional. Receio que essas razões continuem a ser para eles motivos para assim proceder com absoluta tranquilidade de consciência¹¹² (LEBRETON, 1960: p. 96).

¹¹² Tradução de Benevenuto de Santa Cruz

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

LEBRET, Louis-Joseph. *Dinamica Concreta del Desarrollo*. Barcelona: Herder, 1969.

_____. *Propriedade e Socialização*. Barcelos: Figueirinhos, 1965.

_____. *Manifesto por uma Civilização Solidária*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1962.

_____. *O Drama do Século XX: miséria, subdesenvolvimento, inconsciência e esperança*. São Paulo: Livradia Duas Cidades, 1962.

_____. *Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?* São Paulo. Livraria Duas Cidades: 1960.

_____. *Le Drame du Siècle: misere, sous-développement, inconscience*. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1960.

_____. *Manifeste por une Civilisation Solidaire*. Caluire: Économie et Humanism, 1961.

_____. *Suicide ou Survie de l'Occident?* Paris: Les Éditions Ouvrières-Économie et Humanism, 1958.

_____. *Guide Pratique de L'Enquête Sociale*. L'Enquete en Vue de L'Aménagement Regional. Paris. Presses Universitaires de France, 1958.

_____. *Princípios para a Ação*. São Paulo: Sal, 1952.

_____. *Montée Humaine*. Paris. Editions Ouvrières, 1951.

_____. *L'enquête Rurale*. Paris. Editions Ouvrières, 1951.

_____. *Sondagem Preliminar a um Estudo sobre Habitação em São Paulo*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1947.

_____. *Découvert du Bien Commun*. Paris. Économie et Humanisme. 1947.

Bibliografia

ALBERIGO, Giuseppe. *História do Concílio Vaticano II: Vol II. A formação da consciência conciliar. O primeiro período e a primeira intersessão (outubro de 1962 a setembro de 1963)*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

ANGELO, Michelly Ramos de. *Louis-Joseph Lebreton e a SAGMACS*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica: teoria e método*. Bauru-SP: Edusc, 2006.

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHÍNOV). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BALANDIER, G. *Antropologia Política*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

_____. *The sociology of Black Africa (Sociologie des Brazzavilles noires)*, 1955.

BARROS, José D'Assunção. *História das Ideias: em torno de um domínio historiográfico*. Locus. Revista de História. V. 13. n. 1 2007.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965*. São Paulo: Paulinas, 2005.

BÍBLIA. Tradução de João Ferreira Almeida. Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

BOSI, Alfredo. *Economia Humana*. Estudos. Avançados. Vol. 26 n.75 São Paulo: Maio/Agosto. 2012.

CARNEIRO, Auner Pereira. *Humanismo no Planejamento para o Desenvolvimento Econômico: a influência da obra de Lebreton no diagnóstico e no planejamento da intervenção estatal nas atividades sócio-econômicas do Paraná – um estudo de caso*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

CASTRO, Josué de. *Geopolítica da Fome*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CESTARO, Lucas Ricardo. *A Atuação de Lebrete e da SAGMACS no Brasil (1947-1964): ideias, planos e contribuições*. 2015. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.

_____. *A SAGMACS e o Estudo da “Aglomeração Paulistana”*. Unicamp. Dossiê: Urbanistas e Urbanismo. Vol.5. N.6, março de 2013.

_____. *Urbanismo e Humanismo: a SAGMACS e o estudo da “estrutura urbana da aglomeração paulistana*. 2009. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí: do planejamento de vales aos polos de desenvolvimento*. 2011. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012.

CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henry. *Paris et l'agglomération Parisienne*. Paris: PUF, 1952.

ENGELS, Friedrich & MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo. Martins Fontes, 1999

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FEIX, Marc. *Du Juste Prix dans la Réflexion sur l'économie du Père Lebrete et dans l'Encyclique Populorum Progressio*. Paris. Revue d'éthique et de Théologie morale. N. 243, 2007.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao Pensamento de Bakhtin*. São Paulo. Contexto, 2016

FELDMAN, Sarah. *Planejamento e Zoneamento*. São Paulo: 1947-1972. São Paulo. Edusp-FAPESP, 2005.

FERREIRA, Whitaker Francisco. Dans le sillage de Lebrete au Brésil. In: LAMPARELLI, Celso. *Louis-Joseph Lebrete e a Pesquisa Regional Urbana no Brasil*. Espaço e Debates. São Paulo: v.19, N.45, janeiro-junho, 2004.

FICO, Carlos. *História do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2019.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GARAUDY, Roger. *Do Anátema ao Diálogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. *Marxismo do Século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GARDIN, Cleonice. *CIPBU: A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai no planejamento regional brasileiro (1951-1972)*. Dourados: UFGD, 2009.

GARREAU, Lydie. *Louis-Joseph Lebre, Précurseur de Vatican II (1897-1966) : Dans la dynamique sociale de l'Église, auprès des marins-pêcheurs bretons, et dans le développement économique mondial*. Imprinta Paris: L'Harmattan, 2011.

_____. *Louis Joseph Lebre (1887-1966): un homme traqué. Itinéraire d'un combat pour la renovation d'une Eglise ouvert au monde*. Bruxelles: Editions Golias, 1997.

GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A Aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia*. Rio de Janeiro : EdUFRJ, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HOBBSBAWM, Eric. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo. Companhia das Letras, 2008.

HOUÉE, Paul. *Louis-Joseph Lebre: un éveilleur d'humanité*. Paris: Les Editions de L'Atelier, 1997.

IOKOI, Grícole Zilda. *Igreja e Camponeses*. Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo. Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo : HUCITEC-FAPESP, 1996.

JOÃO XXIII. *Mater et Magistra*. 1961.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEME, Maria Cristina da Silva. *A Pesquisa Pioneira de Lebre sobre as Condições de Habitação em São Paulo*. In: Revista Espaço e Debates, v.24, N.45. São Paulo, 2004.

- _____. *Entrevista ao Professor Celso Lamparelli*. São Paulo, 2000.
- LOWY, Michael. *Guerra dos Deuses*. Política e religião na América Latina. Petrópolis-RJ. Vozes, 2006.
- LOUREIRO, Isabel (Org.). *Rosa Luxemburgo: escritos*. São Paulo. Unesp, 2011.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Igreja e Política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARITAIN, Jacques. *Humanismo Integral*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.
- MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. Abril: São Paulo, 1999.
- _____. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo. Boitempo, 2015.
- MASSI, Fernanda Peixoto. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. 1991. 281f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.
- MATER ET MAGISTRA. Roma, 1961.
- MORAES, Luís Edmundo. *História Contemporânea: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 2019.
- MYRDAL, Gunnar. *Asian Drama*. Pantheon, 1968.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Assim Falou Zaratustra*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- PELLETIER, Dennis. *Le Père Lebret et l'économie humaine: une stratégie chrétienne du développement*. Paris: Développement et Civilisation Lebret, 1996.
- PERROUX, Francois. *A Economia do Século XX*. Paris: Herder, 1967.
- PILETTI, Nelson. PRAXEDES, Walter. *Dom Helder Câmara: entre o poder e a profecia*. São Paulo. Ática, 1997.
- PONTUAL, Virginia. *Louis-Joseph Lebret na América Latina: um exitoso laboratório de experiências em planejamento humanista*. Recife-PE: Letra Capital. Editora UFPE, 2016.
- _____. *Práticas Urbanísticas, Deslocamentos e Cruzamentos: Louis-Joseph Lebret e Antônio Bezerra Baltar no Brasil*. In: FARIA, Rodrigo de; CERASOLI, Josiane; LIRA,

Flaviana. (Org.). *Urbanistas e Urbanismo no Brasil: entre trajetórias e biografias*. 1ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, V. 1, 2014.

POPULORUM PROGRESSIO. Roma. 1967.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

PUEL, Hugues. *Contribución de Louis-Joseph Lebreton a um Humanismo Económico*. Revista Lebreton. Enero. N. 8. 2016.

_____. *Économie et Humanisme dans le mouvement de la modernité*. Paris: Cerf, 2004.

QUADRAGESIMO ANNO. Roma, 1941.

RERUM NOVARUM. Roma, 1891.

ROLDAN, Dinalva Delorenzo. *Um Ideário Urbano em Desenvolvimento*. A experiência de Louis-Joseph Lebreton em São Paulo de 1947 a 1958. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU-USP, 2012.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja Contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.

ROSA, Renato Torres Anacleto. *O Diálogo de Dom Helder Câmara com o Marxismo em Recife: 1964-1979*. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, 2015.

SAGMACS. *Revisão Agrária de São Paulo: estudo para plano de loteamento*. São Paulo: Sagsmacs, 1962.

_____. *Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana: estruturas atuais e estruturas racionais*. São Paulo, 1958

_____. *Problemas de Desenvolvimento, Necessidades e Possibilidades do Estado de São Paulo*. São Paulo: CIBPU-SAGMACS, 1955.

_____. *Sondagem Preliminar a um Estudo sobre Habitação em São Paulo*. São Paulo:1947.

SAUVY, Alfred. *Théorie Générale de la Population*. Paris: Presses Universitaires de France, 1952.

SEN, Amartya & KLIKSBURG, Bernardo. *As Pessoas em Primeiro Lugar*. A Ética do Desenvolvimento e os Problemas do Mundo Globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERBIN, Kenneth P. *Padres, Celibato e Conflito Social*. Uma História da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Diálogos na Sombra: bispos, militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lilia. *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia N. & STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SOUZA, José Carlos de. *Protesto ou ilusão?* História e religião no pensamento de Marx e Engels. São Paulo. Garimpo Acadêmico, 2015.

SOUZA, Jessie Jane de. *Círculos Operários*. A Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro. Faperj, 2002.

TAVARES, Jeferson. *Planejamento Regional no Estado de São Paulo: polos, eixos e a região dos vetores produtivos*. São Paulo: Annablume-FAPESP, 2018.

TRINDADE, Isabella Leite, CÂMARA, André Dornellas, CÂMARA, Mariana Dornellas. *A Pesquisa Urbano Regional no Brasil a partir do Surgimento da SAGMACS e a Aproximação com o Movimento Economia e Humanismo*. 2005.

VALLADARES, Licia do Prado. *A Invenção da Favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FG, 2005.

VIEIRA, Edson Trajano. *Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX*. 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade

de São Paulo, São Paulo, 2009.

VIER, Frei Frederico. *Compêndio do Vaticano II*: constituições, decretos e declarações. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

ZUCONI, Zildo. *A Cidade do século XX*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ANEXOS

CRONOLOGIA- LOUIS-JOSEPH LEBRET

1897- Nascimento de Lebret.

1916- O jovem Lebret é admitido na “École Navale de Brest”.

1923- Ingressa no Noviciado dos dominicanos em Angers.

1929- É ordenado padre dominicano.

1929-1931- Trabalho com a população de Saint-Malo.

1941- Fundação do movimento “Économie et Humanisme”.

1947- O dominicano faz sua primeira viagem ao Brasil.

1958- Criação do IRFED.

1959-1960: Trabalhos para o desenvolvimento do Senegal. Estudos para o Líbano.

1957-1960: Inquéritos para o desenvolvimento do Vietnã.

1962-1965- Concílio Vaticano II: Lebret participa como perito em questões de desenvolvimento global.

1964- Participa da Conferência da ONU em Genebra, cujo tema foi “Comércio e Desenvolvimento”.

1966- Falecimento em Paris, França.

1967- Publicação da Encíclica “Populorum Progressio”.

CADERNO DE IMAGENS

Lebret em Saint-Malo. 1930. Fonte: IRFED.

Lebret com Dom Helder Câmara, na década de 1950. Fonte: IRFED.

Em missão no Líbano. 1960. Fonte: IRFED.

Com o Papa Paulo VI, na década de 1950. Fonte: IRFED.

Discursando na ONU. 1960. Fonte IRFED.

Na Colômbia, em 1958. Fonte: IRFED.

Getúlio Vargas e o governador Lucas Nogueira Garcez, na cerimônia de abertura do I Congresso de “Economia Humana” em São Paulo. 1954. Fotografia de German Lorca.

Matéria do Jornal “O Estado de S. Paulo”, do dia 13 de abril de 1960, referente ao trabalho da SAGMACS no Rio de Janeiro. Fonte: “O Estado de S. Paulo”.

Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO — (ESTADOS UNIDOS DO BRASIL)

Gerente: GABRIEL GREGO

Director: WANDYER FREITAS

Redator-Secretário: LUCIA BARBOSA

ANO LXXII

SÃO PAULO — QUINTA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 1962

NÚMERO 115

Será realizada uma análise completa dos sistemas de água e esgotos no Estado

Autorizou o Governador Carvalho Pinto a contratação do trabalho com a SAGMACS, através do Departamento de Obras Sanitárias

O Governador Carvalho Pinto autorizou o Departamento de Obras Sanitárias, da Secretaria da Viação, a contratar, com a SAGMACS (Sociedade de Análise Gráficas e Meteorológicas Aplicadas aos Complexos Sociais), os trabalhos de uma análise completa dos sistemas de água e esgotos no Estado de São Paulo, cobrindo todos os Municípios.

O trabalho enquadra-se no esquema de preparação do II Plano de Ação e seus resultados servirão para uma fundamentação mais perfeita dos programas do DOS, que no II Plano terão especial relevo.

OBJETIVOS

Com os resultados de tal análise, esse órgão da administração estadual contará com elementos esclarecedores da situação atual, tanto no que se refere aos sistemas de água e esgotos, como quanto à sua repercussão no nível de saúde das populações.

É esta a primeira vez que se realiza em nosso País uma pesquisa com essa profundidade, razão pela qual a Administração estadual envidará todos os esforços na sua preparação e realização, com vistas à obtenção do maior rendimento possível.

A análise científica dos atuais condições permitirá ao DOS introduzir modificações nos sistemas existentes e conhecer, de forma mais exata, as verdadeiras consequências dos programas de saneamento levados a efeito pela Administração estadual, através da execução do I Plano de Ação.

CADASTRO

O trabalho, como iniciativa pioneira, permitirá ao Governo do Estado manter um cadastro completo e atualizado das condições sanitárias de nossas comunas, garantindo aos órgãos estaduais condições de trabalho realmente seguras, dentro de uma perspectiva que coloca o planejamento como base de sua ação.

Matéria do jornal “Diário Oficial”, de 21 de maio de 1962, onde retrata a parceria entre o Governo Carvalho Pinto e a SAGMACS. Fonte: “O Estado de S. Paulo.”

Nous ne pouvons omettre de mentionner ici le professeur Josué de Castro, dont l'amitié nous a été si précieuse et qui nous a associé à l'enquête de la Commission nationale du Bien Etre Social sur les niveaux de vie ouvriers dans les villes brésiliennes.

Referência a Josué de Castro, no prefácio do livro “Suicide ou Survie de L’Occident?”.

Il est certain, cependant, que dans l'effort actuel de recherche de solutions, la pensée française se détache avec une orientation humaniste de meilleur aloi que l'ensemble des analyses anglo-saxonnes. François Perroux et l'I.S.E.A. (Institut de Science économique appliquée) ont joué ici un rôle des plus importants. Notre apparentement intellectuel avec les chercheurs de ce groupe nous ont amené à moins nous appuyer sur ses travaux que sur ceux d'autres centres d'étude avec lesquels nous nous sommes trouvés moins en symbiose.

L'école française du développement nous semble, à tout prendre, à l'avant-garde. Un humanisme nouveau est en gestation, dont François Perroux a tracé le dessein essentiel : « Une espèce humaine respectueuse d'elle-même se prononce en faveur du principe que les vies humaines, et les conditions fondamentales d'une vie humaine pour tous, doivent être protégées par priorité. Pour ce faire, il faut accepter des formes d'activités économiques sans rendement, c'est-à-dire des formes bien spécifiées de l'économie gratuite ou de l'économie du don pendant une suite de périodes (1). »

Menção a François Perroux, no prefácio do livro “Suicide ou Survie de L’Occident?”.

Notre gratitude va à tous ceux qui nous ont aidé de quelque manière à mener à bien ce travail, aux milliers de personnes interviewées dans plus de cinquante pays, à l'équipe centrale et aux équipes dispersées d'Économie et Humanisme, à nos collaborateurs plus immédiats, Raymond Delprat, Jean-Marie Albertini, Thomas Suavet, Pierre Viau, Alain Birou, Benvenuto de Santa-Cruz, Eduardo Bastos, Giorgio Sebgondi, à l'Ecole de sociologie et de politique de Sao-Paulo qui nous procura notre premier contact scientifique avec l'Amérique latine, au gouverneur de l'Etat de Sao-Paulo Lucas Nogueira Garcez et à la commission « interstaduale » du Bassin Parana-Uruguay qui nous firent appel pour étudier les besoins et les possibilités des quatre Etats les plus au Sud du Brésil, au Comité national du Plan de la Colombie, qui nous accorda la même confiance, aux autorités vietnamiennes, qui nous invitèrent à étudier sommairement leur pays, au professeur Rao qui nous reçut de façon si fraternelle à la « Delhi School of Economics » dont il assume si brillamment la direction, à l'Université de Montréal, enfin, qui nous donna l'occasion de professer un cours sur le développement. C'est de ce cours que nous avons dégagé les éléments descriptifs qui n'auront pas à prendre place dans notre Dynamique du Développement.

Nous ne pouvons pas...

Referência à ELSP e ao governador Lucas Nogueira Garcez, no prefácio do livro “Suicide ou Survie de L’Occident?”

SITUATION DES PAYS SOUS-DÉVELOPPÉS

A) SITUATION SOCIALE ET DÉMOGRAPHIQUE

Atlas de géographie alimentaire, La Documentation Française, Paris, 1954, 33 pp.

* BALANDIER (G.) et divers : *Le Tiers Monde*, I.N.E.D., Presses Universitaires de France, Paris, 1956, 393 pp.

BARNESLEY PESSOA (Samuel) : *Problemas brasileiros de Higiene rural*, Sociedad de gastroenterologia e nutrição de S. Paulo, 1949, 582 pp.

B.I.T. : *Les peuples aborigènes*, B.I.T., Genève, 1953, 628 pp.

* CASTRO (Josué de) : *Géopolitique de la faim*, Éditions Ouvrières et Économie et Humanisme, Paris, 1956, 330 pp.

* CÉPÈDE (Michel) et LENGELLÉ (Maurice) : *Economie alimentaire du globe*, éd. M.-Th. Genin, Librairie de Médecis, Paris, 1953, 656 pp.

* *Economie et Civilisation*, t. I : *Niveaux de vie, besoins et civilisation*, par L.-J. LEBRET, A. PIETTRE, A. SAUVY, R. DELPRAT et divers. Éditions Ouvrières et Économie et Humanisme, Paris, 1956, 204 pp.

* F.A.O. : *Alimentation et agriculture, conditions actuelles et perspectives*, avec rétrospective depuis 1945, Rome, 1956, 266 pp.

F.A.O. : *Deuxième enquête mondiale sur l'alimentation*, F.A.O., Rome, 1953, 63 pp.

Nas referências bibliográficas, a indicação dos trabalhos de Georges Balandier e Josué de Castro.